

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA**

**A PRÁTICA EDUCATIVA NO MOVIMENTO SOCIAL “LEVANTE
POPULAR DA JUVENTUDE”:** NARRATIVA DE PARTICIPANTES.

GUILHERME RIBEIRO MIRANDA DOS SANTOS
ORIENTADORA: PROFA. DRA. NILMA MARGARIDA CASTRO CRUSÓÉ

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
MARÇO DE 2018

GUILHERME RIBEIRO MIRANDA DOS SANTOS

**A PRÁTICA EDUCATIVA NO MOVIMENTO SOCIAL “LEVANTE
POPULAR DA JUVENTUDE”:** NARRATIVA DE PARTICIPANTES.

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *campus* de Vitória da Conquista – BA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Currículos e práticas educacionais

Orientadora: Profa. Dra. Nilma Margarida Castro Crusóe

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
MARÇO DE 2018

S235p

Santos, Guilherme Ribeiro Miranda dos.

A prática educativa no movimento social “levante popular da juventude”:
narrativa de participantes./ Guilherme Ribeiro Miranda dos Santos, 2018.
126f.

Orientador (a): Dra. Nilma Margarida Castro Crusoé.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da
Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências. 112 – 119.

1. Práticas Educativas – Movimento Levante Popular da Juventude.
2. Movimentos sociais. 3. Educação popular como prática educativa.
I. Crusoé, Nilma Margarida Castro. II. Universidade Estadual do Sudo-
este da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Educação - PPGED. III.
T.

CDD: 370.733

TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME RIBEIRO MIRANDA DOS SANTOS

A PRÁTICA EDUCATIVA NO MOVIMENTO SOCIAL “LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE”: NARRATIVA DE PARTICIPANTES.

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *campus* de Vitória da Conquista – BA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado por:

Profa. Dra. Nilma Margarida Castro Crusoé (Orientadora)
UESB

Prof. Dr. Edmilson Menezes Santos
UFS

Profa. Dra. Núbia Regina Moreira
UESB

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
MARÇO DE 2018

Dedico esta pesquisa ao movimento Levante Popular da Juventude.

AGRADECIMENTOS

À Força Harmônica do Universo e às forças da natureza pela saúde, equilíbrio e proteção nos momentos bons e ruins da vida.

Painho e Mainha, eu nada seria sem o esforço e cuidado de vocês. Perdoem-me pelas noites mal dormidas e pela preocupação que lhes dou sempre quando estou em viagens ou em atividades do Movimento, mas não vou parar enquanto a Revolução não se concretizar. E deixem de coisa, porque vocês são tão ou mais revolucionários do que eu.

Ao meu irmão, por vivenciar e compreender as loucuras de um cara inquieto, e a toda minha família por compreender e respeitar (na maioria das vezes) minhas posições políticas.

Aos companheiros e companheiras do Levante Popular da Juventude, Consulta Popular e demais movimentos populares, por fazerem possível nutrir em mim o sonho da transformação radical das estruturas sociais deste país.

Aos colegas do Mestrado, peço desculpas pelas ausências nos momentos de confraternização e demais atividades, mas tenham certeza de que estarão sempre comigo.

Aos professores e professoras do PPGED e da UESB pelo respeito e carinho. Sentirei falta de vocês.

À minha professora Núbia Regina, por ter me apresentado novas teorias sobre os movimentos sociais, a partir das quais foi possível ampliar meu horizonte teórico e de pesquisa, e por demonstrar que é possível teorizar e militar ao mesmo tempo.

À minha orientadora Nilma Margarida, pelo compromisso, confiança e esperança depositada em mim. Não foi fácil mudar o tema inicial da pesquisa, mas meu brilho no olhar não esconde a alegria de ter enfrentado este objeto de pesquisa. Optamos pelo melhor caminho, e tomarei a senhora como exemplo de dedicação à pesquisa e ao método. Muito obrigado mesmo.

Gratidão eterna terei pela companheira Léia, por todas as conversas, conselhos e chororôs da vida... Para além disso, nossas reflexões sobre Educação, movimentos sociais e juventude foram cruciais para o pensar deste trabalho. Amo você.

RESUMO

O presente trabalho é resultado de pesquisa que analisou as práticas educativas do Movimento Levante Popular da Juventude a partir das narrativas de participantes na cidade de Vitória da Conquista-BA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo na Fenomenologia Sociológica de Alfred Schutz e na abordagem dos movimentos sociais sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico de Herbert Blummer a base para a compreensão das motivações dos integrantes para a participação no Movimento e de suas práticas educativas. Foram revistados seis militantes, dois de cada setor da organização (mulheres, negros e negras e diversidade sexual e gênero), sendo um que compõe a organização há mais tempo e outro mais recente. Como técnica para obtenção de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada e a análise de conteúdo. Conclui-se que a participação no Movimento social Levante Popular da Juventude possibilita que os integrantes estejam imersos em práticas educativas não-formais apreendidas nas atividades organizadas pelo Movimento, como atos de reivindicação, reuniões, formações políticas, acompanhamento por parte de militantes mais velhos, vivências, entre outras coisas, a partir de relações intersubjetivas que se estabelecem entre os participantes.

Palavras-chave: Levante Popular da Juventude. Movimentos Sociais. Práticas Educativas.

ABSTRACT

The present work is the result of a research that analyzed the educational practices of the Levante Popular da Juventude Movement, from the narratives of participants in the city of Vitoria da Conquista – BA. It is a qualitative research that used Alfred Schutz's Sociological Phenomenology and the approach of social movements from the perspective of Herbert Blumer's Symbolic Interactionism as the basis for understanding the motivations of the members participating in the Movement and its educational practices. Six militants were analysed, two from each sector of the organization (women, people of color and sexual and gender diversity), one of them having being associated with the organization for a long time and the other being a more recent member. It was used a semi-structured interview and content analysis as techniques for obtaining data. The conclusion is that participation in the Social Movement Levante Popular da Juventude allows members to be immersed in non-formal educational practices present in the activities organized by the Movement, such as acts of protest, meetings, political formations, accompaniment by older militants, experiences, among other things, enhanced by the intersubjective relationships established among the participants.

Key Words: Levante Popular da Juventude. Social Movements. Educational Practices.

SUMÁRIO

1	O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	p. 9
1.1	TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E CONCEITO DE JUVENTUDE	p. 20
1.2	PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE E ANÁLISE DE TRABALHOS	p. 46
1.3	METODOLOGIA	p. 54
1.3.1	CAMPO DA PESQUISA, BLOCO DE ENTREVISTAS E ANÁLISE DE CONTEÚDO	p. 63
2	MOTIVAÇÕES E PENSAMENTOS DOS MILITANTES DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE	p. 72
2.1	TORNAR-SE MILITANTE DO LEVANTE	p. 72
2.2	PENSAMENTO DOS MILITANTES	p. 78
3	PRÁTICAS EDUCATIVAS NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE	p. 84
3.1	EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA EDUCATIVA	p. 84
3.2	EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO LEVANTE	p. 88
3.3	TRABALHO COLETIVO, DIVISÃO DE TAREFAS E CARÊNCIAS FORMATIVAS	p. 99
4	CONCLUSÃO	p. 110
	REFERÊNCIAS	p. 113
	ANEXOS	p. 121

1. O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Antes de discorrermos sobre o tema em si, é de se destacar que este pesquisador é integrante do movimento desde março de 2012, tendo contato com seus integrantes e seguindo a linha de atuação durante os tempos de militância no movimento estudantil desde março de 2011, vindo a compor a coordenação nacional do Levante em agosto de 2014 – permanecendo até os dias atuais. Portanto, coloca-se aqui o primeiro desafio para a pesquisa, que é o do pesquisador-militante investigar o seu próprio movimento. O segundo desafio foi o de se conseguir material teórico produzido pelo movimento, uma vez que grande parte de suas instruções são restritas apenas aos militantes e não são publicados em redes sociais, livros, artigos, entre outros.

Quanto ao primeiro desafio, o de me tornar um pesquisador de fora, foi contornado pelo “olhar em lupa” proporcionado pelos fundamentos teórico e metodológicos adotados na pesquisa. Para superar o segundo desafio foi solicitada permissão para o coletivo da coordenação nacional no sentido de publicizar, nesta pesquisa, os balanços internos e informações necessárias para a consecução do objetivo da pesquisa, a qual nos foi permitida.

Dessa forma, o terceiro desafio posto para esta pesquisa é o de buscar a configuração das práticas educativas do Levante com base nas narrativas de seus participantes sob duas perspectivas teóricas e metodológicas ainda não utilizadas pelas instâncias do movimento, o Interacionismo Simbólico de Herbert Blummer e a fenomenologia social de Alfred Schutz.

No ano de 2016, o Levante lançou a Cartilha I - Escola Nacional de Formação Política do Levante Popular da Juventude “Emerson Pacheco” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a) na qual sistematiza os primeiros passos da criação do movimento e o que a organização pensa sobre a formação política. O que antes era feito através de relatos dos primeiros militantes ou de parcas relatorias agora está sendo minimamente registrado. É com base nesta cartilha que traçaremos um panorama do histórico do Movimento.

O Levante surgiu a partir de uma articulação engendrada pela Via Campesina¹ e pela Consulta Popular² no ano de 2005, no Rio Grande do Sul. Antes disso, os movimentos que

¹ Articulação internacional de movimentos populares que atuam no campo, da qual fazem parte centenas de movimentos do planeta, tendo como maiores expoentes no Brasil o MST (Movimentos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Sem Terra), MPA (Movimento de Pequenos Agricultores), MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), CPT (Comissão Pastoral da Terra), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), PJR (Pastoral da Juventude Rural), dentre outros.

² A Consulta Popular é uma organização partidária surgida em 1997 que aglutina “militantes de movimentos sociais que não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda eleitoral, que gradativamente foi rebaixando

fazem parte da Via Campesina viram a necessidade de fazer trabalho de formação política de sua juventude, especialmente pela necessidade de renovar o quadro de militantes das organizações e, também, por compreender que a juventude daria continuidade ao trabalho iniciado nas décadas de 1980 e 1990.

A Consulta Popular, instrumento político-partidário que congrega parte da militância da Via Campesina, adotou em resolução de sua Assembleia Nacional (CONSULTA POPULAR, 2011, p. 98) a necessidade de organizar a juventude da classe trabalhadora e, em especial, os jovens da periferia urbana. Dessa forma, a Consulta Popular deslocou militantes que atuavam nos movimentos da Via Campesina para dedicar esforços na construção de um movimento social de jovens, que tivesse atuação tanto no campo quanto na cidade e, nesta última zona de atuação, sobretudo nas periferias, visto que nelas se concentram grande parte da população brasileira carente de serviços públicos, mas, também, de organização política.

Dessa forma, iniciando o trabalho no Morro da Cruz, na periferia de Porto Alegre, esses militantes “destacados” para a construção de um movimento de jovens conseguiram reunir novos jovens e começaram a fazer um trabalho de conscientização política (ou trabalho de base). Foram os jovens desse bairro que deram o nome ao movimento. Em 2006, durante encontro da Via Campesina na cidade de São Gabriel-RS, o Levante realiza seu “acampamento³”, com aproximadamente 700 jovens, boa parte integrantes dos movimentos do campo, jovens desempregados e estudantes universitários.

Em 2008, a partir de uma leitura política de que as massas dos grandes centros urbanos impulsionariam mobilizações tomando como base as contradições citadinas, a Consulta Popular, juntamente com a Via Campesina, realizou os “acampamentos do campo e da cidade” em diversas capitais, congregando jovens do campo, das periferias e das universidades. Nesses acampamentos os jovens debatiam os problemas específicos de suas vivências, mas também os problemas em comum, inclusive a necessidade de se ter um movimento social com área de atuação nacional que reunisse essas diferentes juventudes.

A partir desses “acampamentos do campo e da cidade”, diversos coletivos de jovens foram criados em vários Estados do país, organizados, sobretudo, pela Consulta Popular e pelos movimentos da Via Campesina. Contudo, esses coletivos não tinham ainda a identidade “Levante Popular da Juventude”, que ainda se restringia ao Rio Grande do Sul.

seu programa e se contentando com a perspectiva de serem apenas gerentes da máquina administrativa” (Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/quem-somos>. Acesso em 22 fev. 2017)

³ Acampamento é o nome que se dá aos encontros do Levante Popular da Juventude.

Um dos passos mais importantes para a nacionalização do Levante Popular da Juventude se deu em 2011, quando a Assembleia Nacional da Consulta Popular deliberou que

O trabalho com a juventude e movimento estudantil deverá se basear na construção de uma **identidade nacional comum**. Nossa prioridade é a nacionalização, tanto de um método de construção entre a juventude, quanto de uma identidade que o reconheça, **e, por isso apontamos para a construção paciente de nacionalização do Levante Popular da Juventude**. (CONSULTA POPULAR, 2011, p. 98, grifos originais).

Dessa forma, esses diversos coletivos de jovens criados a partir dos acampamentos do campo e da cidade articularam, juntamente com o Levante Popular da Juventude do Rio Grande do Sul, a construção do I Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude, que se realizou em fevereiro de 2012, na cidade de Santa Cruz do Sul – RS, sendo este o marco considerado como de fundação do movimento ao nível nacional. Neste I Acampamento participaram 1200 jovens de 17 Estados do país. A sua primeira Carta Compromisso (anexo I) demarca as bandeiras de luta do movimento.

O II Acampamento Nacional foi realizado em abril de 2014, na cidade de Cotia-SP, contando com a participação de 3200 jovens de 25 Estados do Brasil. Na ocasião Levante lançou sua segunda carta de compromisso (anexo II), em que reafirma sua luta em favor dos direitos da juventude, contra todas as formas de opressão e pela superação da ordem capitalista vigente.

Entre 5 e 9 de setembro de 2016 foi realizado o III Acampamento Nacional do Movimento, na cidade de Belo Horizonte, no qual participaram 7000 jovens de 25 Estados do país. Foi lançada a III carta de compromisso (anexo III) e ao final do Acampamento foi realizada uma marcha pela cidade de Belo Horizonte, em que o mote principal foi a denúncia do que o Movimento considera como golpe ao mandato da presidenta Dilma Roussef, em ato realizado em frente à rede globo (FERNANDES, 2016).

Compreendendo o modelo orgânico⁴ como a forma pela qual o movimento se organiza, as suas instâncias, os seus objetivos, métodos de atuação e a construção de sua

⁴ Modelo orgânico é a nomenclatura pela qual se convencionou a chamar a estrutura organizativa dos movimentos populares. Difere da estrutura organizativa de associações, entidades sindicais e outras formas associativas por conter em si duas questões fundamentais: a) a não institucionalidade; b) inserção de elementos políticos de base marxista. Quanto a não institucionalidade, fica claro ao perceber que grande parte dos movimentos populares não possui estatutos e/ou não estão vinculados à estrutura estatal. Quanto aos elementos políticos na conformação do modelo orgânico, ele leva em consideração o objetivo e a estratégia da organização. Além disso, “O modelo orgânico popular se inspira na criatura humana que tem uma dimensão biológica (carne, nervo, osso), psicológica (sentimento, vontade, consciência...) e transcendental (arte, estética, espiritualidade...). Esse corpo humano é formado por conjuntos de células que, ao mesmo tempo, são autônomas e funcionam em sintonia. A função da célula é transportar tudo: oxigênio, nutrientes... para cada parte do corpo. As células são

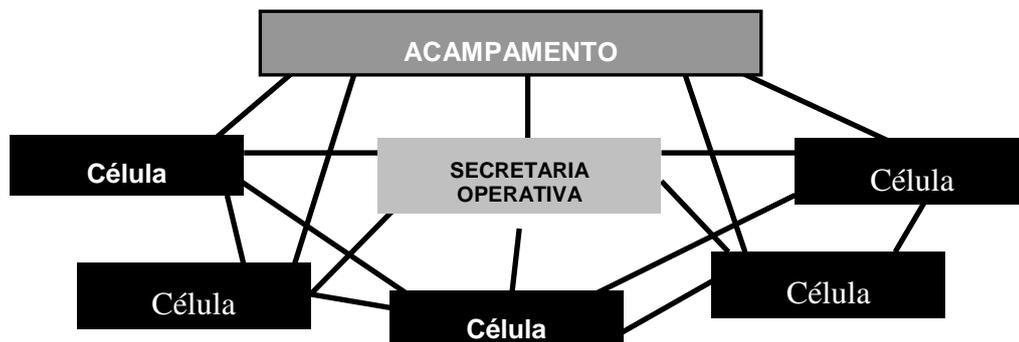
identidade, a proposta do Levante é organizar a juventude a partir de três campos de atuação: 1) no meio estudantil secundarista e universitário; 2) nas periferias dos centros urbanos e 3) nos setores camponeses. Nestes últimos, a proposta é organizar a juventude dos movimentos da Via Campesina.

Para o Levante,

Nosso principal objetivo é multiplicar grupos de jovens em diferentes territórios e setores sociais, fazendo experiências de organização, agitação e mobilização. Também queremos ir em busca de força motriz da Revolução Brasileira, ou seja, ter inserção social em diferentes categorias do povo que possam vir a levantar-se no novo período, que virá, de ascenso das lutas. Enxergamos um mundo dividido entre aqueles que exploram e oprimem e aqueles que trabalham e que têm o fruto de seu trabalho roubado. Esse é o sistema capitalista-patriarcal-racista, que cria uma relação de dominação entre culturas e povos, destrói o meio ambiente, oprime e explora as mulheres, assassina a juventude negra, silencia gays e lésbicas e tolhe, cotidianamente, todos os nossos sonhos. Entendemos que só com o povo unido, metendo a mão junto, é possível construir o novo mundo que sonhamos. Para isso é preciso apresentar um projeto de nação diferente, que derrube o projeto das classes dominantes onde uma pequena parte da população explora e domina a maior parte. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012a).

O movimento se baseia sobre o tripé “Organização”, entendido como a necessidade de se acumular força social (juventude organizada), “Formação”, ou seja, o trabalho de conscientização política e de definição das metas-síntese do movimento e “Lutas”, que é a ação social na prática, as manifestações, as ocupações, entre outros.

A estrutura orgânica básica pode ser resumida da seguinte forma:



também responsáveis pela renovação contínua de novas células. [...]O modelo orgânico popular incorpora o conceito de Quadro e de Massa enquanto divisão de papéis e relação de poder. Quadro significa maior qualificação política (tem utopia, análise da realidade, elaboração estratégica, condução política, capacidade de formular propostas de mudança...). Só se entende quadro político como parte da organização e onde se destaca por qualificação e compromisso. A massa significa o conjunto da classe que trabalha, é a quantidade que, em geral, tem um baixo nível de consciência e de elaboração política e se move pela necessidade do cotidiano” (PELOSO, 2012, pp 58-61)

Figura 1: Gráfico da organicidade do Levante. Fonte: LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012b, p. 17.

As células conformam pequenos grupos, com no máximo 10 militantes, que se dividem para desempenhar as tarefas de cada local de atuação. Nas células, as linhas políticas da organização e o processo de formação política devem ser desenvolvidos a partir do centralismo democrático, em que cada um deve se orientar a partir do que a coletividade definir.

As células são o núcleo fundamental da organização. Elas são formadas por “pequenos grupos de jovens que se ligam por afinidade territorial, laboral, de curso ou escola. Esse método proporciona que ocorram encontros mais rápidos e frequentes devido à semelhança da rotina dos integrantes, além de possibilitar uma maior participação na tomada de decisões, e uma potencialização da execução dos encaminhamentos” (ARAUJO, 2013, p. 31).

A secretaria operativa “é responsável por cumprir as decisões tomadas nas células e acampamentos. Acumula a tarefa de articulação interna (entre as células) e externa (com a sociedade de modo geral). É formada por representantes de cada célula”, podendo, em alguns casos excepcionais, tomar decisões sem consultar todo o coletivo; e os acampamentos “são as instâncias máximas de decisão. São os espaços em que se reúnem os/as militantes de todas as células, onde são socializadas as experiências locais e onde se dá a conversa sobre os rumos gerais do Levante” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012c, p. 17).

Além dessa estrutura básica, o Levante possui uma Coordenação Nacional, composta por 2 militantes de cada Estado onde está presente, responsável por sugerir diretrizes de atuação e fazer o balanço das ações do movimento a partir do que foi definido nos Acampamentos Nacionais. Como esta Coordenação Nacional se reúne de duas a três vezes por ano, constituiu-se uma Coordenação Nacional Executiva, que é um coletivo dentro da Coordenação Nacional, com um número menor de integrantes, que se reúne mais frequentemente para tomar decisões no plano tático e desenvolver o acompanhamento político do Levante nos Estados. E, ainda, a Secretaria Operativa Nacional, que é um espaço composto por um número reduzido de membros da Executiva Nacional. A secretaria operativa nacional não se configura como uma instância, pois suas definições são essencialmente operacionais. A Secretaria Operativa Nacional tem como função dar encaminhamento às decisões tomadas na

Coordenação Nacional e na Coordenação Executiva. Alguns Estados possuem essa mesma estrutura nacional (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012c, p. 5).

Além dessa estrutura, o Levante Popular da Juventude possui seus setores (Mulheres, Negros e Negras e Diversidade Sexual e Gênero) e Coletivos (Comunicação, Formação Política, Internacionalismo, Finanças e Agitação e Propaganda – AgitProp), que se reproduzem ao nível nacional, estadual e municipal.

Os setores constituem um espaço de aprofundamento do debate feminista, anti-racista, anti-homofóbico, protagonizado pelos próprios sujeitos dessas opressões. Os setores devem ter uma atuação tanto de âmbito interno à organização, no sentido de afirmar as pautas referidas no interior do movimento, como de âmbito externo, ou seja, voltada para incidir na sociedade através dessas bandeiras de lutas. Os setores devem estar vinculados às coordenações e não devem ser entendido como instâncias. [...]Os coletivos reúnem os militantes responsáveis por determinadas tarefas estruturais e transversais que demandam certa especialização, tais como a Comunicação, a Formação e a Agitação e Propaganda. Tais coletivos tem a responsabilidade de avaliar e planejar ações nos seus eixos de atuação. Os coletivos devem estar vinculados às coordenações e não devem ser entendido como instâncias. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012c, pp. 5-6).

A forma de captação de recursos se dá por meio de editais de fundações e de agências estatais, além de conformar parcerias com outros movimentos populares, entidades sindicais, professores, juristas entre outros. Outra forma é por meio da internet, como o que se extraiu da plataforma digital Catarse:



Fonte: <https://www.catarse.me/users/612322-levante-popular-da-juventude>

No ano de 2014 o Levante construiu seu coletivo nacional de Relações Internacionais, por meio do qual firma parcerias com entidades internacionais e movimentos de juventude de diversos países do mundo, sobretudo da América Latina e África. Em novembro de 2014 o Levante participou do encontro dos movimentos sociais com o Papa Francisco, no Vaticano (BETTO, 2014).

O Levante não possui estatutos ou regimentos, e suas resoluções são transmitidas por meio de cartilhas e circulares de orientação, em sua maioria confeccionadas pela coordenação nacional do movimento e pelo setor de formação.

Quanto às práticas educativas do Levante, o movimento parte da compreensão de que

A formação política no movimento popular não se reduz a um espaço formal, a um curso. Não concebemos a formação de um militante apenas pelo seu tempo de estudo. Ao contrário, a formação é um processo integral que envolve diferentes aspectos e experiências, como cursos, os processos de luta, as contradições da vida, a vivência dentro da organização, o estudo individual e muitas outras coisas (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a).

A ideia de se construir um movimento de juventude não partiu do nada, tampouco sua estrutura e suas bandeiras de luta surgiram a partir de ideias mirabolantes feitas por um coletivo de estudiosos. O lema “a ação faz a organização” cunhado por Carlos Marighella durante sua atuação na Ação Libertadora Nacional é resgatado pelo Levante (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b) como forma de expressar que as ações do movimento é que constroem o caráter e a identidade da organização.

Para Gohn,

Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica. Ele não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada. (GOHN, 2014, pp. 62-63)

O Levante se construiu a partir da experiência histórica de diversos movimentos sociais que atuam/atuaram no Brasil e no mundo desde os anos 1960. Isso fica claro na

cartilha “I Escola Nacional de Formação Política do Levante Popular da Juventude ‘Emerson Pacheco⁵’”, em que

Em termos de projeto político o Levante herdou dos movimentos da Via Campesina e da Consulta Popular a defesa do Projeto Democrático e Popular⁶ como estratégia para a construção da Revolução Socialista no Brasil. Deste modo, o Levante se conforma enfaticamente como uma organização vinculada ao campo do Projeto Popular, vocacionada para a luta social popular.

Em termos de método de trabalho e forma orgânica, o Levante se aproxima muito também das experiências das Pastorais da Juventude. Excetuando o elemento religioso, a compreensão de que o trabalho de formação política da juventude não deve estar dissociado da construção de laços de amizade, da vivência, do compartilhamento de vida é um legado das PJs, bem como a ênfase no acompanhamento pessoal.

Por fim, a terceira fonte que contribuiu decisivamente na construção da identidade do movimento foi relação de intercâmbio com os movimentos populares da América Latina. Tanto o Coletivo de Juventude da Via, quanto do Levante no Rio Grande do Sul estiveram presentes em várias edições dos acampamentos latinos. Essas participações nos possibilitou incorporar vários elementos identitários dessa cultura política, como as batucadas, as músicas, as performances nos atos [...]. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 7).

Sabemos que o movimento estudantil foi fundamental na defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). À época, centenas de estudantes foram presos, torturados, mortos e muitos outros continuam desaparecidos até hoje. O método de luta dos estudantes, qual seja, realização de assembleias, passeatas, panfletagem na porta das universidades, “passadas” em salas de aulas são utilizados ainda hoje pelo Levante. A experiência do Centro Popular de Cultura da UNE também inspira o Levante (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015a), o qual constrói intervenções teatrais nas universidades e nos protestos.

Da Revolução Sandinista da Nicarágua veio a experiência do trabalho nas escolas, universidades e nos bairros e o “destacamento” de militantes. Os Sandinistas faziam o trabalho de base nas escolas e universidades e, concomitantemente, destacavam militantes

⁵ Emerson Pacheco foi um militante do Levante Popular da Juventude de Fortaleza-CE, assassinado em fevereiro de 2016, durante uma abordagem policial.

⁶ O Projeto Popular é o conjunto de bandeiras democráticas e populares da classe trabalhadora que historicamente foram negadas pelas elites brasileiras; um programa político revolucionário que pauta mudanças estruturais na sociedade, onde os protagonistas são as massas camponesas e operárias organizadas em busca de uma pátria socialista. Essas bandeiras perpassam pela democratização dos meios de comunicação, a universalização do acesso à educação em todos os níveis, redução da jornada de trabalho, reforma política, defesa da nacionalização do petróleo e dos minérios, combate ao racismo, machismo e homofobia, saúde universal de qualidade, dentre outras. Os cinco compromissos atuais do Projeto Popular são a Solidariedade, a Soberania Popular, o Desenvolvimento, a Democracia Popular e a Sustentabilidade (CONSULTA POPULAR, 2011, p. 12).

destes espaços para atuarem no trabalho de formação política nos bairros periféricos das cidades nicaraguenses. O Levante desloca militantes que estão nas universidades para atuarem no trabalho nos bairros populares (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015b), ajudando a população local a construir suas associações de moradores, reivindicações em torno do saneamento, praças de esportes, melhorias na estrutura, etc.

Em 2015 o Levante realizou a semana de solidariedade “Nós por nós: se eles lá não fazem nada, nós aqui fazemos”, na qual foram consertadas praças, escolas e ministradas oficinas para a juventude das comunidades (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2015c). Tal atividade foi inspirada na experiência das brigadas de solidariedade que ocorriam após a Revolução Cubana de 1959, onde estudantes universitários passavam parte de suas férias realizando trabalhos na zona rural.

Mas, a contribuição decisiva para a conformação da identidade do Levante Popular da Juventude veio dos movimentos populares do campo, em especial da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Sem Terra (MST). O modelo orgânico do Levante é muito parecido com o do MST⁷. Além disso, o Levante herdou do MST o método “ocupar, resistir, produzir” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2009), ou seja, o método das ocupações, as quais são muito utilizadas pelo Levante nos seus atos e reivindicações.

As contribuições fundamentais dos movimentos do campo para o Levante foram sem dúvida a Mística e a Agitação e Propaganda (AgitProp). A mística é um processo de despertar e de sensibilização, que resgata a memória e aspectos da cultura do povo, transmitindo conhecimentos e saberes num processo dialético, uma vez que os “espectadores” se envolvem no ser e no sentir da mística. Esse processo de sensibilização ocorre por meio de poesias, músicas, encenações teatrais, reprodução de diálogos, palavras de ordem, entre outras formas de expressão humana, podendo ser utilizados vários elementos e cenários que representem a luta do povo brasileiro, como bandeiras, pás e enxadas (instrumentos de trabalho), cenário com velas (representando velório/enterro), etc.

Por meio da mística, a militância do Levante se utiliza de processos sócio-artístico-culturais que trazem à tona, no momento de sua realização, a memória social das lutas empreendidas pelo povo brasileiro, tanto no campo quanto na cidade. Podem recontar também a labuta diária dos jovens trabalhadores camponeses e urbanos e sua persistência pelas melhorias na qualidade de vida. O intuito é claramente o de sensibilizar e despertar para a

⁷ O modelo orgânico do MST está descrito na cartilha “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST”, produzida em 2016 pela Secretaria Nacional do Movimento.

ação social, seja nos momentos de planejamento de atos, seja simplesmente como forma de revigorar os ânimos em tempos difíceis (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2013).

Isto se dá por meio do resgate das ações históricas promovidas por movimentos camponeses e urbanos, ou rememorando fatos que mancharam a história de sangue, como o massacre do Eldorado dos Carajás e de Felisburgo e a chacina da Candelária. Dá-se ainda com o resgate da atuação de figuras que o movimento considera como mártires que lutaram em processos de libertação nacional, como Ernesto Che Guevara e Fidel Castro em Cuba, Augusto César Sandino na Nicarágua, Emiliano Zapata no México, e Nelson Mandela na África do Sul.

Assim, o Levante busca ressignificar e recontar a história sob a ótica dos oprimidos e espoliados, disputando e (re)construindo uma memória coletiva que é distorcida pelas classes dominantes por meio de sua ideologia. Em síntese, “nas apresentações das místicas, a relação passado, presente e futuro é visível. Através dos acontecimentos ocorridos em tempos pretéritos, busca-se dar sentido às lutas no presente” (COELHO, 2010, p. 185).

Já a agitação e propaganda “é um conjunto de métodos e formas que podem ser utilizados como tática de agitação, denúncia e fomento à indignação das classes populares e politização de massas em processos de transformação social” (VIA CAMPESINA, 2007, p. 10). São os conhecidos carros de som, cartazes, apitaços, palavras de ordem, encenações teatrais etc.

O Levante busca trazer a agitação e propaganda para os fatos da política e da sociedade brasileira, tentando dialogar ao máximo com a juventude e com sujeitos envolvidos nos processos de luta. A agitação e propaganda do Levante estão bastante presentes nos atos.

A ênfase nas técnicas de agitação possibilitou a construção de uma estética que fugia da tradição política brasileira, como mostraram os próprios escrachos. Essa identidade foi imediatamente percebida como uma linguagem que dialogava com a juventude. Uma organização que se pretenda representar a juventude do povo brasileiro, deveria se expressar como tal. A animação como veículo de transmissão de uma mensagem política se transformou em uma marca do Levante. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 8).

A primeira grande ação de expressão do Levante foi a realização dos escrachos. Como sabemos, a América Latina viveu um período em que governos ditatoriais exerceram o poder de forma totalitária e desrespeitosa aos direitos e liberdades individuais e coletivas. Movimentos de juventude da Argentina, Chile e Uruguai realizaram os primeiros escrachos, que consistiam em ações organizadas por grupos de 20 a 30 pessoas,

que se deslocavam anteriormente até os bairros dos torturadores para dialogar com a vizinhança e explicitar o seu passado, convidando-os a participar do ato que aconteceria em breve. No dia marcado, saíam em marcha com megafones em punho, alertando à vizinhança que naquela rua, em determinado endereço, vivia tranquilamente um torturador. Ao chegar no local, ovos e bexigas cheias de tinta vermelha eram arremessadas contra as paredes, como forma de sinalização, apontando que aquele era o repouso do verdugo.

Ao revés das tradicionais marchas e protestos, esses escrachos voltavam uma atenção especial à sua estética e detinham um caráter festivo, sendo acompanhados por murgas⁸, e intervenções artístico teatrais. Outras encenações reproduziam cenas de interrogatórios e torturas comuns nos quartéis e delegacias. Um dos princípios dessas manifestações é o seu caráter público, pois ao agirem à luz do dia e sem esconder seus rostos, distanciam-se do vandalismo e principalmente dos militares, os quais promoviam suas ações na calada da noite e até hoje negam a maioria de seus atos (ARAUJO, 2013, pp. 34-35)

Assim, em abril de 2012, no auge da discussão sobre a implementação da Comissão Nacional da Verdade, o Levante Popular da Juventude realizou escrachos nas casas de diversos torturadores em diversas capitais do Brasil. O fato ganhou notoriedade internacional e conferiu ao Levante a menção honrosa do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, entregue pela presidenta Dilma Rousseff a uma militante da organização em dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

Ainda no ano de 2012, o movimento lançou a campanha 3PE (Projeto Popular para Educação), sistematiza em uma cartilha (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012d), em que se propôs a fazer trabalhos nas escolas e universidades sobre o projeto de educação mais adequado aos anseios da juventude brasileira.

Em julho de 2013, durante as manifestações que tomaram o país, o Levante protagonizou atos de denúncia ao monopólio dos meios de comunicação, em especial contra a Rede Globo, jogando esterco de boi na sede da emissora em São Paulo (simbolizando a devolução da “merda” que diariamente a Rede Globo deposita nos lares brasileiros) (VIOMUNDO, 2013).

Outro fato que conferiu notoriedade ao movimento foi a do militante Thiago “Pará” que lançou cédulas fictícias de \$100,00 (cem dólares) durante entrevista coletiva do ex-presidente da Câmara de Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acusado de manter contas secretas na Suíça e de estar envolvido em diversos escândalos de corrupção, em novembro de 2015. As cédulas estampavam o rosto de Eduardo Cunha (ÁLVARES, 2015).

⁸ Manifestação cultural latino-americana de origem espanhola.

Em janeiro de 2016 militantes do Levante jogaram purpurina no rosto do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) no aeroporto de Porto Alegre, conhecido por seus pronunciamentos racistas, machistas e lgbtfóbicos (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016b). A partir dessas e de diversas outras ações, o Levante tomou proporções muito grandes para a idade do movimento, estando presente em 24 Estados e no Distrito Federal, possuindo cerca de 10 mil militantes.

Todos estes elementos constituem a Identidade do Levante Popular da Juventude, dialogando com o que a própria organização se intitula, ou seja, “uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. SOMOS A JUVENTUDE DO PROJETO POPULAR, e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira (...)” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012a, destaque original).

1.1 TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E CONCEITO DE JUVENTUDE

Os movimentos sociais sempre trouxeram um fascínio tanto para estudiosos das ciências sociais quanto para os atores⁹ que deles participam. Não existe consenso quanto ao conceito de movimentos sociais, seja porque a conjuntura econômica, política e social de cada época influencia sobremaneira nas táticas de ações e nas bandeiras de luta, fazendo com que os movimentos, que como o próprio nome já diz, fujam de uma certa lógica estática de classificação.

Entretanto, diversos estudiosos da temática teorizaram profundamente os movimentos sociais ao longo do século XX, tendo sido comum a caracterização dos movimentos a partir de três famílias de teorias: a Mobilização de Recursos (TMR), a do Processo Político (TPP) e a dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) (ALONSO, 2009).

⁹ Para Touraine, o ator social é alguém que “engajado em relações concretas, profissionais, econômicas, mas também igualmente ligado à nacionalidade ou gênero, procura aumentar à sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência. Este autor, ao considerar o caráter de historicidade e mudança presente nas relações sociais, questiona a integração e estabilidade anunciada pela sociologia clássica, sobretudo a funcionalista, e ao enfatizar o aspecto de mudança social dialoga com Marx, embora aqui mudança social seja concebida de um ponto de vista macrossociológico, mas sobretudo com Weber (TOURAINÉ, 2002, p. 137)”. Ainda, Touraine aborda os conceitos de indivíduo e sujeito: “o indivíduo, de maneira geral, é aquele moldado pelos padrões sociais, uma figura que não passa de uma tela em branco onde são depositados desejos, necessidades, mundos imaginários a serem consumidos. Em contraposição, o sujeito é aquele que se revolta contra essa situação, é o devir combatente, rebelde, que se volta para si no intuito de buscar a única verdade possível: a sua. [...]o sujeito evoca a ideia de luta social, semelhante à de consciência de classe, contudo enquanto esfera individual. O sujeito, portanto, configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate. [...] o sujeito é singular, peculiar, íntimo de cada ser; e o indivíduo é massificado, categorizado, coletivizado” (VERONESE, LACERDA, 2011, pp. 421-422).

Já Gohn (2014) elabora um quadro conceitual para a classificação das correntes teóricas dos movimentos sociais: a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista, estudos que apresentam em comum algumas caracterizações do contexto histórico de elaboração de tais teorias, as quais passarão a ser apresentadas.

Alguns teóricos das décadas de 1930 a 1960, como Riesman e Adorno, acreditaram que a dominação capitalista exerceu um estado de desmobilização política na sociedade. A sociedade de massas, voltada para o consumo, estaria exacerbando o individualismo das pessoas, as quais tendiam a não mais se envolver racionalmente em causas sociais, ou seja, a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade. Tais análises foram influenciadas pelo contexto político e social da época, em que a ascensão de regimes totalitários, o *crash* do sistema capitalista em 1929 e a Segunda Guerra Mundial incidiram sobremaneira nas formas de manifestação social (ALONSO, 2009).

O fato é que o mundo via acontecer uma série de novas manifestações sociais, tendo ganhado maior eco as manifestações pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos durante a década de 1960 e pela democratização do sistema político na França em maio de 1968, sendo certo que em muitas outras partes do mundo eclodiam manifestações sociais. Delas passou a haver uma compreensão de que as pessoas agiam por algum motivo e de maneira racional, objetivando alguma demanda concreta, o que destoou das teses da imobilidade política.

É neste contexto que surge nos anos 1970 uma série de teorias para explicar o caráter dos movimentos sociais, dentre elas a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR). Segundo os autores dessa teoria (McCarthy e Zald, 1977 *apud* ALONSO, 2009), os movimentos sociais tinham sentido e organização, pois os indivíduos que deles participam o fazem a partir de um “cálculo racional entre benefícios e custos” (ALONSO, 2009, p. 52). A ação coletiva só se viabilizaria a partir da mobilização de recursos materiais, que envolvem infraestrutura e finanças, e humanos (como apoiadores e ativistas), além da organização (que envolve a coordenação entre os indivíduos). Pressupõe um “ator individual, sem levar em conta o problema da formação de uma identidade coletiva” (PIVEN e CLOWARD, 1995 *apud* ALONSO, 2009, p. 53).

Para a TMR, os movimentos sociais vão se burocratizando com o passar do tempo, a criar normas, hierarquia interna, divisão de tarefas com especialização de seus membros, com os líderes administrando recursos e coordenando as ações. “Quanto mais longevos, mais

burocratizados os movimentos se tornariam. A longevidade, por sua vez, dependeria da capacidade de os movimentos vencerem a concorrência” (ALONSO, 2009, p. 52).

[...] vários movimentos podem se formar em torno de um mesmo tema, compondo uma “indústria de movimento social”, na qual haverá cooperação, mas também competição, em torno de recursos materiais e de aderentes a serem garimpados num mercado de consumidores de bens políticos. Daí a emergência de conflitos internos que gerariam faccionalismo, com dissolução de movimentos grandes e formação de subunidades em torno de uma mesma causa (ALONSO, 2009, p. 52)

A comparação entre os movimentos sociais e uma empresa gerou antipatia na esquerda (ALONSO, 2009, p 53), porém outros tipos de limitações foram identificadas, por exemplo, ao se focalizar numa dada realidade norte-americana, a TMR não foi capaz de dar conta de situações como as da América Latina das décadas de 1970 e 1980, nas quais parcelas pauperizadas da população, com poucos recursos financeiros e organizativos, e vivenciando um contexto de brutal repressão política, “produziam formas de resistência social ‘ocultas’ ou ‘submersas’, incapazes de alcançar objetivos políticos, ainda que inscritas em processos mais abrangentes de transformação cultural” (NUNES, 2013, 149).

Em 1975 surge uma outra teoria, a do Processo Político (TPP)¹⁰, a partir das contribuições de Tilly (1975), Tarrow (1993) entre outros. Em síntese, a TPP não prioriza a escolha racional e a estratégia na constituição do movimento social, mas a “estrutura de oportunidades políticas”, um conjunto de subsídios ou constrangimentos políticos, que favorece ou restringe as possibilidades de escolha (NUNES, 2013b, 262).

O conceito de “estrutura de oportunidades políticas” dá o parâmetro político. Tarrow (1998, p. 20) argumenta que, quando há mudanças nas EOPs, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da polity. Isso pode ocorrer pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, especialmente a redução da repressão a protestos; e pela presença de aliados potenciais (Kriesi, 1995) (ALONSO, 2009, pp. 54-55)

Desta forma, quando há condições favoráveis às estruturas de oportunidades políticas, os grupos sociais insatisfeitos com determinado tipo de situação se organizam e reivindicam suas bandeiras no cenário político. A TPP leva em consideração que a formação dos atores

¹⁰ Gohn (1997, p. 76) opta pelo termo “Mobilização Política”.

coletivos se dá no processo das reivindicações e das ações do movimento social, sendo a coordenação dos potenciais ativistas fundamental nessa conformação, coordenação esta que se dá num processo de solidariedade que se constitui na combinação entre o pertencimento à uma categoria e a densidade das relações interpessoais. É de se destacar que as ações são inócuas se não se levar em consideração as estruturas de mobilização, tais como recursos de organizações civis e redes sociais (ALONSO, 2009, p. 55).

A TPP, também, desenvolve o conceito de repertório: “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1995, p. 26 *apud* ALONSO, 2009, p. 58). Configura um repertório de ações dos movimentos sociais a realização de comícios, greves, passeatas, ocupações de prédios públicos ou particulares entre outros. A escolha de alguma dessas formas de ação se daria coletivamente e a partir das oportunidades políticas. Como exemplo, pode-se citar uma ação do Levante Popular da Juventude em São Paulo no dia 15 de julho de 2017, na qual os jovens fizeram um ato contrário ao prefeito (João Dória). Aproveitando a repercussão de algumas ações da prefeitura¹¹ (oportunidade política), os jovens realizaram uma pichação¹² (ação que está dentro do repertório do movimento) no muro da casa do prefeito.

A partir dos anos 1960 surgem novas formulações que apesar de apresentarem abordagens diferentes para o estudo dos movimentos sociais, possuem em comum a crítica a forma ortodoxa como alguns marxistas constroem a análise da realidade e dos movimentos sociais.

A influência da análise marxista da interpretação da realidade, sobretudo após o triunfo da Revolução Russa de 1917, levou diversos estudiosos a caracterizar o movimento social como prerrogativa única e exclusiva da classe trabalhadora, ou seja, a ideia de que somente o proletariado (que é a classe que vende a sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção, ou burguesia) era capaz de iniciar e conduzir movimentos para dar cabo a processos de transformação das estruturas da sociedade capitalista, em especial a tomada do

¹¹ Dentre elas, a ação de expulsão violenta de usuários de entorpecentes na região conhecida como “Cracolândia” (PASSOS, 2017), o projeto de privatização de patrimônios públicos (SANTIAGO, DOMINGOS, 2017) e a eliminação de uma série de grafites pintados em muros da cidade (O GLOBO, 2017).

¹² A ação foi amplamente divulgada na mídia, conforme algumas matérias relacionadas: WATANABE, Phillippe. **Dória é alvo de ato contra privatização e tem muro de sua casa pichado**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1901564-doria-e-alvo-de-ato-contr-privatizacao-e-tem-muro-de-sua-casa-pichado.shtml>; BRASIL DE FATO. **Levante Popular da Juventude faz escracho na casa de Dória; manifestante é detido**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/15/levante-popular-da-juventude-faz-escracho-na-casa-de-doria-manifestante-e-detido/>; VEJA. **Jovem acusado de pichar casa de João Dória é multado em R\$ 5 mil**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/jovem-acusado-de-pichar-casa-de-joao-doria-e-multado-em-r-5-mil/>. Acessos em 07 ago 2017.

poder. Gohn (2014) classifica essas teorias dentro da corrente histórico-estrutural, citando autores como E. Hobsbawm, T. P. Thompson, I. Mészáros, Octavio Ianni, Ricardo Antunes e Eder Sader como adeptos.

O pós Segunda Guerra Mundial abalou as estruturas da sociedade desde então. No campo¹³ político/bélico a bipolarização EUA x URSS marcou o período conhecido como guerra fria, na qual o mundo se viu à beira do colapso nuclear por conta das disputas hegemônicas dos dois blocos. Na economia o Estado de bem-estar social começava a dar sinais de estagnação, tendo sua derrocada no início da década de 80 com a conformação do Estado neoliberal. Do ponto de vista das relações sociais novas perspectivas tomaram conta das lutas empreendidas pelos movimentos sociais, sobretudo com o enfraquecimento do movimento operário e a ascensão de novos sujeitos sociais na cena política.

. O movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, as revoltas estudantis no maio de 1968 na França, a luta das mulheres contra a sociedade machista e patriarcal – em especial no mundo Ocidental –, os movimentos de ambientalistas contra a crescente destruição dos recursos naturais do planeta e os movimentos pacifistas contra as guerras em curso, em especial a do Vietnã, evidenciaram a dimensão sociocultural dos movimentos sociais. “As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os ‘novos sujeitos’ não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural” (ALONSO, 2009, p. 60).

Nesse período foram introduzidas questões diferenciadas na análise da realidade social, como a ênfase na microestrutura e não somente na macro, a percepção de uma multiplicidade de fatores de análise, além do econômico, o deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil, e da luta de classes para os movimentos sociais. O processo é classificado por Telles (1987, p. 62) como a “descoberta da sociedade como lugar da política”. Os autores deixam de analisar os sujeitos políticos apenas na relação classe-partido-Estado. Os partidos e sindicatos perdem o lugar de protagonistas políticos para os movimentos populares que ocorrem no bairro, no espaço social da moradia. (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 77).

Esses novos movimentos cumprem um papel de pressão social, de luta não contra a existência do Estado, mas sim pela melhoria dos problemas sociais de cada realidade. Disso se conclui que o mundo do trabalho perde a centralidade nos embates entre organizações

¹³ O campo é um “espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas. O campo se define como o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (ORTIZ, 1983, p. 19 *apud* GROPPPO, 2013, p. 1).

políticas e o Estado e os padrões. É neste contexto que surge a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), tendo como principais expoentes Alberto Melucci, Jurgen Habermas e Alain Touraine.

Esta corrente eleva ao patamar da luta política as reivindicações de segmentos sociais não abordadas pelas correntes histórico-estruturalistas, tais como os movimentos de mulheres, de negros, o da diversidade sexual, estudantil, ambientalista, pela paz, indígena entre outros. Para esta corrente, a abordagem excessiva à centralidade das classes sociais dos marxistas impediu a visualização de identidades culturais emergentes, as quais passaram a protagonizar as lutas sociais do século. “É importante registrar que eles teceram críticas ao marxismo, mas tiveram com ele um diálogo permanente, não o descartando” (GOHN, 2014, pp. 29-30).

Uma vez que Alonso (2009) classifica as teorias dos movimentos sociais em três grandes famílias (sendo certo que NUNES, 2013a, corrobora com a classificação), GOHN (2014) coloca a Teoria dos Novos Movimentos Sociais dentro de um outro quadro conceitual, caracterizando-a como uma corrente culturalista-identitária. Ainda, diferentemente da primeira, Gohn (2014) caracteriza a Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria do Processo Político como correntes institucional/organizacional-comportamentalista.

Nunes (2013b) identifica que, apesar das diferentes concepções acerca dos movimentos sociais, é possível detectar consenso em torno de características que seriam próprias de um movimento social:

A primeira delas é a mobilização coletiva, identificada e explicada de diferentes formas nas diversas teorias dos movimentos sociais: comportamento coletivo, ação coletiva, redes, ação conjunta ou coordenada, etc. A segunda é reivindicar ou propor mudanças, ou seja, intervir na realidade social, com algum nível de organização. Evidencia-se, também, um caráter não institucional na ação efetivada, em alguma medida. Finalmente, a ação coletiva, para ser considerada movimento social, deve apresentar alguma continuidade temporal (NUNES, 2013, p. 257).

Para fins didáticos, recorreremos a outros tipos de classificação e abordagem sobre os movimentos sociais, tendo como base as propostas de Alain Touraine. Com bastante influência na América Latina, Maria da Gloria Gohn expõe de maneira sucinta o pensamento de Touraine acerca da classificação dos movimentos sociais:

Touraine apresenta também uma nova nomenclatura para classificar os movimentos sociais: societais, históricos, culturais (embora esses termos possam não ser excludentes). Ele chama de movimentos societais aqueles que questionam orientações gerais da sociedade. Já os movimentos

históricos não se opõem aos donos de uma ordem social estável senão às elites que dirigem a mudança. Põem em questão mais uma elite que uma classe dirigente, opõem o povo às elites, os que sofrem as mudanças e os que as dirigem (ele classifica nesta categoria o movimento antiglobalização). Os movimentos culturais são movimentos de afirmação mais do que de impugnação (ou contestação). Eles levam em si mesmos um trabalho de subjetivação, e são movimentos de liberação, ainda quando estejam animados por uma imagem pessimista da humanidade, como sucede com frequência nos movimentos de reforma religiosa (GOHN, 2014, p. 110).

Touraine (*apud* GOHN, 2014) elenca três elementos cruciais para se constituir um movimento social: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito. As categorias Identidade, Oposição e Totalidade “fornecem o paradigma que descreve analiticamente o campo de conflito, que é, portanto, compreendido em termos relacionais” (GOHN, 2014, p. 93).

Maria da Glória Gohn, em seus inúmeros estudos sobre os movimentos sociais, os conceituam como “ações sociopolíticas construídas por atores coletivos¹⁴ de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil¹⁵” (GOHN, 2014, p. 14).

¹⁴ Sobre o conceito de atores coletivos, valemo-nos da seguinte síntese que aborda diversas teorias sociológicas, da qual filiamo-nos a corrente interacionista: “A reivindicação de uma identidade coletiva para o movimento social tem, por um lado, raízes no pensamento sociológico clássico, inequivocamente holista, de Marx (Marx, Engels, 2007) e seguidores como Lucaks (1989), e, por outro lado, de Durkheim (1999, 2000). Uma consciência de classe coletiva, ‘para si’, é necessária para o movimento revolucionário. Também para Durkheim uma consciência coletiva e solidária é indispensável para a efetivação da coesão e de uma moralidade social compartilhada. Já para Weber o fato de um indivíduo se posicionar numa situação de classe específica não implica uma forma de identidade ou participação na ação coletiva. Os grupos de status também não implicam formas de ação coletiva, embora se tornem conscientes de compartilhar um tipo de identidade coletiva. No entanto, a organização social em termos de uma identidade coletiva só se efetiva no partido político, que envolve associação e está sempre direcionado a metas, de uma forma planejada (Cf. Weber, 1991). A tradição interacionista, na esteira de G. H. Mead, sustenta uma fundamentação sociopsicológica da construção da identidade coletiva, com base na relação entre mente, *self* e sociedade (*mind, self and society*). O *self*, ou pessoa social, é construído com base em pressuposições, sentidos e estruturas sociais pré-existentes. Interagindo com outras pessoas nas diversas situações sociais, o *self* modela, por sua vez, as estruturas sociais, contextos e sentidos emergentes. Sociólogos influenciados pela fenomenologia, como Berger e Luckmann (2004), desenvolveram uma perspectiva construcionista que articula dialeticamente a realidade objetiva e sua apreensão subjetiva, psicológica. Outras aproximações da psicologia social, como a da teoria das representações sociais, de Moscovici, parecem conceber a identidade coletiva como produto de interações e de estruturas sociais (Cf. Hunt, Benford, 2004). Blumer, em ‘Comportamento coletivo’ (1939), incorpora as contribuições clássicas e o instrumental sociopsicológico para construir uma ideia de identidade coletiva aplicada aos movimentos sociais, ou seja, em instâncias em que o comportamento coletivo dá lugar à ação coletiva: a organização do movimento deve construir um espírito de equipe, a partir de uma liderança reconhecida e pela constituição da consciência do coletivo, mediada por regras e valores associados a um conjunto de expectativas”. (NUNES, 2013a, pp. 145-146). Disto conclui-se que, a partir do conceito de sujeito de Touraine e dos pressupostos do interacionismo simbólico, que o ator coletivo é o sujeito que age em interação com os seus semelhantes, sendo constructo e construtor em uma determinada situação social.

¹⁵ Os estudos pioneiros sobre o conceito de sociedade civil, sociedade política, Estado ampliado e hegemonia são da lavra do autor italiano Antonio Gramsci. Para ele, o Estado comporta em seu interior duas esferas: interior duas esferas: “a sociedade política (também entendida como ‘Estado em sentido restrito’ ou ‘Estado coerção’), que se consubstancia nos *aparelhos, órgãos ou agências burocráticas-coercitivas estatais*, e a sociedade civil,

Na obra “Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo” ela cria uma tipologia e intenta mapear os protagonistas que emergem no cenário nacional focalizando três eixos de atuação: 1) Os movimentos e ações de grupos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais, protagonizados pelas mulheres, afrodescendentes, indígenas, jovens e idosos, imigrantes, deficientes físicos, camponeses, etc.; 2) Movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso e condições para – terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário, etc.; 3) Os movimentos globais ou globalizantes como o Fórum Social Mundial. São lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. Estas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. (GOHN, 2010, pp 12-14).

Ainda, aglutina este leque diferenciado de atores coletivos em quatro sujeitos sociopolíticos, e eles se articulam nas redes, a saber: a) Os movimentos sociais – considerados como categorias empíricas (podendo ser localizados territorialmente); b) As ONGs, entidades assistenciais e entidades do mundo empresarial articuladas pelo chamado Terceiro Setor; c) Os fóruns, plenárias, articulações nacionais e transnacionais; d) Conselhos gestores de projetos, programas ou políticas sociais. São ativos sociais pelo papel que desempenham no jogo político democrático (GOHN, 2010, p. 40).

A partir de então ela agrupa os movimentos em três grandes blocos: o dos movimentos sociais propriamente ditos, o das redes de mobilizações compostas por associações de várias naturezas, incluindo as ONGs e os conselhos institucionalizados que atuam na esfera pública estatal, sendo que esses movimentos se organizam a partir de dez eixos: 1) Movimentos sociais ao redor da questão urbana; 2) Movimentos em torno da questão do meio ambiente urbano e rural; 3) Movimentos identitários e culturais: gênero, etnia e gerações; 4) Movimentos de demandas na área do direito; 5) Movimentos ao redor da questão da fome; 6) Mobilizações e movimentos sociais da área do trabalho; 7) Movimentos decorrentes de questões religiosas; 8) Mobilizações e movimentos rurais; 9) Movimentos sociais no setor de comunicações; 10) Movimentos sociais globais (GOHN, 2010, p. 40).

formada pelo conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, que se ocupam da elaboração e difusão das ideologias – igrejas, sindicatos, escolas, partidos, associações, clubes, revistas, editoras, meios de comunicação em geral etc” (ARAUJO, 2013, p. 56). Da junção dessas duas “sociedades” surge o conceito de Estado ampliado, por meio do qual a sociedade política exerce sua dominação a partir da coerção, enquanto a sociedade civil as classes buscam estabelecer sua hegemonia, por meio do convencimento.

Apesar de todas essas teorias terem enfrentado uma tentativa de conceituação para o que vem a ser um movimento social, é de se destacar que este termo foi utilizado pela primeira vez por Herbert Blumer em 1939¹⁶ (GOHN, 2014, p. 22), dando início a uma tradição de estudos dos movimentos sociais sob a perspectiva do interacionismo simbólico que perdura até os dias de hoje (vide NUNES, 2013). Afonso (2009) não enquadrou o interacionismo simbólico em nenhuma das “famílias” de movimentos sociais, e Gohn (1997) a classifica como uma das teorias clássicas¹⁷ dos movimentos sociais sem, no entanto, enquadrar em nenhuma das três correntes já apresentadas. Isto nos leva a crer que há uma particularidade neste tipo de abordagem, a qual passa a ser estudada nesta pesquisa.

Segundo Blumer,

O interacionismo simbólico baseia-se, em última análise, em três premissas. A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhe oferece. Tais elementos abrangem tudo o que é possível ao homem observar em seu universo – objetos físicos, como árvores ou cadeiras; outras pessoas, como mães ou balconistas de loja; categorias de seres humanos, como amigos ou inimigos; instituições, como escolas ou o governo; ideais norteadores, como independência individual ou honestidade; atividades alheias, como ordens ou solicitações de outrem – além das situações com que o indivíduo se depara em seu dia-a-dia. A segunda premissa consiste no fato de os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato (BLUMER, 1980, p. 119).

A partir destas noções, constata-se que para o interacionismo simbólico os seres humanos agem com as coisas com base nos sentidos que as coisas apresentam para elas. O sentido dessas coisas é um constructo das interações sociais que temos com todos os seres humanos, sendo que esses sentidos são modificados a partir de processos interpretativos que as pessoas usam ao lidar com as coisas que ela encontra.

¹⁶ “Ele abordou sua estrutura e funcionamento [dos movimentos sociais], refletiu sobre o papel de suas lideranças e, para surpresa daqueles que desconhecem – ou teimam em desconhecer – sua produção, tratou do movimento das mulheres, dos jovens, pela paz etc.” (GOHN, 2014, p. 22)

¹⁷ Essas teorias clássicas derivam dos estudos da sociologia norte-americana, tendo sido referência até a década de 1960, sendo suas características em comum: “o núcleo articulador das análises é a teoria da ação social, e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos é nela a meta principal. Estes comportamentos, por sua vez, eram analisados segundo um enfoque sociopsicológico. A ênfase na ação institucional, contraposta à não-institucional, também era uma preocupação prioritária e um denominador que dividia os dois tipos básicos de ação: a do comportamento coletivo institucional e a do não-institucional” (GOHN, 1997, p. 23).

Blumer parte do conceito de inquietação social (*social unrest*) para elaborar sua teoria do comportamento coletivo (NUNES, 2013). Assim, a inquietação social seria o fato que desencadearia desde um movimento massivo de multidões em um protesto convocado por redes sociais até uma ação pequena, porém coordenada de movimentos organizados, como uma ocupação de terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Tem (MST).

Os movimentos sociais são vistos por Blumer como “empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida” (BLUMER *apud* NUNES, 2013, p. 259). Para Blumer, os movimentos sociais têm origem na insatisfação com a forma de vida, sendo suas ações iniciais feitas de forma espontânea e sem organização, mas que com o passar do tempo adquirem uma cultura e uma organização, com regras, valores, lideranças e divisão de trabalho. Assim, é possível perceber que Blumer leva em consideração as perspectivas temporal e evolutiva para a configuração de um movimento social organizado (NUNES, 2013):

Em seu início, um movimento social é frouxamente organizado e caracterizado pelo comportamento impulsivo. Não tem objetivo claro; seu comportamento e pensamento estão principalmente sob a dominância da inquietude e da excitação coletiva. Assim que um movimento social se desenvolve, entretanto, seu comportamento, que originalmente foi disperso, tende a se tornar organizado, solidificado e persistente. É possível delinear aproximadamente estágios na carreira de um movimento social que representam essa organização crescente. (BLUMER, 1939, p. 259 *apud* NUNES, 2013, pg. 259).

Apesar de uma certa similitude entre a teoria dos movimentos sociais como comportamento coletivo organizado de Blumer com a formulação da teoria da mobilização de recursos, Blumer não considera “a organização racional do movimento como resultado de cálculo racional entre benefícios e custos” (NUNES, 2013, p. 260), pois ainda que ambas as teorias “priorizem a análise de como ocorre o processo de constituição do movimento, ou seja, os meios e mecanismos e não suas causas ou razões, Blumer [...] valoriza epistemologicamente a situação social¹⁸” (NUNES, 2013, p. 260).

¹⁸ “Ao analisar, por exemplo, a importância da agitação no movimento social, como ‘meio de excitar as pessoas e despertar nelas novos impulsos e idéias que as tornam inquietas e insatisfeitas’ (1939, p. 260), o autor considera dois tipos de situação social. A primeira, marcada por abuso e discriminação injusta, mas em que os agentes envolvidos consideram natural a situação e não a questionam. Nessa situação, o papel do agitador é levá-los a desafiar e questionar seu próprio modo de vida, criando a inquietude social onde ela não ocorria. Em outra situação, as pessoas já estão alertas, inquietas e descontentes, mas são muito tímidas para agir ou não sabem o que fazer. Aqui o agitador deve intensificar, liberar e orientar as tensões que os agentes já experimentam. Há um

Blumer divide os movimentos em três categorias: genéricos, específicos e expressivos (GOHN, 1997, p. 31). Os genéricos seriam constituídos pelo movimento operário, dos jovens, das mulheres, dentre outros. Estes movimentos acreditam nas mudanças graduais e persuasivas nos valores das pessoas, as quais Blumer conceitua de “tendências culturais” (*cultural drifts*) (NUNES, 2013), em que os movimentos sociais seriam o resultado de mudanças que operariam num âmbito individual (a partir do plano psicológico), cujas motivações para as pessoas participarem, apesar de virem do exterior, assenta-se em bases interiores, individuais (GOHN, 1997, p. 31).

Os movimentos sociais específicos “representam a cristalização das motivações de descontentamento, esperanças e desejos despertados pelos movimentos genéricos”. Blumer cita como exemplo o movimento abolicionista, mas poderíamos elencar diversos outros exemplos, como os movimentos de luta pela terra, movimentos de luta por moradia, sindicatos entre outros. Caracterizam-se por ser mais objetivos, com estruturas desenvolvidas, “constituindo-se como uma sociedade”, possuindo lideranças e um corpo de tradições, valores e regras. Ele lista movimentos reformistas e revolucionários como típicos desta caracterização (GOHN, 1997, p. 32).

Os movimentos específicos possuem uma certa trajetória evolutiva, perpassando pelos seguintes estágios: inquietação individual, inquietação popular, formalização e institucionalização. A inquietação individual é marcada pelo “agitador”, que é uma liderança ou uma pessoa proativa que interpretou dada situação social e canalizou a necessidade de mudança; a inquietação popular resulta na aglomeração de pessoas em torno da causa e a constituição de objetivos; na formalização se dá a organização de táticas de atuação e regras de organização; o quarto estágio é a cristalização da organização, estabelecida como personalidade definida e estrutura para desenvolver os propósitos do movimento. O líder torna-se aqui um administrador (GOHN, 1997, p. 32).

Na tentativa de entender o processo de crescimento e organização dos movimentos específicos, Blumer elenca cinco mecanismos: a agitação, o desenvolvimento de um espírito de corps, de uma moral, a formação de uma ideologia e o desenvolvimento de operações táticas.

A atividade do agitador é crucial no início do movimento, sobretudo porque sendo o impulso inicial se coloca a necessidade de identificar as motivações para mudar determinada situação e chamar a atenção de novas pessoas para compor o movimento. Já o espírito de corps constitui as estratégias de envolvimento e cooperação entre os indivíduos do movimento, é a

perfil de self e uma modalidade de performance correspondente que seriam adequados ao agitador em cada uma das situações” (NUNES, 2013, p. 60).

construção dos sentimentos de pertença e identidade com o grupo social. Segundo Blumer, o espírito de corps pode se formar a partir de três vias: nas relações grupo a grupo de uma mesma categoria (ex.: estudantes), nos relacionamentos informais desenvolvidos em associações, por meio do compartilhar de experiências comuns; e por intermédio de cerimônias formais em que se cristalizam certos comportamentos, como reuniões, manifestações, cerimoniais comemorativos, desfiles (GOHN, 1997). Importante destacar que Blumer ressaltou, “já nos anos 30, a importância para os movimentos do desenvolvimento de símbolos, como canções, slogans, poemas, hinos, gestos, indumentárias, entre outros. Os estudiosos contemporâneos têm chamado a este processo ‘a mística’ dos movimentos sociais” (GOHN, 1997, p. 33)

Sobre o desenvolvimento de uma moral, Blumer destaca a questão dos mitos, dos símbolos, da criação de ídolos e heróis, personagens carismáticos, e o culto a certos textos tidos como sagrados, como O capital, no marxismo; Mein Kampf, no nazismo etc (GOHN, 1997). De forma relacionada à moral, a ideologia (entendida como um corpo de doutrinas, crenças e mitos) cumpre a tarefa de coesionar o pensamento dos integrantes em torno das causas do movimento social. “Quanto às táticas, elas envolvem três linhas: adesão, manutenção, (dos adeptos), e construção de objetivos. Elas irão depender da natureza da situação na qual ou movimento está operando” (GOHN, 1997, pp. 33-34). A adequação desses mecanismos às práticas dos movimentos sociais determina o seu sucesso ou não.

Blumer classifica os movimentos específicos em reformistas e revolucionários. Em comum a essas duas categorias está a existência desses cinco mecanismos que impulsionam o desenvolvimento do movimento. A diferença está em seus objetivos: enquanto os reformistas buscam mudanças graduais e específicas num dado aspecto da realidade, os revolucionários querem alterar profundamente a ordem social (GOHN, 1997).

A terceira categoria de movimentos para Blumer são os expressivos, em que ele exemplifica os movimentos religiosos e os movimentos da moda (que atuam na literatura, na filosofia, nas artes). “Eles têm objetivos de mudança e divulgam um tipo de comportamento expressivo que, com o passar do tempo, torna-se cristalizado e passa a ter profundos efeitos na personalidade dos indivíduos, e no caráter da ordem social em geral” (GOHN, 1997, p. 35). Em comum a essas três espécies de movimentos sociais está a emergência de uma teoria do comportamento coletivo geral direcionado à mudança ou à intervenção social. “Na trajetória de todos, está o estado de inquietude social na origem, a progressiva transformação cultural de valores e a crescente organização” (NUNES, 2013, p. 259).

Da análise das formulações do interacionismo simbólico é possível identificar uma compatibilidade com as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Entretanto, é importante ressaltar a repercussão entre analistas de movimentos sociais na América Latina da proposta de Jean Louis Cohen (1985) para uma ‘síntese emergente’ agrupando propostas analíticas europeias e norte-americanas e valorizando o conceito de sociedade civil (NUNES, 2013, p. 150).

Da análise das teorias dos movimentos sociais, consideramos o seguinte: há uma limitação à análise apenas dos movimentos ocorridos no mundo Ocidental do pós-Segunda Guerra Mundial. As abordagens dos novos movimentos sociais (ou culturalista-identitária para Gohn), a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político (ou institucional/organizacional-comportamentalista para Gohn) não levam em consideração os movimentos ocorridos no âmbito da antiga União Soviética, da Ásia e das lutas de libertação nacional ocorridas no continente africano, o que demonstra a lógica ainda eurocêntrica das ciências sociais e fundadas na análise do mundo capitalista.

Também é possível constatar o quanto os fatores conjunturais de uma dada época influenciam na produção, ampliação e modificação teórica sobre os movimentos sociais, como o fez Melucci (1996) ao abordar o conceito de sociedade da informação e Castells (1996) o de sociedade em rede – ambos adotados após a explosão da internet e de movimentos sociais de caráter global, como o Fórum Social Mundial – para amplificar a caracterização das ações dos novos movimentos sociais. Também, a TPP aprofundou o debate da globalização e do terrorismo – sob a influência dos atentados ao World Trade Center em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001 (ALONSO, 2009). Daí que é muito difícil se filiar ortodoxamente a uma abordagem sem levar em consideração a possibilidade de diálogo que elas apresentam e a compreensão de que um mesmo movimento social pode ser interpretado sob a guisa das mais diversas abordagens.

Como fora abordado, a concepção e desenvolvimento dos movimentos sociais tem como elemento de conformação e razão de existir as questões históricas das contradições existentes na sociedade. Contudo, longe de responder a uma dimensão homogênea e superficial de agrupamento humano, os movimentos sociais possuem intencionalidade de alteração ou manutenção de dada realidade, conformando assim, as caracterizações dos movimentos que, por sua vez, dialogam com perspectivas de sociedade distintas e correspondem a interesses humanos também distintos.

Enquanto uns caracterizam-se por questionar as formas de relações existentes, outros defendem a manutenção destas e há ainda os que se organizam em torno das lutas de mediação, controle e acordo entre os lados que se tensionam. Por essa razão, as

caracterizações são distintas. O Levante Popular da Juventude se insere no campo dos movimentos sociais revolucionários (BLUMER *apud* GOHN, 1997), que se apoiam na corrente marxista-leninista e centraliza suas pautas em torno da Educação e da Juventude. Se caracteriza como “um movimento nacional, de massas, comprometido com a democracia popular, a sustentabilidade, o desenvolvimento, a soberania dos povos, o feminismo, o internacionalismo e a solidariedade” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 10).

Para alcançar os objetivos destas caracterizações mais gerais, o Levante Popular da Juventude se assenta no método de análise das contradições da realidade, do estudo, das ações, organização, centralismo democrático e na formação popular, conforme consta no histórico apresentado na I Escola de Formação Política do Levante Popular da Juventude Emerson Pacheco (2016a),

Esse método evita que a gente cometa dois erros: ficar somente na prática, no voluntarismo e na repetição, sem entender o significado daquilo que fazemos. Ou ficar apenas na reflexão, na teoria, ficar mais “sabidos”, sem saber como usar esse conhecimento. Assim, a formação do Levante está diretamente ligada àquilo que fazemos todos os dias. Exige avaliação e reflexão de nossa prática, planejamento dos passos seguintes, compreensão da conjuntura em que estamos atuando, para entender as transformações do mundo e aprender com nossos acertos e erros. Nesse processo, o conhecimento da realidade e de nós mesmos vai se ampliando, e só assim acumulamos realmente experiência (p. 3).

Para além disso, destaca-se as motivações históricas pelas quais o Levante se inspira e reivindica a ação da juventude. De acordo o movimento:

Nossa inspiração tem vínculo profundo com a Esquerda Revolucionária que por meio da construção de um marxismo vivo deu origem à luta armada contra a ditadura no Brasil, à Teologia da Libertação, à revolução cubana, à revolução nicaraguense e outras experiências de libertação nacional na Ásia e África.

Esse leito ao qual nos filiamos rompe com uma forma de olhar para a realidade, rompe com um olhar centrado na história europeia e nas demandas das suas revoluções, propõe e experimenta de forma vitoriosa análises e revoluções sem transposições mecânicas das experiências europeias cuidando de compreendermos profundamente a nossa realidade.

São algumas características deste setor da esquerda mundial o forte vínculo com seu povo, a organização popular com foco na tomada do poder, a luta central pelas reformas estruturais do seu Estado e a plena compreensão do Imperialismo como maior inimigo da humanidade (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 8).

Como mencionado, o Levante Popular da Juventude se propõe a organizar as juventudes do campo, da periferia e dos centros urbanos em torno da defesa dos direitos da Juventude e da Educação Pública. Todavia essa defesa não se dá meramente pela pauta da juventude e educação em si, mas também do entendimento de relacioná-la ao Trabalho, Cultura, Saúde, Transporte Público, Moradia, Cidadania, Direitos Humanos, etc. Esse caráter de ação que o movimento assume lhe confere maior facilidade de acesso junto aos espaços que pretende atuar, fazendo do movimento “uma das principais referências de organização da juventude no Brasil, apesar de todos os limites estruturais para a construção dessa organização” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 7) desde 2012.

Por isso é que nos pareceu mais adequada e com melhor capacidade de dar respostas ao objetivo desta pesquisa a interpretação do Levante Popular da Juventude a partir do interacionismo simbólico, pois esta teoria permite o enquadramento do movimento social sob diferentes enfoques, isso porque é possível identificar na conformação do Levante Popular da Juventude os cinco mecanismos necessários ao crescimento e consolidação de um movimento social segundo Blumer: a) a agitação, identificada na existência de um coletivo específico para isso, bem como no desenvolvimento de ações de denúncia; b) o desenvolvimento de um espírito de corps, percebida em reuniões, manifestações, na “mística”, acampamentos, entre outros; c) de uma moral, apreendida a partir do culto a símbolos e lideranças revolucionárias e a textos “sagrados”, como as formulações de Marx, Engels e Lênin; d) a formação de uma ideologia, existente nas formulações e escola de formação do movimento; e e) o desenvolvimento de operações táticas, que envolve a participação de militantes e o construção de objetivos, no caso, a consecução da revolução brasileira.

Pensar o Levante com base na abordagem interacionista permite incluí-lo outras classificações. Dessa forma, dentro da tipologia de classificação dos movimentos sociais proposta por Gohn (2010), pode-se dizer que o Levante Popular da Juventude é um movimento social identitário que luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais da juventude e, ao mesmo tempo, luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural. Ainda, apesar de sua atuação junto à juventude da Via Campesina, tem se configurado como um movimento urbano (uma vez que, em relação às células camponesas, cumpre apenas o trabalho de articulador e formador de base social para os movimentos integrantes da Via Campesina).

Há elementos do Levante que dialogam com a Teoria do Processo Político (como o repertório de ações do movimento, como paralisações, atos, protestos, intervenções artísticas, entre outros) e a Teoria da Mobilização de Recursos (como a forma de captação de recursos

financeiros pelas vias institucionais e a conformação de quadros de ativistas). Sem esquecer a própria conceituação de Blumer, considerando os objetivos do Levante Popular da Juventude, é possível enquadrá-lo enquanto um movimento específico de tipo revolucionário.

A partir desse estudo bibliográfico sobre o conceito de movimentos sociais, passa-se à investigação dos conceitos e estudos acerca da categoria juventude. O conceito de juventude vem sendo construído e debatido nas ciências sociais e, tal qual o de movimentos sociais, não há uma definição consensual, seja porque diversas são as teorias que o aborda, seja porque a percepção do que vem a ser a juventude torna-se difícil de ser apreendida, sobretudo num contexto sócio-histórico marcado pela flexibilização do mundo capitalista/neoliberalismo e da multifacetada identidade cultural.

Segundo Groppo, os primeiros estudos sobre a juventude foram marcados por dois modelos teóricos: o funcionalista, que se fundamentava na concepção de integração social e nas ideias de função/disfunção social; e o da moratória social, que se assentava nos “paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social e com forte tendência de considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social e tomando como rebeldia mais marcante o ‘radicalismo’” (GROPPO, 2011 pp.11-12).

Para ele, a partir dos anos 1970 uma série de novos estudos puseram em xeque os modelos de explicação das revoltas de juventude advindos do funcionalismo e da tese da “moratória social”, sendo marcadamente: a) as concepções “pós-modernistas”, em que a vivência do imediato e do instantâneo passam a ser as formas hegemônicas de sensibilidade social para todas as idades; b) o “embaralhamento” da infância e da maturidade, em que a influência das mídias eletrônicas estaria provocando uma confusão quanto aos atributos e status modernamente relacionados à infância e à maturidade; c) a juvenilização da vida, na qual a juventude, como vivência real, identidade sociocultural efetiva e símbolo carregado de possibilidades de ruptura histórica e contestação, é recodificada como “juvenilidade”, isto é, torna-se um “signo”, esvaziado de sentidos autênticos produzidos pela vivência social concreta; e d) a reprivatização do curso da vida, na qual os indivíduos teriam cada vez mais o direito (ou a obrigação) de comporem, segundo suas próprias vontades (e condições), o curso de suas vidas. Flexibilizam-se as normas oficiais e as interferências institucionais sobre a passagem pelas idades da vida (GROPPO, 2011, p. 13).

A consequência desses novos modelos seria a consideração de que as categorias etárias se tornam cada vez mais “estilos de vida” e que a juventude “torna-se uma parte da vida humana que constitui uma identidade cultural própria, muito mais que uma ‘fase’ passageira” (GROPPO, 2011, p. 13).

Dayrell apresenta uma série de imagens a respeito da juventude que influenciam na maneira como a sociedade vê e compreende os jovens. A mais arraigada é a juventude vista como uma transição para a vida adulta, um vir a ser, ou seja, um sujeito que ainda não se concretizou. Para ele, “há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, o que ainda não chegou a ser (SALEM, 1986), negando o presente vivido” (DAYRELL, 2003, p. 41).

Uma segunda ideia é a imagem romantizada da juventude, a qual se conformou a partir da década de 1960, sobretudo com a ação do mercado de consumo direcionado aos jovens através da moda, da música, dos locais de lazer, adornos pessoais etc. Nesta perspectiva, a juventude expressaria o momento de liberdade e prazer, de comportamentos exóticos. “A essa idéia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil” (DAYRELL, 2003, p. 41).

Outra imagem que se tem da juventude é associada ao indivíduo que vive um momento de crise pessoal, de dificuldades de se encontrar no mundo, marcado por conflitos com a auto-estima e a personalidade. Uma visão que se associa a essa imagem é a do jovem distante da família. Segundo Dayrell (2003, p. 41), “alguns autores vêm ressaltando que a família, junto com o trabalho e a escola, estaria perdendo o seu papel central de orientação e de valores para as gerações mais novas”.

Dessa forma, Dayrell chama a atenção dos problemas que essas imagens oferecem à uma compreensão negativa da juventude, “ênfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de ‘ser jovem’” (2003, p. 41), correndo o risco de não se compreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências.

Assim, limitar a juventude apenas a uma fase da vida que representa a transição da infância à vida adulta (imersa no conflito, incerteza, imaturidade, delinquência) implica situar tais indivíduos numa concepção determinista, bem como pensar a juventude como “categoria transitória” (CASTRO, 2012) que, vulnerabilizada, não possibilita construir relações (de diversas naturezas) de contornos mais perenes, posiciona a juventude num campo de subordinação que a obriga viver sempre sob a tutela e repressão social.

Essas visões são tão arraigadas que influenciam políticas governamentais e ações de Organizações Não-Governamentais (ONG's) pois

pode-se verificar que a maior parte dos programas desenvolvidos por estas instituições dividem-se em dois grandes blocos, todos eles visando dirimir ou pelo menos diminuir as dificuldades de integração social desses adolescentes em desvantagem: programas de ressocialização (através de educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”) e programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho (que, muitas vezes, não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho). É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”. Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a “cidadania”, enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente. A grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social (ABRAMO, 2007, p. 75).

Grosso apresenta a proposta da dialética da juventude para contrapor ao excesso de “força” da sociedade atribuído aos modelos do funcionalismo e da moratória social, bem como pela ênfase exacerbada na “criatividade juvenil” nas análises pós-modernas. Para ele, a “condição juvenil se configura mesmo a partir de uma relação entre sociedade versus indivíduos e grupos juvenis” numa relação dialética “fundada numa contradição entre o movimento da integração/socialização e o movimento da autonomia/criatividade” (GROPPPO, 2011, p. 20).

Assim, a concepção dialética da condição juvenil

demonstra trajetórias de indivíduos e grupos juvenis oscilando no duplo movimento que envolve integração versus inadaptação, socialização versus criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais versus identidades juvenis, institucionalização versus informalização, homogeneização versus heterogeneidade e heterogeneização, cultura versus subculturas etc. Pode-se, deste modo, interpretar que desde o início do “percurso” das juventudes, na modernidade, houve possibilidades e concretas ações de protagonismo juvenil, criação de identidades diferenciadas, resistências e subculturas (GROPPPO, 2011, p. 20).

Conclui Grosso que “as rebeldias, identidades autônomas e subculturas juvenis não são uma realidade efetiva apenas da era ‘pós-moderna’”, uma vez que antes da emergência das leituras pós-modernas “já havia a presença concreta de processos de construção de

identidades autônomas juvenis, a elaboração de subculturas diferenciadas e exercícios, inclusive radicais, de protagonismo” (GROPPO, 2011, p. 23).

Desta forma, é preciso compreender a juventude como uma condição social (PERALVA, 1997; DAYRELL, 2003; GROppo, 2004). A juventude para “além de uma palavra” (CASTRO, 2012a), se conforma enquanto categoria social, que não se restringe ao aspecto biológico, tampouco se limita à faixa etária de dados indivíduos num dado contexto. Do contrário, se caracteriza como um conceito construído/desenvolvido socialmente a partir do situar-se destes sujeitos na sociedade, trazendo dimensões de ordem biológica, psicológica, sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais, entre outros.

Partimos do pressuposto de que o termo jovem surge inicialmente da contraposição geracional ao velho ou ao adulto, na esfera do indivíduo que não se vê como criança, mas ainda não é aceito como adulto, que se preocupa com o futuro, mas que não vislumbra o presente como campo real de manifestação de seus desejos e sonhos mais concretos. Do mesmo modo apreendemos que a juventude se localiza como categoria social que engloba o termo/conceito jovem, mas posiciona aqueles que se inserem nessa categoria num lugar ativo, participativo, coletivo que pressupõe diversidade, numa perspectiva histórica, não homogeneizada e assumindo um caráter mais organizativo.

É a partir do século XVIII que a juventude começa a ser percebida mais nitidamente como um período específico da vida dotado de jeitos próprios de agir, sentir, ver, reagir. Mas é, também, a partir deste mesmo século que as diferenças de classe, gênero, raça entre juventudes começam a se polarizar e ganhar caráter antagônico. Isso porque, se de um lado “os jovens filhos da burguesia são liberados do trabalho” (CASSAB, 2011), por exemplo, os jovens da classe trabalhadora cada vez mais eram submergidos no trabalho explorado ou na marginalidade dos que não trabalham.

Essa polarização faz com que a inserção da juventude nas lutas sociais assuma um caráter de pautas mais totalizantes, referentes a questão do trabalho assalariado e seus desdobramentos (redução da carga horária, tempo de descanso, greves, direitos trabalhistas, etc.). Essa juventude passa a enfrentar, de forma mais profunda e intensa, as necessidades cotidianas de sobrevivência, manutenção da vida, a escassez de recursos econômicos, impossibilidade de desfrutar de momentos de lazer e/ou descanso enquanto a realidade inversa se dava de modo tão comum entre os/as jovens burguesas.

Contudo, a oportunidade de retardar as responsabilidades da vida adulta não era para todas as classes sociais. A liberação do trabalho é destinada apenas aos jovens da burguesia. Aos filhos dos trabalhadores não era reservado o

direito ao não-trabalho. Ao contrário, eram cedo inseridos nas atividades produtivas. A esses jovens, filhos dos operários, precocemente introduzidos no trabalho fabril, restavam poucas coisas além da obediência e da renúncia. O momento da juventude era completamente esvaziado de esperança e do sentido do futuro, pois eram vistos apenas como uma potencial ameaça. Dessa maneira, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, afastados da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinquente (CASSAB, 2011. p. 153).

Essas questões antagônicas seguem se intensificando por todo século XIX e evidenciam que os processos das lutas de classe levaram a conformação de “inúmeras leis que procuraram regular o trabalho nas fábricas, a partir da segunda metade do século XIX, [e que] acabaram também por contribuir para a definição dos limites da juventude operária” (CASSAB, 2011, p. 153). A partir de inúmeras análises apreende-se que são estas leis que inauguram a categoria de jovens trabalhadores.

Adicione a isso a moral burguesa em torno do casamento e da inserção no exército que passavam a atribuir à vida da juventude não burguesa um caráter de obrigatoriedade à iniciação na vida adulta. Junto a estes elementos agrega-se a pouca ou nenhuma escolarização da juventude trabalhadora, as características psicologizantes de legitimação da “fase” de

[...] emoções violentas, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites [...] Esta representação da juventude como um todo e, em especial, da operária, explica as estratégias de controle sobre os jovens. Com os filhos dos operários o controle se dava, em grande medida, pelo trabalho e pela polícia. Os filhos dos burgueses eram vigiados e controlados pelas instituições de ensino (CASSAB, 2011. p. 155).

Essa concepção forjada desde finais do século XIX, percorrido por todo século XX está em voga ainda nos dias atuais. Sob essa égide é que a juventude é posta numa condição de perigo, ameaça, não apenas para um dado indivíduo, como também para toda a sociedade. Sob esta justificativa, tanto a sociedade quanto seu aparelho mediador, o Estado, dirige-se à juventude, sobretudo a das classes pauperizadas, com toda sua força e criminalização, aplicando à um estado de exceção sobre a vida deste/as jovens.

Nesse contexto é que a juventude se configura mais fortemente como uma categoria social e assume contornos mais decisórios no campo das disputas entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas, passando a encampar e assumir o protagonismo das pautas reivindicatórias no campo do reconhecimento da juventude enquanto sujeitos, mas também na exigência da reparação da negação histórica sofrida pela juventude, não apenas como

categoria social, mas como agentes dotados de capacidade para pensar a história e as construções próprias do tempo de vida “juventude” e, também, no que se refere aos rumos da sociedade como um todo.

Dessa forma, a categoria juventude distancia-se de uma simples definição etária para se aproximar daquela fundamentada na compreensão de que ela é uma representação simbólica e uma situação vivida em comum pelos indivíduos jovens. Sendo categoria social, a juventude é constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade, diferenciando-se espacial e temporalmente. E, como visto, é caudatária dos diferentes momentos históricos nos quais foi se construindo o sentido de ser jovem. O esforço, portanto, é o de entender a juventude como uma categoria social constantemente sendo (re)pensada. O que significa questionar a existência de uma juventude homogênea no tempo e no espaço (CASSAB, 2011. p. 159).

Em uma de suas cartilhas preparatórias para o III Acampamento Nacional, o Levante Popular da Juventude busca apresentar sua concepção de juventude, assemelhando-se ao elaborado por CASSAB (2011). Para o Levante, “Ser jovem não é algo natural. Não é simplesmente um período das nossas vidas ou um modo de encarar o mundo. A juventude é uma categoria histórica e social que surge com o desenvolvimento do modo de produção capitalista” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016f).

O movimento compreende que

a juventude possui um potencial revolucionário. A juventude não é naturalmente revolucionária ou conservadora. Por ser uma fase de conflitos, abre-se nela a possibilidade de se questionar a forma como a sociedade se organiza e a necessidade de transformá-la. A juventude é uma categoria diversa e pode encarnar diversos projetos sociais, tanto transformadores quanto conservadores. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016f).

Essa observação do Levante quanto ao caráter conservador ou transformador da juventude é interessante na medida em que grande parte dos estudos aqui trabalhados não aborda esse diferencial, colocando como movimentos juvenis todas as ações em que há a participação de jovens, sem distingui-los quanto aos posicionamentos ideológicos existentes. Assim é que em grande parte das mobilizações sociais que aconteceram no Brasil e no mundo sempre houve engajamento juvenil seja na perspectiva progressista/transformadora, seja na perspectiva conservadora/reacionária, em maior medida tanto uma quanto a outra.

No campo dos movimentos sociais juvenis no Brasil, as ações dos jovens se dão desde princípios do período colonial (com a participação em revoltas populares), todavia as

primeiras experiências de caráter nacional datadas se dão no século XIX com os movimentos abolicionistas. O século XX adentra com novas conformações dos movimentos de juventude, sobretudo nos conturbados anos da República do Café-com-Leite. Mas a partir da década de 1940 que a juventude (diga-se, a progressista) vai dando maior ênfase às suas ações, em especial após a criação da União Nacional dos Estudantes (1937), na campanha pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial contra o nazi-fascismo e na defesa do caráter nacional Petrobras.

A década de 1960 é marcada por uma intensa mobilização das forças sociais do país, sejam as de caráter progressista, sejam as conservadoras. O movimento estudantil se notabiliza na luta contra a ditadura militar, a qual se deu tanto em ações reivindicativas junto a outros setores da sociedade quanto em ações guerrilheiras junto a agrupamentos políticos. Não se pode esquecer o papel que grupos a direita também exerceram no movimento estudantil, qual seja, o de apoio às ações da ditadura e a perseguição a elementos de esquerda¹⁹. Do ponto de vista da cultura, o movimento tropicalista e a MPB (música popular brasileira) constituíram novas nuances na música nacional.

Entretanto, a brutal repressão do regime militar, aliada as transformações no mundo capitalista, influenciaram o perfil das manifestações juvenis após a década de 1980. A impossibilidade de se reunir durante o regime militar e a perseguição as organizações políticas progressistas levaram a uma fragmentação intensa nas movimentações da juventude. Já o mundo do capital passava por uma profunda transformação: a reestruturação produtiva.

A reestruturação foi uma série de iniciativas das grandes transnacionais (apoiadas pelos Estados nacionais) que visava restabelecer as suas altas taxas de lucro (corroídas durante as crises do petróleo). Em suma, algumas medidas tomadas foram: flexibilização das leis trabalhistas, que retirou direitos trabalhistas e previdenciários da classe trabalhadora; a profunda mecanização e informatização dos meios de produção, que substituiu massivamente a força de trabalho, gerando um exército de desempregados; e a criminalização de sindicatos e das greves. Com isso, a classe trabalhadora e as organizações políticas perdem força e influência na sociedade.

Soma-se a isso o início do neoliberalismo, doutrina político-econômica que pauta a liberalização da economia, ou seja, a isenção do Estado nas atividades econômicas, as quais deveriam ser gerenciadas pelas próprias empresas, cabendo ao Estado apenas “regulamentar” os casos de monopólios ou eventuais quebras das empresas. O neoliberalismo inicia uma era

¹⁹ Relato mais minucioso dos eventos da Ditadura Militar pode ser encontrado no livro “Repressão militar-policial no Brasil: o livro chamado João”, lançado em 2016 pela editora Expressão Popular.

de ausência de investimentos estatais nas políticas públicas (educação, saúde, moradia, transportes, previdência, entre outros.). A população passa a “consumir” os direitos sociais que antes eram garantidos constitucionalmente pelo Estado. Amplia-se a extrema pobreza, uma vez que grande parte da população não possui condições de arcar com o caríssimo custo de vida.

Além disso, o mundo viu em 1989 a queda do muro de Berlim e, em 1991, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a derrota da Revolução Sandinista iniciada em 1979: o socialismo real vinha abaixo, e com ele as utopias da transformação radical da sociedade e do fim do capitalismo. As teses sobre o “fim da história²⁰” e a necessidade de “melhorar” o sistema capitalista ganham força na literatura e na linha política de partidos de esquerda.

Esse novo cenário mundial se projetou no Brasil e nos países considerados “terceiro mundo” com muita nitidez nos governos pós-Constituição de 1988. De uma forma geral, a atuação da juventude no período neoliberal se dá da mesma forma que muitos setores sociais, ou seja, organizando-se a partir de ONG’s ou coletivos pequenos que pautam demandas específicas, em um formato novo de organização, estruturado em redes, mais horizontais e voltados para debates culturais.

Nos anos 1980 há o surgimento das tribos urbanas que são retratados por Abramo em seu livro *Cenas Juvenis*. A autora destaca o surgimento de agrupamentos de jovens presentes, principalmente, nas grandes cidades brasileiras como, por exemplo, os Punks e os Darks. Cardoso (1995, p. 26) afirma que nos anos 1980 houve um enfraquecimento do movimento estudantil, pois a “identidade estudantil não passa [va] mais pela política, como ocorreu nos anos 60 e 70”, havendo uma despolitização desse movimento a partir dessa década. Portanto, a partir dos anos 1980 há um distanciamento da militância tradicional: a referência não era mais o partido e o sindicato, mas o movimento social específico (SOFIATI, 2008, pp. 2-3).

A atuação da juventude nos anos 1990 e 2000 é marcada pela ação fragmentada e esporádica. Há um latente viés individualista na forma de atuação, em que “fazer política, para esses jovens, não pode ser um ato que abafe a individualidade, pelo contrário, o coletivo deve incorporar a forma de ser de cada um” (SOUSA, 1999, p. 2000 *apud* SOFIATI, 2008, p. 3). Efetivamente que ainda resistiram organizações que reúnem parcelas da juventude

²⁰ Tal tese mundialmente conhecida na academia, cunhada pelo cientista político norte-americano Francis Fukoyama, advogava a ideia de que “a história havia chegado ao seu fim; que a humanidade, no final do século XX, teria atingido o auge de sua evolução com a superação das contradições existentes e personificadas na Guerra Fria. Com a queda dos regimes socialistas do hemisfério Norte, restava apenas uma única ideologia, um único e vitorioso regime, a democracia liberal” (FORIGO, 2011, p. 133).

brasileira e que possuem um projeto político delimitado, como a União Nacional de Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), porém sem o mesmo protagonismo que um dia tiveram.

Abramo identifica que há uma preocupação de organizações políticas (como partidos, sindicatos e movimentos sociais) com a temática da juventude. Entretanto, segundo ela, tal ausência se relaciona mais com a ausência de jovens nos espaços das organizações do que com questões políticas relacionadas a eles. Para ela,

essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “a-políticos” (ABRAMO, 2007, p. 76).

Abramo ainda faz um diagnóstico do tratamento que as organizações políticas dão aos grupos juvenis que atuam na seara do comportamento e da cultura, argumentado que esses grupos não têm sido considerados como possíveis interlocutores pelos atores políticos,

seja por se apresentarem como muito difusos e com baixo grau de formalização, seja por levantarem questões não consideradas pertinentes para as agendas políticas em pauta. Os partidos, principalmente os de esquerda, colam-se então, exclusivamente e de um modo sufocante, às entidades estudantis, mas sem conseguir apostar, ao mesmo tempo, em sua capacidade de representação e mobilização (ABRAMO, 2007, p. 77).

Essa perspectiva do individualismo e da atuação não organizada nos moldes dos tradicionais partidos políticos tendem a conduzir uma visão de baixa participação da juventude na vida política do país. Entretanto, pesquisas demonstram (BRENNER; CARRANO, 2008 *apud* PERONDI, 2015, p.3) e a realidade em si comprovam que a juventude não deixou de participar da cena política.

Se, por um lado, o cenário econômico do mundo neoliberal tem empurrado os jovens a ingressarem no mercado de trabalho cada vez mais cedo e sem qualificação, impedindo-os de exercer direitos sociais e a socialização/busca de seus anseios coletivos, e a mídia e o mercado conduzam a um processo de fetichização do mundo material, em que a felicidade estaria no consumo, por outro “os jovens vêm se mostrando bastante adaptáveis e adaptadores dessas condições [...] muitas são as adaptações e mutações, engendradas pelos jovens, que favorecem

os processos de participação” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009, p. 39 *apud* PERONDI, 2015, p.3).

Dentre esses novos lugares e formas de participação da juventude, há os grupos e redes de jovens de projetos sociais; grupos de jovens que atuam para transformar o espaço local (nos bairros, favelas e periferias); grupos e redes que agregam jovens em torno de identidades específicas (indígenas, mulheres, negros, orientação sexual, jovens ambientalistas, etc); grupos que atuam nos espaços de lazer e cultura (grafiteiros, grupos musicais, teatro, dança e associações esportivas); grupos de jovens religiosamente motivados; grupos, movimentos e redes de juventude organizados a partir das políticas de/com/para a juventude (PERONDI, 2015, p.4).

As manifestações de junho de 2013, seguidas pelos intensos embates políticos que têm acontecido no país desde as eleições presidenciais de outubro de 2014, culminando com os atos favoráveis e contrários ao mandato da ex-Presidenta Dilma Rousseff²¹ em 2015 e 2016 e posteriormente contra o presidente Michel Temer desde a sua posse, têm demonstrado que esses atores sociais têm se utilizado dos mais diversos instrumentos de mobilização e divulgação de ideias, nomeadamente as redes sociais, para inovar nas mobilizações.

Novos padrões de sociabilidade foram criados com o advento da internet:

Por causa da flexibilidade e do poder de comunicação da Internet, a interação social on-line desempenha crescente papel na organização social como um todo. As redes on-line, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades, comunidades virtuais, diferentes das físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes na criação de laços e mobilização. [...] (CASTELLS, 2013, p.109 *apud* MACHADO, FIDALGO, 2014, p. 8)

Para Castells, a Internet configura-se indispensável aos movimentos sociais da "Era da Informação" por três razões:

A primeira é que esses são mobilizados em torno de valores culturais; dessa forma, a Internet permite o alcance de pessoas capazes de aderir aos seus valores, para, a partir daí, conquistar a consciência da sociedade como um

²¹ Compreendemos que o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff na verdade foi resultado de um golpe de Estado, em que setores do parlamento, do judiciário e da mídia operaram uma verdadeira perseguição política ao seu partido e a sua gestão. Sinteticamente, a acusação de que ela cometera “pedaladas fiscais” não possui respaldo legal na lei de crimes de responsabilidade. Ademais, a própria perícia do Senado Federal atestou no dia 27 de junho de 2016 que ela liberou créditos suplementares via decreto, porém sem cometer “pedaladas”. Portanto, configura-se um verdadeiro golpe à Constituição e as instituições democráticas do país o processo de afastamento de Dilma. Sem contar que quem desencadeou o processo foi um dos deputados mais envolvidos em escândalos de corrupção da história do país: Eduardo Cunha, cassado e preso pela operação lava-jato, aliado do então presidente Michel Temer.

todo. A segunda, é que esses movimentos sociais “precisam preencher o vazio deixado pela crise das organizações verticalmente integradas”, uma vez que os partidos políticos, os sindicatos e associações civis formais encontram-se enfraquecidos. A terceira razão é que os movimentos sociais concorrem com os poderes vigentes para obterem um alcance global, exercendo seu impacto sobre a mídia (CASTELLS, 2003, pp. 116-118 *apud* MACHADO, FIDALGO, 2014, p. 9).

Em suma, essas novas formas de atuação dos movimentos juvenis são marcadas pela compreensão da ausência de representatividade política da sociedade nos parlamentos e no poder executivo, pela repressão desmedida e supressão dos direitos democráticos por parte do aparelho estatal e pela extrema desigualdade social – marca do neoliberalismo –, possuindo entre suas principais táticas de luta e de interação a internet (sobretudo as redes sociais) como forma de denúncia e também de convocação de protestos nas ruas. A conformação de grupos de atuação, caracterizados por serem compostos por poucas pessoas com pouca estruturação ideológica e diferenciados quanto aos moldes das organizações tradicionais do século passado são a marca desse novo período de atuação juvenil.

O Levante Popular da Juventude tem se desafiado a construir sua concepção de juventude e propostas efetivas que visem aos seus objetivos de se tornar um movimento massivo, expressivo da diversidade da juventude brasileira, e que ao mesmo tempo aponte para o processo de acumulação de força social para transformar o país, conforme elencado na Carta Compromisso do III Acampamento Nacional:

Seguiremos lutando pela democracia popular: o povo no poder.
Coletivamente, nos comprometemos:

[...]

– Com a construção de um Programa Popular para a Juventude, que organize os dilemas que enfrentamos em nossas vidas, apontando caminhos coletivos para superá-los. Construir esse programa é entender com profundidade os problemas que vivemos e articular as diferentes violências que nos atingem. Esse programa deve ser como uma arma nas mãos da juventude para construção de força social para transformar nosso país (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016e).

Em uma de suas cartilhas preparatórias para o III Acampamento Nacional, o Levante Popular da Juventude esmiúça o que vem a ser esse Programa Popular da Juventude:

Se quisermos conquistar corações e mentes da juventude brasileira precisamos compreendê-la em sua diversidade e unidade. Nossa atuação cotidiana, vivendo e refletindo sobre os problemas que nos atingem, possibilita que caminhemos nesse sentido. Precisamos de um programa que contemple a juventude em todas as suas dimensões, um verdadeiro projeto

de vida para a juventude brasileira. Esse programa deve ser síntese dos processos de luta que travamos nos últimos anos em todo o país. A partir dele poderemos intensificar o nosso trabalho de base, qualificar nossa intervenção junto ao Estado e ampliar a voz da juventude. Devemos nos desafiar a ser cada dia mais o movimento que fala em nome da juventude brasileira (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016f).

Da análise do conteúdo desses textos, pode-se depreender que o Levante Popular da Juventude busca ser um movimento pela totalidade dos interesses da juventude brasileira, reivindicando perante os órgãos do Estados bandeiras de luta e atuando na perspectiva da coletividade face ao individualismo de nossos tempos, sempre com o intuito de organizar o maior número possível de jovens em suas fileiras e sob sua orientação política progressista.

1.2 PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE E ANÁLISE DE TRABALHOS

Este subtítulo tem como objetivo apresentar o levantamento dos trabalhos desenvolvidos a partir de 2012 sobre o movimento social Levante Popular da Juventude buscando conhecer o que tem sido estudado sobre o tema e se existem trabalhos que versam sobre as práticas educacionais no movimento em questão. O recorte temporal a partir de 2012 se justifica pelo fato de que foi neste ano que o Levante foi nacionalizado, ou seja, expandiu seu raio de ações para o país, tendo como marco o dia 1º de fevereiro, data do seu I Acampamento Nacional.

A busca das produções acadêmicas foi realizada virtualmente nos Bancos de Dados reconhecidos cientificamente, tais como, Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), nas três últimas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e no Portal de Periódicos da Capes.

Para realização do levantamento utilizamos como termo de busca “Levante Popular da Juventude”. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), encontramos as seguintes dissertações:

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)	INSTITUIÇÃO
-----	--------	-----------	-------------

2012	Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude'	Bianca de Oliveira Ruskowski	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/UFRGS
2013	Resistência à biopolítica na educação: arte ativista na exceção brasileira.'	Alexandre Albuquerque Mourão	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/UFC
2015	Ousar lutar, organizando a juventude Pro Projeto Popular": resistência, luta e organização da juventude proletária, o Levante Popular da Juventude em foco	Felipe dos Santos Galvão	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE/UFRN
2016	Juventude, participação e projeto popular: a experiência político-organizativa do movimento “Levante Popular da Juventude”	Joane dos Santos Araujo	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE/UFRN
2016	Experiências e sentidos da participação juvenil na contemporaneidade: um estudo do levante popular da juventude na cidade de Sorocaba	Rafael Vigentin	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Tabela 1. Fonte: autor/2017

No Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) aparecem apenas a primeira e a última dissertações já elencadas.

No portal de periódicos da CAPES foram encontrados os seguintes artigos:

2014	Levante Popular da Juventude brasileira: saímos do facebook	Gleice Bernardini, Maria Cristina	Mediação, 01 January 2014,
------	--	-----------------------------------	----------------------------

		Gobbi	Vol.15(17)
2016	A educação popular no levante popular da juventude do Rio Grande do Sul: Renovações e permanências	Conceição Paludo, Magda Gisela Cruz Dos Santos, Paulo Eduardo Dias Taddei	E-curriculum, 2016, Vol.14(2), pp.545- 571 (PUC-SP)

Analisando o GT 03 (Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos) das quatro últimas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) não encontramos nenhum trabalho relacionado ao Levante Popular da Juventude. O termo de busca foi o mesmo utilizado nas buscas anteriores. Os trabalhos apresentados no GT 03 das últimas reuniões nacionais da ANPED versaram em sua maioria sobre práticas na educação do campo, estudos de caso de ações de movimentos sociais do campo (em especial do MST), juventude urbana em situação de vulnerabilidade social, experiências educativas de tribos indígenas, políticas públicas para a juventude e ocupações nas escolas e universidades (em especial a última reunião, ocorrida em outubro de 2017). Percebe-se que há uma considerável influência do MST na construção dos trabalhos sobre práticas da educação do campo.

ANO	Reunião	N.º de trabalhos aprovados
2012	35 ^a	15
2013	36 ^a	08
2015	37 ^a	21
2017	38 ^a	21

Tabela 3: Levantamento de trabalhos aprovados no GT03 da Anped. Fontes: sites das reuniões anuais da ANPED.

Entretanto, um trabalho da 35ª reunião da Anped e outro da 37ª foram analisados. Intitulados “Repercussões da experiência militante em outras esferas da vida: jovens engajados em partidos políticos”, de Ana Karina Brenner e “Experiências de participação social de jovens e sentidos atribuídos às suas vidas” de Maurício Perondi, respectivamente.

Além destes trabalhos, o Levante Popular da Juventude possui uma lista de e-mails, na qual os militantes veiculam notícias, informações e trabalhos acadêmicos. É de conhecimento do autor que dois trabalhos monográficos foram realizados sobre o movimento, sendo eles as monografias “Levante Juventude, Juventude é prá lutar: a relação entre esferas da vida e identidade na constituição do engajamento juvenil”²², de Bianca de Oliveira Ruskowski (2009) e “Luz, Câmera, Escracho! O protagonismo e a ousadia da juventude na luta pelo direito à memória, verdade e justiça”²³, de Alexandre Garcia Araújo (2013). Ambos autores foram militantes do Levante Popular da Juventude e hoje militam em outras organizações populares.

Na monografia de Bianca Ruskowski, ela faz uma pesquisa da participação política da juventude do século XXI, demonstrando que houve um declínio da participação da juventude em instâncias consideradas tradicionais, como partidos políticos, sindicatos e movimento estudantil. Em contrapartida, uma nova forma de associativismo foi conformada, sobretudo na área cultural. A pesquisa foi do tipo qualitativa e ocorreu na cidade de Porto Alegre (RS), até então única capital com presença do Levante à época, onde foram entrevistados 14 jovens. A monografia dela destaca-se pelo pioneirismo em estudar o Levante em suas primeiras atividades, sendo considerada base para reflexões internas do movimento, sobretudo no que diz respeito a construção da identidade do movimento, que em 2009 ainda era muito ligada à identidade da Via Campesina.

A monografia de Alexandre Araújo estuda as ações empreendidas pelo Levante em torno da questão da Memória, Verdade e Justiça, que é uma das bandeiras de luta do movimento. No trabalho, busca-se resgatar o contexto da transição democrática do pós-ditadura militar, em que foi iniciado na sociedade brasileira o debate da reparação, por parte do Estado, das perdas materiais e morais que as famílias de militantes que foram mortos, presos e extraditados tiveram durante os anos de chumbo – é a chamada Justiça de Transição. A Justiça de Transição foi extremamente prejudicada com a chamada Lei da Anistia, que beneficiou militantes que lutaram contra o regime e também os militares que cometeram torturas. A partir dos escrachos realizados pelo Levante no ano de 2012, o autor procura

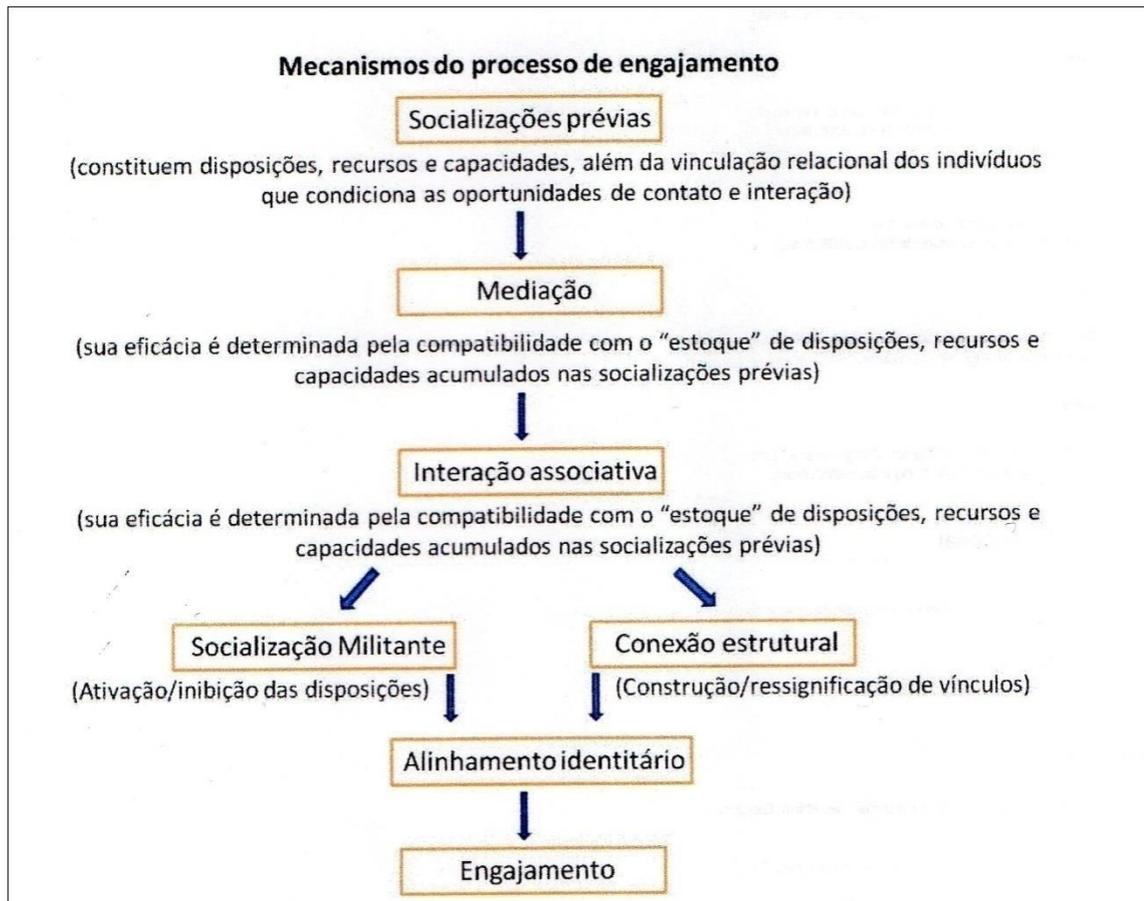
²² Monografia apresentada no curso de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²³ Monografia apresentada no curso de Direito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

demonstrar como tais ações contribuíram para reacender o debate sobre a Justiça de Transição em um contexto de instauração da Comissão Nacional da Verdade (que tem por objetivo investigar e publicizar as violações de direitos humanos ocorridas durante o período de 1946 a 1985 no Brasil).

Dando continuidade aos estudos sobre engajamento militante, Bianca Ruskowski (2012) aprofunda em sua dissertação os mecanismos pelos quais os jovens são levados a participar de organizações. Além do Levante, ela estudou o projeto de voluntariado “Tribos nas Trilhas da Cidadania”. Ela realizou um estudo comparativo, a partir de 12 entrevistas com jovens participantes e com coordenadores das organizações, além de participar das ações e reuniões dos grupos. Como resultado, constatou que apesar de haver uma similitude quanto aos mecanismos de engajamento (motivos pelos quais os jovens são levados à participar da organização), a diversidade quanto às formas de engajamento (ou seja, o tipo de ação que é realizada pela organização) se deve às estruturas diferentes nas organizações. Isso se expressa nos seus participantes a partir de cinco dimensões: para os participantes das “Tribos nas trilhas da cidadania”, a perspectiva é de um engajamento altruísta, consensual, pontual, individual e de continuidade, enquanto para o Levante a perspectiva é de um engajamento altruísta, conflitivo, global, coletivo e de ruptura. Dessa forma, as “TCC cumprem um papel ao mostrarem aos jovens a situação de desigualdade social, produzindo um incômodo com a situação vivenciada em nossa sociedade e incentivando ações beneficentes, sem, no entanto, identificar um inimigo ou disputar recursos específicos” (2012, p. 09). Já o Levante, “a partir de um forte processo de socialização militante, canaliza a indignação dos jovens, oferecendo uma possibilidade de inserção na organização e nas ações contestatórias, disputando recursos específicos a partir da identificação de um inimigo em comum” (2012, p. 09). Essa pesquisa de Ruskowski ajuda na caracterização apontada no que concerne à diferença entre movimentos sociais e as ONG’s, tanto do ponto de vista das bandeiras de luta e do horizonte político quanto da forma pela qual seus participantes se identificam com as organizações.

Em um gráfico produzido pela própria Ruskowski, temos que



Ruskowski explica que

O processo de engajamento envolve o contato com a organização e a interação entre indivíduo e organização para produção do engajamento, pois, para que haja engajamento, são necessárias disposições anteriormente construídas durante o processo de socialização e a identificação da pessoa com a organização. [...] as socializações prévias são fundamentais para proporcionar o contato com a organização. Este contato se tornará mais eficaz na medida em que seja compatível com o “estoque” de disposições, recursos e capacidades acumuladas do indivíduo. A partir daí, a interação associativa poderá ativar ou inibir disposições e construir uma conexão estrutural que criará novos laços sociais ou ressignificará os existentes. Quando ocorre este alinhamento identitário entre o estoque de disposições, recursos e capacidades e as conexões associativas, produz-se o engajamento. (2012, pp 56-58).

É sabido que este mecanismo envolve tensões, uma vez que cada indivíduo opera de maneira particular suas reflexões e experiências a partir da forma pela qual a organização e as pessoas se apresentam para ele. O alinhamento identitário ocorre “quando líderes e organizadores de movimentos e associações conseguem efetuar uma conexão entre algum(uns) elemento(s) da cultura da população a ser mobilizada e dotá-lo(s) de valor, articulando-o(s) com os objetivos do movimento num dado contexto (RUSKOWSKI, 2012, p.

52). A conclusão que se chega é que se houver sucesso nesse alinhamento, possivelmente haverá engajamento na ação coletiva.

O trabalho de Alexandre Albuquerque Mourão (2013) não trata especificamente de uma pesquisa sobre o Levante. A partir dos conceitos de “biopolítica”, elaborado por Foucault, e Estado de Exceção, do autor Giorgio Agamben, ele investiga como as práticas de arte ativista, denominadas intervenções urbanas, se colocam como estratégias de resistência educacional ao campo biopolítico. Ele analisa as experiências do coletivo fortalezense Aparecidos Políticos, do paulista Coletivo Político QUEM e do Levante Popular da Juventude. Sobre o Levante, ele faz uma breve narrativa do que foram os “escrachos”.

A pesquisa de mestrado de Felipe Galvão dos Santos (2015) trás uma pormenorizada descrição das estruturas organizativas do Levante Popular da Juventude em especial no seu capítulo 5. O método utilizado foi o materialismo histórico e dialético, onde ele discorreu sobre a profundidade de temas que dizem respeito à caracterização do Levante. Para chegar até lá, ele fez uma análise da crise do capitalismo e seus impactos sobre os movimentos sociais e a juventude, além de um debate sobre o mundo do trabalho e uma breve descrição sobre alguns movimentos sociais, como o MST, o fórum social mundial, a Via Campesina, a Marcha Mundial das Mulheres, o movimento anarcopunk e o movimento passe livre. Priorizando o arcabouço teórico da pesquisa, o autor teve dificuldades em fazer uma pesquisa de campo, muito em razão da dificuldade em se obter uma devolutiva dos militantes da organização acerca da aplicação de questionários. Assim, teve que partir para entrevistas de 4 militantes através de Skype e WhatsApp, o que limitou um olhar subjetivo a respeito das práticas política do Levante.

O trabalho de Joane dos Santos Araujo (2016) investiga as ações sociais do Levante na cidade de Natal (RN). A partir da conjuntura política-econômica-social vivenciada no país, a pesquisa busca compreender de que forma os militantes se organizam para pautar suas bandeiras de luta e como se dão as relações entre os sujeitos a partir das potencialidades, limites e contradições internas. Ela trabalha com o conceito de hegemonia de Gramsci para compreender as ações culturais e de resistência da organização dentro do contexto político de atuação, bem como o materialismo cultural de Raymond Williams para “pensar a dinâmica dos processos de produção da realidade a partir das práticas e experiências de participação desse sujeito coletivo juvenil, na perspectiva do ‘residual’ e do ‘emergente’” (2016, p. 8)

A dissertação de Rafael Vigentin (2016), tal qual a dissertação de Bianca, estuda as experiências e sentidos na participação política da Juventude, em especial estudando as ações do Levante Popular na cidade de Sorocaba. Com uma metodologia qualitativa, o autor buscou

compreender os sentidos da participação analisando as trajetórias de vida e o envolvimento dos jovens no movimento e do movimento com a cidade. No curso da pesquisa, ele identificou algumas contradições no bojo do movimento, em especial o fato de o Levante apresentar uma estrutura orgânica vertical e centralizada, própria de partidos políticos do século passado, e o discurso dos militantes apresentar temas como horizontalidade na estrutura e possibilidades decisórias dentro do movimento.

Escolhemos a análise de dois trabalhos da Anped por entender que eles podem subsidiar os estudos teóricos desta pesquisa. Ana Karina Brener (2012) estuda a participação de jovens em partidos políticos. Embora o Levante não se configure enquanto partido, os mecanismos que ela adotou nos servem para embasar os estudos. Ela entrevistou jovens que fazem parte de 5 partidos no espectro da esquerda, destacando questões como convivência familiar e as repercussões do engajamento na família; hábitos de consumo e estética; as repercussões da militância na vida privada; amizades e vida afetiva; e escolhas profissionais influenciadas pela militância. Em conclusão, ela aponta que a militância

produz experiências que se associam com aquilo que foi vivido pelos sujeitos antes do engajamento e produz novos códigos e significados para os militantes. (...) A experiência militante, que altera valores e comportamentos dos jovens, incide sobre as relações familiares, sobre amizades, hábitos de consumo, características pessoais e escolhas profissionais. (2012, p. 14).

Já Maurício Perondi (2015) busca compreender os sentidos expressos nas experiências de jovens integrantes de quatro coletivos da região metropolitana de Porto Alegre-RS. Foi adotada a metodologia qualitativa, que resultou numa interessante organização da análise em três eixos: a) sentidos do passado, b) sentidos do presente e c) sentidos do futuro. Sobre os sentidos do passado, os relatos perpassam sobre como as mudanças nas trajetórias de vida, o processo identitário com as organizações, o crescimento pessoal etc. Em relação aos sentidos do presente, os relatos abordam questões como definição da identidade, formação e realização pessoal, além da sociabilidade e as novas convivências. Dentro do eixo do futuro, os jovens relatam “contribuições dos seus coletivos para as suas escolhas e opções profissionais, seja nos sentidos das topias (projetos e lugares concretos), seja nas utopias (ideais, sonhos) que foram produzidas a partir da inserção no grupo” (2015, p. 13).

1.3 METODOLOGIA

Fazendo uma analogia, é possível dizer que a metodologia está para o trabalho científico assim como o a coluna vertebral está para o corpo humano, ou seja, a metodologia funciona como um sustentáculo do todo que se pesquisa numa dissertação, pois envolve uma série de estudos teóricos e investigativos, levantamento de dados, ida a campo, análise do que foi pesquisado e finalmente a materialização disso tudo, que é a escrita.

A questão investigativa é a seguinte: Qual é a prática educativa desenvolvida no movimento Levante Popular da Juventude? Como objetivo geral, temos a análise das práticas educativas do movimento Levante Popular da Juventude a partir das narrativas dos/as militantes, e como objetivos específicos: a) conhecer as práticas educativas do Levante; b) identificar aproximações e diferenças nas práticas educativas.

Para este trabalho, optamos por desvendar os caminhos propostos por Alfred Schutz (1899-1959). Pode-se dizer que a obra de Schutz surge da confluência entre a fenomenologia husserliana e a sociologia compreensiva weberiana, sendo que sua proposição era refundar, fenomenologicamente, a sociologia compreensiva. (CASTRO, 2012b). A partir dessa inspiração teórica, ele se debruçou sobre temas como motivação, ação social e intersubjetividade, os quais serão necessários compreender para estudar as práticas educativas no Levante Popular da Juventude.

Os seres humanos não são “tábulas rasas”; são, antes de qualquer coisa, resultado de inúmeras construções sociais, possuindo suas relações intersubjetivas e suas histórias de vida. Para Schutz,

O homem, na vida diária ... tem a qualquer momento um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes, e também determina sua antecipação das coisas que virão. Esse estoque de conhecimento tem sua história particular. Foi constituído de e por atividades anteriores de experiência de nossa consciência, cujo resultado tornou-se agora uma posse nossa, habitual (1979, p. 74).

Esse estoque de conhecimento é ampliado a todo momento, pois a todo momento vivenciamos experiências. O estoque de conhecimento vai sendo sedimentado a partir dos saberes herdados pelos indivíduos, seja por meio de suas experiências próprias, seja por meio de seus educadores (CASTRO, 2012b). A cada ação nossa empreendemos o nosso estoque de conhecimento no contato com o outro. Schutz diz que somente uma parte muito pequena do

nosso conhecimento de mundo se origina de nossas experiências pessoais. “A maior parte é derivada do social, dada por meus amigos, meus pais, meus professores e os professores dos meus professores” (SCHUTZ, 1979, p. 96).

A intersubjetividade denota o compartilhamento de coisas em comum a partir das experiências das pessoas. “O mundo da minha vida diária não é de forma alguma meu mundo privado, mas é, desde o início um mundo intersubjetivo compartilhado com meus semelhantes, vivenciado e interpretado por outros; em suma, é um mundo comum a todos nós” (SCHUTZ, 1979, p. 159). A partir dessa noção, coloca-se como fundamental conhecer as pessoas dentro de seu contexto social e da ação social que exercem, no caso, as vivências e ações coletivas do Levante Popular da Juventude.

A partir das noções weberianas de ação, Schutz a considera como uma atitude consciente e voluntária realizada pelos indivíduos, dotada de intencionalidade. Só que, como continuador da obra de Husserl, ele utiliza os conceitos de agir e ação: “enquanto que o agir especifica uma situação em curso, a ação designa uma situação já terminada e da qual se observam os efeitos” (CASTRO, 2012b, p. 59). Dessa forma, “a ação, por sua vez, conforma uma experiência relevante, mas concluída, uma força imponente e com efeitos vigentes (...)” (CASTRO, 2012b, p. 59).

A ação tematizada por Schutz pode dar-se nessas duas dimensões, conquanto apresente três características: projectibilidade, tipicidade e socialidade. Projectibilidade seria a capacidade de previsão, inerente a toda ação: a previsão do estado da ação quando ela se tiver encerrado. Segundo Schutz, o agir se projeta num futuro-já-passado (Schutz, 1967, p. 81), como na situação de um objetivo tornar-se claro na estratégia de preparação da passagem ao ato. Tipicidade, por sua vez, seria a reserva de experiência capaz de conferir à ação uma projectibilidade, uma equivalência a ações já vivenciadas, as quais se projetam recorrentemente, tal como um patrimônio útil. Socialidade, enfim, seria o poder de interação e articulação entre mentes, no processo de consecução da ação. Tal como a projectibilidade se conforma no futuro e a tipicidade no passado, a socialidade se dá no presente (CASTRO, 2012b, p. 58)

Schutz nos dá também a chave para compreender a ação dos indivíduos em grupos sociais. Para ele,

O significado subjetivo que o grupo tem para os seus membros consiste em seu conhecimento de uma situação comum e, com ela, de um sistema comum de tipificações²⁴ e relevâncias²⁵. Essa situação tem a sua história, da

²⁴ “Refere-se ao modo pelo qual as diversas experiências sociais se conformam com base num modelo anteriormente estabelecido” (CASTRO, 2012, p. 55).

qual participam as biografias dos membros individuais; e o sistema de tipificações e relevâncias que determina a situação forma uma “concepção relativamente natural do mundo” comum (1979, p. 82).

Compreende-se que o indivíduo encontra no grupo conforto e está mais livre e disposto a seguir as regras de comportamento comuns a todos a partir de um “conjunto de receitas de hábitos, costumes, normas, etc., mais ou menos institucionalizados, que os ajudam a viver em harmonia com seres e semelhantes pertencentes à mesma situação” (SCHUTZ, 1979, p. 82).

Schutz segue dizendo quanto à participação em grupos sociais:

Nossa descrição vale tanto para: a) grupos “existenciais” com os quais compartilho uma herança social; e b) os chamados grupos voluntários, que eu formo ou aos quais me associo. No entanto, existe a diferença de que, no primeiro caso, o membro individual se encontra dentro de um sistema de tipificações, papéis, posições e status pré-constituído, e não estabelecido por ele, dado a ele como herança social. No caso de grupos voluntários, porém, esse sistema não é vivenciado pelo membro individual como ready-made; ele tem de ser construído por membros e por isso sempre envolve um processo dinâmico de evolução. No início, somente alguns dos elementos da situação são comuns; os outros têm de ser produzidos através de uma definição comum da situação comum (1979, p. 83).

No primeiro caso, temos o fato de o indivíduo estar imerso na sociedade, compartilhando seus valores e relações intersubjetivas de maneira difusa, é a educação informal em si; no segundo caso, cujo exemplo pode ser o próprio Levante, onde os indivíduos constroem relações a partir dos objetivos estabelecidos claramente pela organização coletiva. Todo ser humano faz parte dos dois grupos, ainda que, no segundo caso, ele não perceba.

Fazendo um diálogo entre a ação dos indivíduos nos grupos sociais e a atuação em si na sociedade, Blumer aborda o conceito de definição da situação. Antes deles, William Thomas assim conceituava:

antes de qualquer ato de comportamento autodeterminado há sempre um estágio de exame e deliberação que podemos chamar de definição da situação. Na realidade não só os atos concretos são dependentes da definição da situação, mas toda uma conduta de vida e a personalidade do próprio indivíduo derivam, gradualmente, de uma série de tais definições (THOMAS *apud* NUNES, 2013b, pp. 260-261) (grifos do autor).

²⁵ Trata-se de tipificações que são estabelecidas a partir de valores compartilhados intersubjetivamente em um determinado contexto social.

A definição da situação leva em consideração tipos de conduta socialmente reconhecidos e legitimados num processo interativo entre os indivíduos. “A análise da situação social remete, no interacionismo simbólico, a um processo cognitivo-perceptivo que precede e condiciona a ação social” (NUNES, 2013a, p. 147). Os indivíduos e grupos possuem um papel ativo na constituição de suas personalidades e posições sociais. Disso decorre que sempre que os participantes de uma determinada situação social (por exemplo, quando se há um ato de rua, protestos, ocupações ou outros tipos de ação dos movimentos sociais) compartilham uma mesma definição, e isso torna a ação coordenada e suscetível de êxito com mais facilidade (NUNES, 2013b).

Considerando que o Levante Popular da Juventude é, a partir das formulações de Blumer, um movimento social específico, de tipo revolucionário, tem-se que a definição da situação é um processo cognitivo e social vinculada a teoria do comportamento coletivo blumeriana (ou seja, a inquietação social que desencadeia os movimentos massivos é o pressuposto do comportamento coletivo). Assim, a definição da situação está associada a fatores de ordem psicológica (conformação do *esprit de corps* e de uma moral), filosófica (construção da ideologia do grupo) e estratégica (agitação e definição das táticas), sendo esses os fatores indispensáveis a constituição de um movimento social específico (NUNES, 2013b; GOHN, 1997).

Carneiro (2013, pp. 39-41), em uma tese de doutorado que tem como um dos aportes teóricos o interacionismo simbólico, sintetiza com maestria os seis conceitos básicos ou “imagens-raiz” do interacionismo propostos por Blumer, as quais dialogam com os fundamentos da Fenomenologia Sociológica de Shutz. A primeira dessas “imagens-raiz” é a coexistência grupal humana. Por esta ideia, tem-se que os seres humanos só vivem se for em grupos que agem na sociedade uns em relação aos outros. “A vida, de qualquer sociedade humana consiste, necessariamente, em um processo contínuo de ajuste das atividades de seus membros” (Blumer, 1969, p. 124 *apud* CARNEIRO, 2013, p. 39).

A segunda imagem-raiz está implicitamente relacionada à primeira e considera que a “vida em grupo pressupõe uma interação existente entre seus agentes e não entre fatores a eles atribuídos”.

seu valor reside no fato de constituir um processo que *forma* o comportamento... Os homens, ao interagirem uns com os outros, devem considerar o que cada um faz ou está para fazer; são obrigados a dirigir seu próprio comportamento ou manipular as situações em função de tais observações. Assim, as atividades de outrem constituem fatores positivos na formação de sua própria conduta... Às ações de outrem cabe determinar o

que se planeja fazer, além de poder se opor ou impedir tais projetos, requerer sua revisão ou exigir outra série diferente de projetos. De uma forma ou de outra, deve-se *adaptar* a própria linha de atividade aos atos do outro... Esse processo interativo da sociedade humana encontra-se característica e predominantemente no nível simbólico... Procedem desta maneira, através de um processo bilateral em que indicam a outrem como agir e em que interpretam as indicações por estes realizadas. A coexistência grupal humana representa um complexo processo de definição recíproca sobre como proceder e de interpretação das mesmas; através desse sistema os seres humanos vêm a adaptar suas atividades uns aos outros e a formar sua própria conduta pessoal” (BLUMER, 1969, p. 125-127 *apud* CARNEIRO, 2013, p. 40) (grifos do autor).

A terceira imagem-raiz considera que os objetos não possuem significados por si mesmos; seus significados são construídos a partir das definições feitas pelos seres humanos a partir de suas interações. A quarta imagem-raiz de Blumer é a consideração do ser humano como um organismo agente na sociedade, ou seja, é entender “que o indivíduo também age para si mesmo e orienta suas ações para outras pessoas de acordo como interpreta a si mesmo” (CARNEIRO, 2013, p. 40). Na quinta imagem-raiz, Blumer discorre sobre a natureza da ação humana,

afirmando que o homem depara-se com um universo o qual deve interpretar com o objetivo de poder agir, e não apenas reagir a um ambiente devido à sua organização. Atribui significado às ações dos outros e planeja suas próprias ações orientado por essa interpretação (CARNEIRO, 2013, p. 40).

A sexta e última imagem-raiz abarca a ação coletiva dos seres humanos a partir de um encadeamento de ações. Diferentemente da ideia de que a sociedade existe de forma imóvel em que as regras, valores e sanções determinam o comportamento humano, no interacionismo simbólico acredita-se que “na coexistência grupal, é o processo social que cria e mantém as regras, e não as regras que criam e mantém a coexistência grupal” (BLUMER, 1969, p. 135 *apud* CARNEIRO, 2013, p. 41). Os seres humanos, nas suas interações, sempre se deparam com novas situações, criando sempre novos significados a partir do agir em sociedade. “É preciso atentar, além disso, para o fato de que um novo comportamento coletivo não é gerado de forma espontânea, ou seja, nasce necessariamente de experiências passadas, estando vinculado a um encadeamento histórico” (CARNEIRO, 2013, pp. 41).

Tais imagens-raiz, somadas aos estágios evolutivos (inquietação individual, inquietação popular, formalização e institucionalização) e aos cinco mecanismos de desenvolvimento e consolidação de um movimento social específico de tipo revolucionário (a

agitação, o desenvolvimento de um espírito de corps, de uma moral, a formação de uma ideologia e o desenvolvimento de operações táticas), em confluência com a motivação, ação social e intersubjetividade de Schutz, formam a amálgama certa para a construção da metodologia da pesquisa empreendida.

Levando-se em consideração que “O meio tipificador *par excellence*, através do qual o conhecimento social é transmitido, é o vocabulário e a sintaxe da linguagem cotidiana” (SCHUTZ, 1979, p. 96), a pesquisa empírica é o fundamento pelo qual se buscará identificar a história dos sujeitos que compõem o Levante Popular da Juventude em Vitória da Conquista, as motivações que os levaram ao engajamento político e as práticas educativas do movimento a partir de suas narrativas.

Uma das questões mais emblemáticas desta pesquisa consiste em saber como o pesquisador, que é militante do movimento, vai pesquisar o próprio movimento? É possível obter dados lúcidos para a pesquisa mesmo tendo uma relação pré-estabelecida com os entrevistados? Os entrevistados se sentirão a vontade para discorrer o que pensam a respeito das perguntas? Somente a prática da pesquisa é capaz de problematizar a relação pesquisador-pesquisado, afinal de contas, a pesquisa é uma *relação social* (BOURDIEU, 1997, p. 694).

Eu sou um dos integrantes mais antigos do movimento na cidade e tenho várias tarefas, dentre elas a da coordenação nacional do movimento e do coletivo de formação política. Todos os entrevistados ingressaram no movimento posteriormente à minha entrada, e com todos eles possuo vínculos que vão para além da militância política, ou seja, vínculos de amizade. Como amigos e como companheiros, que é a forma como nos tratamos na militância, já tivemos nossos momentos de alegrias, tristezas, de discussões e de compreensões. Portanto, há uma carga de valores e construções pré-existentes à esta pesquisa.

O fato de ser membro antigo da organização e coordenador das atividades certamente inibe os/as entrevistados/as de expor com profundidade eventuais críticas e equívocos do movimento. Essas questões de vivência e sobretudo a posição que assumo como dirigente e referência dentro movimento remetem à violência simbólica existente na relação pesquisador-pesquisado, sintetizados da seguinte forma por Bourdieu (1997, p. 695):

É o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural. O *mercado dos bens lingüísticos e simbólicos* que se institui por

ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os lingüísticos, dos quais estão dotados.

Portanto, é preciso reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através da entrevista. Concordando com Bourdieu, para o qual “a proximidade social e familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’” (1997, p. 697), pois

De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas da comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os sinais verbais, que indicam quer como tal o qual enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor²⁶ (BOURDIEU, 1997, p. 697).

Além da violência simbólica, pesa o fato de que até então eu nunca havia realizado uma pesquisa de campo, o que sobremaneira dificultou a entrada em campo, mesmo com todos os elementos de uma entrevista semi-estruturada. Isso foi bastante perceptível nas duas primeiras entrevistas, as quais ocorreram no mesmo dia e no mesmo espaço, sendo as com a menor duração. As perguntas eram muito extensas e o nervosismo tomou conta. Isso transpareceu para as entrevistadas, que não se sentiram tão a vontade para responder, sendo, pois, necessário retornar a campo para obter melhores dados.

Dá a importância de um referencial teórico-metodológico que permita dirimir possíveis efeitos dessa aproximação. E para me distanciar do grupo do qual eu faço parte e sobre o qual pesquiso, mais uma vez Schutz, com o conceito de “estranho” ou “estrangeiro”, foi precioso para a condução das entrevistas e para a escrita do trabalho em si. Isso porque em sua conceituação Schutz nos diz que “‘estrangeiro’ deverá significar um indivíduo adulto do nosso tempo e civilização que tenta ser permanentemente aceito ou ao menos tolerado pelo grupo ao qual ele se aproxima” (SCHUTZ, 2010, p. 118). São vários os exemplos de

²⁶ “Estes sinais de *feedback* que E.A. Schegloff chama *response tokens*, os “sim”, “ah bom”, “certo”, “oh!” e também os acenos de cabeça aprovadores, os olhares, os sorrisos e todas as *information receipts*, sinais corporais ou verbais de atenção, de interesse, de aprovação, de incentivo, de agradecimento, são a condição da boa continuação da troca (a tal ponto que um momento de desatenção, de distração do olhar são em geral suficientes para causar uma espécie de embaraço para o pesquisado, e a fazê-lo perder o fio de sua entrevista); *colocados no momento certo*, eles atestam a participação intelectual e afetiva do pesquisador. (BOURDIEU, 1997, p. 697).

“estrangeiro”, dentre os quais o imigrante, o candidato a membro de um clube fechado, o futuro noivo que quer ser admitido para a família da garota, o filho do fazendeiro que entra na faculdade, o morador da cidade que se muda para o ambiente rural entre outros. (SCHUTZ, 2010).

Para Schutz, “o estranho mede os padrões que dominam no grupo em questão de acordo com o sistema de relevâncias que predomina no ‘aspecto natural do mundo’ segundo o seu grupo de origem” (1979, p. 85), portanto, a consequência é que o “estranho” comece a interpretar os valores e relações do novo grupo a partir de seu pensamento usual. O “estranho... torna-se em essência o homem que tem de colocar em questão praticamente tudo aquilo que parece inquestionável para os membros do grupo do qual se aproximou” (1979, p. 87).

Sinteticamente, Schutz diz que “o padrão cultural do novo grupo é, para o estranho, em vez de abrigo, um campo de aventura, em vez de ponto pacífico, um tópico questionável, que tem de ser investigado, em vez de um instrumento que auxilie a desemaranhar situações problemáticas, uma situação problemática em si, e difícil de dominar” (1979, p. 93).

É preciso, pois, ter muito cuidado com o que Schutz no diz acerca do comportamento do “estranho”, pois

É possível, no entanto, que pessoas que se considerem diferentes entre si sejam colocadas na mesma categoria social pela tipificação do estranho e, então, tratadas como uma unidade homogênea. A situação em que os indivíduos são colocados dessa forma pelo estranho é definição dele, não deles. Por essa razão, o sistema de relevâncias que acarreta tal tipificação é tido como pressuposto apenas pelo estranho, não é necessariamente aceito pelos indivíduos tipificados, que podem não estar preparados para realizar uma autotipificação equivalente. (SCHUTZ, 1979, p. 95)

Foi este o desafio a que me propus, ser um “estranho” ou “estrangeiro” para os entrevistados. Mesmo sendo do mesmo grupo social, conhecendo seus valores e anseios, foi preciso me colocar como “estrangeiro”, em posição de pesquisador, para dar cabo ao propósito da pesquisa.

Levando-se em consideração que a presente pesquisa partiu da investigação e do diálogo com militantes do Levante Popular, tendo em vista as práticas educativas apreendidas por eles a partir da participação no movimento, é preciso discorrer um pouco sobre prática educativa, que pode ser entendida “como uma ação social dotada de sentidos construídos na relação indivíduo/sociedade e, como tal, comporta valores, crenças e atitudes”. (CRUSÓE; MOREIRA; PINA, 2014, p. 74).

As práticas educativas dos movimentos sociais são reconhecidas no artigo 1º²⁷ da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica e podem ser muito bem explicitadas por Gohn:

Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber:

- 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder.
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento.
- 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas (GOHN, 2005, pp. 50-51).

Tais práticas educativas constitutivas dos movimentos sociais inserem-se naquilo que se convencionou chamar de Educação Não-Formal:

Um dos supostos básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes, e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contém” (GOHN, 2005b, pp. 103-104).

Partindo da perspectiva de que “a prática educativa, quer em espaços formais de educação quer em qualquer prática social, tem estrutura e regularidade própria por conta das relações que são estabelecidas em rede entre os agentes sociais, configurando-se em formas específicas de comportamento social” (CRUSÓE; MOREIRA; PINA, 2014, p. 80), é possível dialogar com o conceito de intersubjetividade proposto por Schutz, para quem “podemos compreender a ação realizada por alguém quando nos colocamos, ao menos em pensamento,

²⁷ “Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

em situação similar” (AMADO; CRUSOÉ; VAZ-RABELO, 2013, p. 81). É o compartilhar com o Outro.

1.3.1 CAMPO DA PESQUISA, BLOCO DE ENTREVISTAS E ANÁLISE DE CONTEÚDO

O campo da pesquisa, a qual pretende investigar as práticas educativas do movimento Levante Popular da Juventude a partir de narrativas dos participantes, é a cidade de Vitória da Conquista-BA. Vitória da Conquista é a terceira maior cidade da Bahia e a que possui o sexto maior PIB do Estado. Cidade eminentemente comercial, tornou-se um pólo atrativo de investimentos no setor imobiliário e da construção civil nos últimos anos, exercendo importante função na área da saúde e dos serviços, tanto para a região Sudoeste da Bahia quanto para o norte de Minas Gerais. Nos últimos anos, tem despontado como pólo também na área da educação, com três universidades públicas de grande porte, além de diversas faculdades privadas e uma rede muito grande de escolas de nível fundamental.

Não existe nenhum material, cartilha ou texto que sistematize o histórico do Movimento em Vitória da Conquista. O que se tem são fotos na página do Levante Popular da Juventude da cidade no facebook e os relatos dos militantes mais velhos. Portanto, pelo fato do pesquisador ser um dos militantes mais antigos do Movimento na cidade e de ter participado de todos os atos da organização desde o princípio, esta pesquisa poderá vir a se constituir em um documento que pode ser utilizado pelo Levante na cidade.

Pode-se dizer que o germe do Levante Popular da Juventude em Vitória da Conquista foi no ano de 2011. Àquela época, militantes da Consulta Popular construíram um coletivo de juventude que atuava na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e também junto à juventude do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras por Direitos (MTD, cuja antiga nomenclatura é Movimento dos Trabalhadores Desempregados).

Este coletivo teve atuação importante durante a greve de professores e estudantes entre março e junho de 2011, participando das ações, propondo palavras de ordem e construindo o processo de formação política dos estudantes. Ainda em novembro de 2011 o coletivo realizou o I Acampamento do Campo e da Cidade na UESB, que contou com a participação de 30 jovens. Uma das marcas deste acampamento podem ser vistas em um grande muralismo feito na parede lateral das salas dos centros acadêmicos da UESB:



Foto: arquivo pessoal.

Em fevereiro de 2012 o coletivo participou do I Acampamento do Levante em Santa Cruz do Sul, ajudando a conformar a identidade de Levante Popular da Juventude na cidade. A primeira ação do Levante em Vitória da Conquista depois da nacionalização do movimento foi durante o I Festival da Juventude, realizado em maio de 2012, quando o Levante montou um barraco de lona de frente ao local onde estavam sendo realizadas as conferências do Festival como forma de denunciar a ausência de programação voltada para o público da periferia.

Em agosto de 2012 foi realizado o II Acampamento do Campo e da Cidade numa escola da zona rural de Barra do Choça, em parceria com o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Em janeiro de 2013 o Levante realizou o I Estágio Interdisciplinar de Vivências²⁸ (EIV) em parceria com o MST. Participaram do EIV 50 estudantes da cidade e do país inteiro, e ao final foi feita uma ocupação na prefeitura de Vitória da Conquista, na qual

²⁸ “O Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) é uma ferramenta construída conjuntamente pelo movimento estudantil e movimentos sociais populares, em que estudantes de diversas localidades do Brasil e de qualquer área de conhecimento se propõem a um exercício de formação e vivência em áreas de pequenos agricultores e reforma agrária. Isto é, a proposta é a de que @ estudante tenha contato com a realidade do campo e com o povo organizado. [...] Desta forma, o EIV , através de espaços de formação política e da vivência nas comunidades do campo, é um mecanismo pedagógico importante para auxiliar a formação do estudante e sua tomada de consciência sobre a diversidade e a complexidade das condições sociais de vida e trabalho vigentes na sociedade, sendo esta tarefa impossível de se realizar dentro dos muros da universidade de hoje. Além disto, o estágio interdisciplinar de vivência busca estreitar os laços entre os estudantes e os movimentos sociais populares, com o anseio de se construir um movimento estudantil com identidade de classe, buscando reinventar suas atuais práticas, que vêm se mostrando estéreis na lutas dentro e fora da universidade.” Disponível em: <<https://eivbahia.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 26 jun 2017.

foi denunciado um projeto de construção de um minerioduto (da SAM-Votorantim) que passa pelo território do município, podendo desabrigar centenas de assentados da reforma agrária.

O Levante participou ativamente das manifestações de junho de 2013 na cidade, ampliando seu leque de atuação com movimentos do campo e entidades sindicais. Em 2014 foi construída no município a campanha “Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político”, na qual a população foi consultada sobre se seria a favor ou não da convocação de uma assembleia Constituinte para reformar o sistema político brasileiro. Foram mais de 14 mil votos, sendo 95% favoráveis. Em 2015 o Levante participou das lutas contra o ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff, contra o projeto de lei que regulamenta a terceirização, contra a redução da maioria penal e contra o processo de impeachment da presidenta Dilma, lutas estas que continuaram no ano de 2016, acrescidas das ocupações²⁹ das escolas e universidades da cidade.

Por entender que em Vitória da Conquista o movimento encontra-se em plena atuação há pelo menos 5 anos, com quatro células ativas (uma na UESB, uma na UFBA, uma célula de secundaristas e outra na Casa 2 de Julho³⁰), possuindo um número de aproximadamente 30 militantes ativos, atuantes nos 3 setores da organização (diversidade sexual e gênero, mulheres e negros/negras), com idades entre 16 e 35 anos, é que se optou por estabelecer aqui nesta cidade o campo de pesquisa.

Após contato inicial feito com os integrantes do movimento, o qual se deu via e-mail, grupo de whatsapp e em reuniões, optamos por entrevistar militantes que estivessem atuando nos setores da organização, dentre os mais velhos e mais novos na organização. A aceitação dos entrevistados foi muito boa, visto que é a primeira vez que se estuda o movimento na cidade. Os militantes, jovens que são, querem expor suas ideias e se sentem mais empolgados com a possibilidade de poder falar sobre o seu próprio movimento.

Houve uma certa dificuldade para conseguir as entrevistas, uma vez que cinco dos seis entrevistados estavam participando ativamente das ocupações das universidades, desempenhando tarefas as mais diversas, o que resultou em alterações nos dias e horários das

²⁹ Entre os meses de outubro e dezembro de 2016 ocorreram centenas de ocupações de escolas e universidades em todo o país. A pauta em praticamente todas era unitária, pois a mobilização foi motivada pela proposta de emenda constitucional 241/55 do governo Temer, que congela os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, além da contrariedade a projetos de lei como o da “escola sem partido” e a medida provisória que estabelecer a reforma do ensino médio. Em Vitória da Conquista houveram ocupações na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Instituto Federal da Bahia e no Centro Territorial da Educação Profissional de Vitória da Conquista (CETEP). Em todas as 4 instituições houve paralisação total das aulas.

³⁰ Sede e local de moradia de alguns militantes do Levante Popular da Juventude em Vitória da Conquista, inaugurada em maio de 2015, teve suas atividades encerradas em novembro de 2017.

entrevistas para melhor nos adaptarmos às atividades desempenhadas por eles/elas. Um dos militantes trabalha como vigilante de uma creche durante o dia e outra recentemente deixou o curso a que estava matriculada na universidade e está a procura de emprego. Foram estes/as militantes³¹ entrevistados/as e suas respectivas situações de pesquisa:

NOME	IDADE	CURSO	TEMPO DE MILITÂNCIA	SETOR DE ATUAÇÃO	SITUAÇÃO DA PESQUISA
DINAEZA	22	Psicologia (UFBA)	3 meses	Mulheres e Diversidade sexual e gênero;	Entrevista realizada no dia 14/11, às 14h, primeiramente na cozinha da UFBA, e depois, no final de um corredor do módulo de laboratórios da UFBA, pois o trânsito de pessoas na cozinha atrapalhou. Duração de 26m11s.
OLGA	21	-	1 ano e meio	Diversidade sexual e gênero e Mulheres	Entrevista realizada no dia 14/12, às 19:00h, na Casa 2 de Julho. No momento havia um militante do Levante na Casa, porém não houve interferências. Duração de 1h03m23s.
EDSON	21	História (UESB)	10 meses	Negros e Negras e Diversidade sexual e gênero;	Entrevista realizada no dia 06/12, às 15:00h, na Casa 2 de Julho. No momento não havia

³¹ Para preservar o sigilo dos nomes, optamos por renomear os militantes entrevistados a partir de nomes de figuras consideradas pelo Levante como “lutadores e lutadoras” do povo: Dinaelza Coqueiro, Olga Benário, Edson Luis, Honestino Guimarães, Carlos Marighela e Margarida Maria Alves. Há que se ressaltar que 3 dos 6 entrevistados fazem parte de dois setores da organização simultaneamente, mas conforme informado por eles, a atuação prioritária se dá em um único setor, o que segue elencado em primeiro lugar na tabela.

					ninguém na Casa. Duração de 1h20m49s.
HONESTINO	24	História (UESB)	10 meses	Diversidade sexual e gênero	Entrevista realizada no dia 14/12, às 11:00h, na Casa 2 de Julho. No momento, havia dois participantes do Levante na Casa, porém não houve qualquer interferência na entrevista. Duração de 34m14s.
CARLOS	25	História (UESB)	4 anos	Negros e Negras	Entrevista realizada no dia 16/12, às 18h, na casa 2 de Julho. No momento havia 4 participantes do Levante na Casa, porém não houve qualquer interferência na entrevista. Duração de 35m21s.
MARGARIDA	23	Psicologia (UFBA)	3 anos e meio	Mulheres	Entrevista realizada no dia 17/12, às 13h, em uma sala do espaço de pós-graduação Unigrad. Apenas nós dois estávamos na sala. Duração de 33m21s.

Levando-se em consideração a compreensão de que nos movimentos sociais as práticas educativas emanam das mais diversas formas, em que a intersubjetividade, as motivações e as experiências interligam-se no processo de construção do sujeito coletivo, e

partindo dos elementos da fenomenologia social de Schutz e das práticas educativas não-formais do movimento Levante Popular da Juventude, optou-se por realizar neste trabalho a entrevista semi-estruturada (ou semidiretiva) por entender que nela

não há uma imposição rígida de questões, o que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto “respeitando os seus quadros de referência³²”, salientando o que para ele for mais relevante, com as palavras e a ordem que mais lhe convier, e possibilitando a captação imediata e corrente das informações desejadas. (AMADO; FERREIRA, 2013, p. 209)

A entrevista semidiretiva de maneira alguma se confunde com improvisação, pelo contrário, exige-se uma preparação para que os dados a serem buscados sejam obtidos na relação dinâmica que se dá entre pesquisador e pesquisado; desta forma, as questões abordadas foram da seguinte ordem:

- abertas: possibilitando respostas nos próprios termos dos entrevistados e minimizando a imposição de respostas. Neste sentido evitam-se perguntas dicotômicas que sugiram respostas de *sim* ou *não* e que poderiam criar uma atmosfera de interrogatório;
- singulares: quer dizer, que não contenham mais que uma ideia, deste modo evita-se a possível confusão ou tensão no interlocutor;
- claras: o que leva à utilização de uma linguagem inteligível e que parta, quanto possível, do quadro de referência da pessoa entrevistada;
- neutrais: não devem minar a neutralidade com respeito ao que diz o entrevistado. Isto implica um ambiente tranquilo, de confiança, sem interrogatórios nem julgamentos (ABELED0, 1989 *apud* AMADO; FERREIRA, 2013, p. 217)

Compreendendo a entrevista semidiretiva como técnica de investigação que melhor se enquadra na busca das experiências significativas dos sujeitos militantes para compreender as práticas educativas do movimento, elaboramos os blocos de entrevistas tendo em vista a captar as percepções, sentidos, convicções, valores e história de vida dos entrevistados, conforme o modelo:

BLOCOS³³	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso
----------------------------	--------------------------	------------------------------	-----------------------------

³² “Entendemos por ‘quadros de referência’, as intenções, representações, pressupostos, ‘estados de espírito’, etc., bem como por certas variáveis, como o sexo, a idade, a classe social, o momento histórico (reactualizável no momento da investigação), etc.” (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2013, p. 303).

³³ Roteiro de entrevistas elaborado a partir do modelo sugerido por Crusoé, durante as atividades de orientação no Programa de Pós-graduação em Educação, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tal roteiro, também podendo ser chamado de “guião de entrevista” (AMADO; FERREIRA, 2013, p. 216) também se adéqua à análise de conteúdo que se empreendeu sobre as entrevistas.

<p>BLOCO 1</p> <p>LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA</p>	<p>Procurar a Direção do Movimento Levante Popular da Juventude e pedir autorização para a realização da pesquisa; conversar com os sujeitos escolhidos, para saber da possibilidade de colaborar no desenvolvimento da pesquisa; agradecer a disponibilidade dos/das militantes; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e as contribuições do estudo; colocar os/as entrevistados/as na condição de colaboradores/as; garantir confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.</p>		
<p>BLOCO 2</p> <p>HISTÓRIA DOS SUJEITOS</p> <p>Motivações para ser integrante do Movimento e experiências formativas</p>	<p>Obter dados sobre motivações para ser integrante do Movimento e experiências formativas dos e das integrantes do Movimento com o objetivo de identificar elementos que possibilitem conhecer suas características em termos de experiência de vida e relacionar com a prática educativa desenvolvida no movimento.</p>	<p>Fale sobre suas motivações para ser participante do Levante e suas experiências formativas, antes da entrada no Movimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O que a levou a ser integrante do Levante Popular da Juventude? ▪ Como foram as suas experiências antes da sua entrada no contexto Movimento?
<p>BLOCO 3</p> <p>CONCEITOS</p> <p>Conceituação: Movimento social, Feminismo, negros, negras e LGBT</p>	<p>Obter dados sobre como os/as militantes conceituam: Movimento social, Feminismo, negros, negras e LGBT com o objetivo de identificar elementos que caracterizam a prática educativa realizada no contexto do Movimento.</p>	<p>Como você conceitua: Movimento social, Feminismo, negros, negras e LGBT?</p>	

<p>BLOCO 4</p> <p>RELAÇÕES</p> <p>Relações entre:</p> <p>Direção e a base; Entre integrantes dos diferentes setores; entre o Levante e outros movimentos de juventude.</p>	<p>Obter dados sobre como os/as militantes vêem as relações entre: direção e a base; integrantes dos diferentes setores; entre o Levante e outros movimentos de juventude com o objetivo de identificar elementos que caracterizam a prática educativa no Movimento.</p>	<p>Como você vê as seguintes relações: direção e a base; integrantes dos diferentes setores; entre o Levante e outros movimentos de juventude.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma boa relação interpessoal no contexto do Movimento ajuda no bom andamento das atividades?
<p>BLOCO 5</p> <p>ESTRATÉGIAS</p> <p>Estratégias para: orientar a ação no setor, o qual você é responsável; vivenciar o cotidiano do Movimento (tensões, conflitos).</p>	<p>Obter dados sobre as ações que orientam ou deveriam orientar o seu comportamento no contexto do Movimento, com o objetivo de identificar elementos que caracterizam a prática educativa no contexto do Movimento.</p>	<p>Fale sobre as estratégias utilizadas por você e para orientar sua ação no contexto do Movimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vocês têm momentos de reuniões, de planejamento coletivo, de formação? ▪ Você identifica práticas educativas no Levante Popular da Juventude?
<p>BLOCO 6</p> <p>CRENÇAS E VALORES</p>	<p>Obter dados sobre a participação no Movimento Social, o significado do Levante na vida dos participantes entrevistados com o objetivo de conhecer crenças e valores que atravessam a prática educativa no Movimento.</p>	<p>Você acha importante participar de um Movimento Social?</p> <p>O que significa o Levante para você?</p> <p>O que implica ser um participante do Movimento?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Por que participar do Movimento Social é importante? ▪ O que significa o Levante para você? ▪ O que implica ser uma participante do Movimento? ▪ Você teria alguma questão para colocar, para acrescentar?

A análise de conteúdo pode ser definida como “uma técnica que possibilita o exame metódico, sistemático, objetivo e, em determinadas ocasiões, quantitativo, do conteúdo de certos textos, com vista a classificar e a interpretar os seus elementos constitutivos e que não

são totalmente acessíveis à leitura imediata” (ROBERT e BOUILLAGUET, 1997, p. 4 *apud* AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2013, p. 304).

É preciso buscar nas narrativas as categorias teóricas que nortearão o trabalho, fazendo-se a devida relação com os objetivos da pesquisa. Dessa forma,

[...] o aspecto mais importante da análise de conteúdo é o facto de ela permitir, além de uma rigorosa e objetiva representação dos conteúdos ou elementos das mensagens (discurso, entrevista, texto, artigo, etc.) através da sua codificação e classificação por categorias e subcategorias, o avanço (fecundo, sistemático, verificável e até certo ponto replicável) no sentido da captação do seu sentido pleno (à custa de inferências interpretativas derivadas ou inspiradas nos quadros de referência teóricos do investigador), por zonas menos evidentes constituídas pelo referido “contexto” ou condições de produção. (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2013, pp. 304-305).

É interessante que por vezes uma mesma narrativa pode nos apresentar duas ou mais categorias de análise, neste sentido a análise de conteúdo serve para filtrar aquilo que de fato servirá para o dado que se pretende obter. Na presente pesquisa a análise procedeu-se da seguinte forma:

1. Transcrição literal das falas dos militantes entrevistados pelo pesquisador. Foram transcritas não só as palavras, mas também as interjeições emitidas pelos entrevistados. Entretanto, optamos por não colocá-las na escrita do texto como forma de facilitar a leitura;
2. Leitura vertical atenta e ativa de cada entrevista, em busca de possíveis categorias, subcategorias e indicadores das falas;
3. Leitura horizontal de todas as entrevistas, diferenciando os entrevistados com uma cor (código), sendo que neste movimento algumas categorias foram reformuladas e outras confirmadas;
4. A partir de então, destacou-se os pontos das falas que se aproximam e se distanciam, utilizando como unidade de registro³⁴ a frase;
5. A partir de toda essa organização em uma matriz conceitual, passou-se a escrita dos capítulos que tratam das motivações e pensamentos dos militantes do Levante Popular da Juventude e outras categorias e o das práticas educativas do Movimento.

³⁴ Unidade de Registro pode ser definida como “o segmento de conteúdo mínimo que é tomado em atenção pela análise (frase por exemplo)” (GHIGLIONE; MATALON, 1992 *apud* AMADO, 2013, p. 315). Além do exemplo já citado, pode-se utilizar como unidade de registro “uma palavra, uma proposição (leitura literal), um tema (leitura interpretativa) ou um acontecimento crítico”. (p. 316)

CAPÍTULO 2: MOTIVAÇÕES E PENSAMENTOS DOS MILITANTES DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Como o próprio nome supõe, motivação indica toda energia interna que, determinando as ações, leva o sujeito a se orientar a partir daquilo que o motiva, que o fortalece, que o regula e define seus comportamentos diante de dada situação, condição, realidade. Contudo, partimos do princípio que a motivação acontece tanto por fatores externos quanto fatores internos ao sujeito. Os fatores internos se tratam exatamente desta força que citamos acima e os fatores externos são as razões ou causas que nos motivam a tomar dada decisão ou comportamento. Trata-se, portanto, de um processo mútuo que leva o indivíduo a conhecer cada vez mais aquilo com o que se identifica.

Toda atuação e/ou engajamento voluntário pressupõe motivações anteriores que vão se complementando, se agregando e gerando os interesses mais profundos e que impulsionam dado indivíduo a estar em dado lugar ou espaço. Tais motivações e interesses ajudam a se situar no mundo, se sentir parte dele e buscar formas de participar daquilo ao qual se identifica. A motivação é o elemento que impulsiona a ação, sejam elas positivas ou não.

Partindo desse pressuposto, para que cada indivíduo assuma determinado comportamento ou assumida determinada ação, é necessário que, antes disso, as motivações alterem ou reorganizem os pensamentos (o cognitivo, emoções, interesses) que servirão de elemento mediador das ações, isso porque se trata do conhecimento suscitado e provocado pelas motivações e a aprendizagem delas decorrentes. Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre as motivações que levaram a/o jovem a participar do Levante, compreendendo que identificamos aqui duas especificidades de motivações: o tornar-se militante, e o tornar-se militante do Levante Popular da Juventude e quais relações se estabelecem com o pensamento militante. Discorrer-se-á, também, sobre o pensamento dos militantes do Levante acerca das temáticas envolvendo movimentos sociais, feminismo, raça/cor e movimento LGBT, com o objetivo de compreender como os conceituam já que são responsável por setores que envolvem tais temáticas.

2.1 TORNAR-SE MILITANTE DO LEVANTE

Como sinalizamos, são as motivações e os processos decorrentes dela que induzem os sujeitos a se identificarem com dado processo. Em se tratando dos movimentos sociais, tal

identidade traduz-se em engajamento político e mudanças significativas de atitudes, comportamentos, pensamentos. Contudo, ao que identificamos, as motivações que levam a estágios mais avançados de conhecimento não se dão puramente por elementos internos, mas muito das motivações externas (família, escola, grupos identitários, religião, entre outros.) é o que geram novas motivações e propiciam maturação dos indivíduos em relação com o outro.

Para além disso, as ações humanas só se tornam compreensíveis se encontrarmos nelas as motivações. A pesquisa deve buscar responder quais foram os “motivos”, as “razões”, a “intencionalidade” que estiveram na base da ação de tal ou tal pessoa. Ora, segundo Schutz, os nossos atos são motivados pela ação do Outro, ou seja, quando faço algo é a razão do Outro que tenho em vista. Estamos perante “ações” que se constituem em “atos de trabalho”, intencionais, projetados; o ser “comunica com os Outros através de atos de trabalho; organiza as diferentes perspectivas espaciais do mundo da vida quotidiana através de atos de trabalho, (...) Só o ser que trabalha (...) está plenamente interessado na vida” (AMADO; CRUSOÉ; VAZ-RABELO, 2013, p. 82)

Portanto, o tornar-se militante pressupõe motivações anteriores ao estágio atual de determinado sujeito, que o direcionaram e impulsionaram ao engajamento político no movimento social e a forma de pensar atualmente.

Perguntada sobre como se deu a entrada no Levante ou na participação de movimento social, Margarida nos diz que veio “*de uma família de esquerda*” e que sempre teve “*um olhar mais crítico*”. Daí que essa inclinação política da família certamente influenciou na sua experiência com a militância. Essa motivação se manifestou, portanto, externamente e como mediação dos interesses da militante, o que poderia ter ajudado na sua identificação com grupos identitários reivindicatórios e maturando sua predisposição para as motivações futuras.

A perspectiva de mundo mais igualitário estimulada pela família e o fato de Margarida ter estudado em uma escola que possuía como método de ensino o construtivismo³⁵, na perspectiva da entrevistada, enraizou ainda mais seu comportamento e pensamento de participação nos espaços de decisão: “*minha escola me ajudou muito. [...] E pra além disso, desde nova, por conta do próprio colégio, eu sempre estudei muito assim coisas políticas*”. O método construtivista do colégio contribuiu para que Margarida fosse se identificando com a possibilidade de tornar-se militante. Exemplo disso foi a participação voluntária de Margarida

³⁵ “Ao construtivismo interessam as ações do sujeito que conhece. Estas, organizadas enquanto esquemas de assimilação, possibilitam classificar, estabelecer relações, etc, sem o que aquilo que, por exemplo, se fala ou se escreve para alguém não tem sentido para ele. Ou seja, o que importa é a ação de ler ou interpretar o texto e não apenas aquilo que, por ter-se tornado linguagem, pode por ele ser transmitido” (MACEDO, Lino de. **O Construtivismo e sua função educacional**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/piaget/o-construtivismo-e-sua-funcao-educacional/>. Acesso em 15 fev 2017).

no “*grêmio estudantil em 2009 na escola que estudava. Aí tinha um grêmio chamado Alvorço*” que a motivou e fez com que sua atuação fosse dedicada e motivadora de outros estudantes.

Vê-se daí que as mediações externas possuem bastante significado nos processos de formação e definição de comportamentos e pensamentos (consciência) que, ao irem se acumulando e maturando, levam o indivíduo a cada vez mais se sentir motivado e identificado com dado grupo ou lugar social, se colocando, inclusive, a assumir posturas de engajamento na defesa, manutenção e expansão daquilo que defende. Em outras palavras, o sujeito vai tornando-se militante, engajado e disposto, motivado a adequar comportamento, pensamento e vida para que os objetivos do movimento que participa sejam alcançados.

O mesmo ocorre com Carlos quando afirma que “*Antes de eu entrar no Levante, o movimento que eu fiz parte foi o Grêmio Estudantil, no colégio que eu estudava em Jequiê*”. Carlos também disse que teve “*experiência com partidos políticos, mas não cheguei a ser filiado e engajado totalmente*”. As experiências tanto no grêmio estudantil quanto com os partidos políticos podem ter o motivado a ir se integrando a movimentos sociais, participando de outros espaços, se engajando e se reconhecendo enquanto militante do Levante.

A relevância motivacional é conduzida pelos interesses da pessoa, as importâncias dominantes num dado período, numa dada situação. Essa relevância motivacional é conferida quando o indivíduo tem de atentar para certos elementos da ocasião de modo a compreendê-los, ou surgem espontaneamente da sua vida volitiva (da vontade, do dia a dia). O indivíduo se sente livre para decidir o fato conforme sua volição e intenção. A relevância motivacional tem como premissa elementos conhecidos, caso contrário há uma problematização para definir o cenário, conforme os interesses do indivíduo. O terceiro e último tipo de relevância é o interpretacional, acontece em decorrência do segundo, a relevância motivacional. Ou seja, interpreta a relevância anteriormente explicitada (ESPÍNDOLA, 2012, p. 162).

Isso fica visível nas motivações que levaram Olga a se tornar militante. Como a mesma afirma: “*lá na minha cidade, em Itabuna, eu não conhecia nenhum movimento [...] Levante foi o primeiro*”. Portanto, a relevância motivacional no que se refere à militância anterior ao Levante Popular da Juventude não se estabeleceu. Nesse sentido, para Olga, é o movimento que a motiva a maturar e modificar seus comportamentos, atitudes e pensamentos acerca do engajamento e militância em movimentos social. Já Dinaelza nos informou que nunca foi “*fixa em nenhum movimento não*” apesar de que “*participava das atividades dos coletivos que tinham por lá por Feira, principalmente coletivo LGBT*”. Isso pode nos indicar

um certo desinteresse em se colocar para estar organizada em um movimento, mantendo-se na posição de simpatizante da causa.

Identifica-se que a participação em grêmios estudantis, partidos políticos e no próprio Levante constituem elementos para o tornar-se militante dessas pessoas. Além destes fatores mais ligados à formação ideológica familiar e a participação em grêmios e partidos políticos, constata-se que nos três casos, são as práticas educativas coletivas que possibilitam despertar as motivações para tornarem-se militantes e ajuda-os a fazer um importante reconhecimento, conforme informou Margarida: *“lidar com a coletividade e sempre foi importante para ter vitórias”*. Portanto, as práticas coletivas contribuíram para a formação militante dos entrevistados.

Tornar-se militante de movimento social e, em específico, do Levante Popular da Juventude provoca adesão ou motivação apenas de pessoas que se identificam com movimentos sociais de caráter progressista ou por pessoas em condições de desvantagem na sociedade como um todo. Ressalta-se, também, que as motivações provocadas pelo Levante são de caráter reivindicatório e que abordam diversas pautas que toca a vida das juventudes, como: educação, gênero, raça, trabalho, cultura, etc. Daí o caráter popular³⁶ do movimento.

Exemplo disso é a fala de Margarida ao buscarmos saber sobre o tornar-se militante do Levante e ela nos informou que *“um dos meus amigos me incentivou a entrar no grêmio. Ele também é do Levante”*. Esse amigo *“passou várias leituras [...] Tanto feministas, quanto relacionadas à pedagogia do oprimido, de Paulo Freire [...] a gente conversa muito sobre Levante, sobre a Consulta Popular também”*. Já Carlos nos informou que o que o levou a

³⁶ Tema um tanto quanto espinhoso, e assim eu acredito por ser pouco retratado nas obras sobre os movimentos sociais, trata da distinção entre movimento social e movimento popular, ou em outras palavras, do caráter popular de um movimento social. Filio-me à concepção de que o “popular” é inversamente àquilo que na sociologia chamamos de “elite”. Nessa negativa ao que vem a ser “elite”, o “popular” reúne as manifestações culturais, as reivindicações históricas de direitos sociais e as formas de vivência daqueles que não detém os meios de produção – operariado, campesinato e as massas urbanas (trabalhadores informais, desempregados, lumpem-proletariado) em contraposição aos interesses da “elite”, a quem interessa a dominação ideológica, política e econômica da sociedade – a manutenção do *status quo*. O movimento social é, em sentido lato, a ação social de uma determinada coletividade com um objetivo específico. O movimento social popular é a ação social que visa aos interesses das camadas populares acima descritas. Desta forma, há movimento social popular, conforme caracterizamos o MST, o Movimento pelo Passe Livre, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o próprio Levante Popular da Juventude, por exemplo, e há os movimentos sociais de caráter anti-popular, portanto elitistas, como compreendo ser o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua e o “Escola sem partido”. Estes últimos, a despeito de serem compostos também por elementos que oriundos das camadas populares da sociedade brasileira, apresentam decididamente um caráter anti-popular, ao defender a intervenção militar contra o regimento da democracia constitucional, o liberalismo econômico contra a intervenção do Estado na economia e valores marcadamente racistas e patriarcais. Para mais concepções sobre o conceito de popular, recomendamos o artigo do professor da área da educação e extensão popular da UFPB José Francisco de Melo Neto intitulado “O que é popular?” (disponível em http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_2002_o_que_e_popular.pdf), o qual é o resultado de uma pesquisa feita entre integrantes de movimentos sociais populares, partidos e sindicatos acerca de seus conceitos sobre o “popular”.

entrar no Levante “foi a facilidade que a companheirada tinha de conversar com os estudantes”, sendo que ele conheceu “alguns estudantes que fizeram um acampamento no primeiro Festival da Juventude”. Edson colocou que conheceu dois militantes do Levante em um ato da ADUSB³⁷ em Salvador, o qual foi o seu primeiro ato. Na viagem de retorno, ele disse que o militante D. o convidou para uma reunião na Casa 2 de Julho e que “depois de dois dias cheguei aqui e conheci o Levante e o pessoal. Eles me falaram que iam fazer um ato em defesa das cotas quilombolas e eu fiquei curioso”. Dinaelza nos informou que quando passou a residir em Vitória da Conquista foi morar com uma militante do Levante, e “foi uma coisa que puxou a outra, a gente se conheceu num ato ‘Fora Temer’, então já rolou aquela identificação, a gente sempre conversou muito sobre isso dentro de casa, e aí ela fez toda a introdução do que era o movimento”

Das narrativas, percebe-se que as motivações para se tornar militante do Levante tiveram como mote as pautas que o movimento defende e a relação que isso traz com a vida das/dos jovens que dele se aproxima e se engaja. Essa característica leva a desenvolver motivações em cadeia, em que os jovens vão motivando outros jovens a participar do movimento através das relações afetivas de amizade, companheirismo e entendimento político da necessidade de melhorias da vida da juventude como um todo.

A militante Olga teve um processo peculiar de engajamento no Levante. Ela foi “entrando por uma necessidade que sentia naquela época assim de me envolver mais com militância, porque eu tava no começo da minha transição”. Ela conheceu o Levante em um espaço sobre transexualidade e identidade de gênero. Para ela, “entrar no Levante pra mim foi uma estratégia pessoal, porque eu sentia muito a necessidade de começar a militar enquanto uma mulher trans, tá (sic) no ativismo” Portanto, esse importante fator pessoal (a transexualidade) foi fundamental para o seu envolvimento com o Levante.

Honestino nos disse que o que o motivou a participar do Levante foi que “desde pequeno, eu sempre tive vontade de militar, de mostrar o que eu quero realmente, que é militar contra a homofobia e lutar pela acessibilidade e inclusão social”. O jovem Honestino apresenta uma deficiência motora desde os primeiros anos de vida, o que o levou a necessitar de cadeira de rodas. Essa deficiência física e a necessidade de se inserir numa sociedade que exclui os deficientes do mercado de trabalho e da própria convivência social foi uma das motivações para que ele viesse a participar do Levante Popular da Juventude.

³⁷ Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Percebe-se daí a importância dos debates, bandeiras, pautas abordadas pelo movimento dado que se tornam motivações para que todas as juventudes se sintam identificadas e representadas. Tal processo nos leva a acreditar que as práticas educativas do Levante Popular da Juventude conseguem cumprir seu papel ao reunir várias questões que tangem a vida da juventude e, ao mesmo tempo, conduz que estas mesmas juventudes sejam mediadoras de motivações e busquem, no engajamento político, envolver mais jovens nos movimentos e nas pautas que o mesmo defende. Podemos citar como exemplo o papel dos setores no movimento. Eles contribuem para que, ao abordar debates específicos, motivem e atraiam jovens que se identificam com a pauta ou que sofram algum tipo de exclusão social por fazerem parte de dado grupo ao qual o Levante direciona suas atividades, ações, etc.

A conformação dos contextos de experiência, por sua vez, constitui o que Schutz compreende como a base da ação social, ou seja, o espaço intersubjetivo propriamente dito, por meio do qual as condutas são reguladas. O problema efetivamente colocado pela obra diz respeito à possibilidade de se empreender uma análise sobre a conformação da experiência e da ação, compreendidas como um espaço intersubjetivo, no processo social [...] Por meio da elaboração comum, partilhada, das tipificações, certo, mas, sobretudo, por meio de uma ação social, noção pela qual Schutz compreende toda forma de interação: a intersubjetividade seria constituída pela própria ação social (CASTRO, 2012b, pp. 53-59).

Para Carlos, *“antes mesmo de entrar no grêmio eu já tinha preocupações sociais, por fazer parte e estar dentro dessa população que sofre no dia-a-dia esses preconceitos - racismo, por exemplo”*. Perguntado sobre se já sofreu racismo, Carlos responde que *“Sim. Qualquer negro ou negra no Brasil já sofreu racismo de uma forma ou de outra”*. Outro fator pessoal, qual seja, o sofrimento de racismo, também pode ser considerado como um componente importante para o processo de participação no Levante.

Mais uma vez identificamos aqui que as questões de caráter estruturais na conformação da identidade do povo brasileiro é que promovem motivação nos jovens que se inserem no Levante Popular da Juventude. Isso porque, ao que é perceptível nas falas, o movimento busca debater, planejar ações e atuar sobre as problemáticas de modo que cada militante se sinta construtor do processo, desenvolvendo sua autonomia e passando a identificar mais facilmente como superar as contradições que os impedem de viver com qualidade e liberdade.

Carlos ainda acrescenta que na sua experiência com partidos políticos aprendeu *“algumas coisas e também me decepcionei com outras coisas. Foi o que fez eu conhecer e me engajar realmente com o Levante”*. Estas coisas se referem justamente a limitação dos

partidos de abordarem as questões mais tocantes do cotidiano de cada militante que, por sua vez, não se sente representado no espaço de participação partidária. Daí o sentimento de decepção com uma forma de organização, de tipo partidária, de um lado e a motivação para se engajar no Levante popular da Juventude, do outro.

De todo modo, vale destacar que as motivações de Carlos antecedem a inserção em partidos e no Levante Popular da Juventude. De acordo suas colocações, dado sua origem social ser de classe baixa, tal realidade o levou a se sentir “preocupado com várias questões sociais, desde as questões agrárias - expulsão do pequeno agricultor do agronegócio - desde as questões do bairro, periferia, patriarcal/machista da sociedade”, sendo que estas preocupações sociais “*foram pontos fundamentais para interessar e ingressar no Levante*” muito mais do que nos partidos políticos.

O que fica compreendido destas falas é que o aspecto da motivação, das razões que levam o militante a se engajar no movimento, em razão de sua relação com as práticas educativas do Levante constitui-se questão bastante central e que leva o movimento a desenvolver ou se apropriar de métodos que contribuam não apenas para a inserção do militante, mas também sua permanência e ação para que novos jovens se motivem a participar também.

2.2 PENSAMENTO DOS MILITANTES

Ao abordarmos as motivações no tópico anterior, trouxemos o pensamento do militante como um processo desencadeado pelas motivações em ser militante do Levante Popular da Juventude. Contudo, ao tratarmos da categoria “Pensamento”, referimo-nos não a pensamento corriqueiro, inerente a toda mente pensante, mas ao pensamento mais elaborado, desencadeado pelo processo permanente de fazer o que se pensa e o pensar o que se faz. Em outras palavras, se trata do entendimento de cada militante a partir de seu setor ou frente de atuação, levando como centralidade a prática-teoria-prática e a influência que cada pensamento-consciência exerce sobre estes jovens.

Portanto, neste tópico abordaremos o pensamento dos militantes acerca de quatro temáticas: movimentos sociais, feminismo, negros e negras e movimento LGBT. Tais temáticas se colocam para o debate na atualidade como categorias que tem suscitado participação massiva de vários setores em disputa e que te implicado nos debates sobre lugar dos sujeitos na sociedade, papel do estado para garantia de direitos, repressões por parte de camadas conservadoras e um amplo campo de pesquisas e produções acerca destas questões.

No Levante Popular da Juventude, os debates e lutas acerca das temáticas de gênero, raça e diversidade sexual são necessárias para promover a autonomia, a participação e integração da juventude em todos os âmbitos sociais. Isso se justifica porque ao vivermos numa sociedade diversa, dividida em classes, tais diversidades (gênero, raça, sexual, territorial) têm sido transformadas em instrumentos de exclusão, segregação, violência gratuita e negação de direitos.

Em outras palavras, o Levante Popular da Juventude se assenta nos referenciais que abordam a formação e desenvolvimento tanto mundial, quanto da nação brasileira a partir da luta de classe, gênero e raça, intensificada pela universalização do sistema capitalista e que tem como base de seu domínio, a manutenção de todas as formas de exploração sobre os seres humanos de modo que os façam permanecer divididos e alienados³⁸ de suas condições subalternas de vida.

Para o Levante, vivemos em um modo de relação societária em que a exploração, opressão, violência, discriminação, apropriação privada dos bens produzidos coletivamente são a base de toda miséria humana e planetária que existe. Em última instância tal exploração se manifesta a partir da luta entre burguesia e classe trabalhadora, mas que no campo do imediato e cotidiano se manifestam nas expressões gratuitas de violência, opressão, exploração, discriminação sobre as Mulheres, Negros e Negras, população LGBT, discriminação regional/territorial, criminalização da periferia, intolerância religiosa, entre outros. Por isso este movimento de jovens reforça a importância do Movimento Social organizado e de caráter popular como um instrumento importante de luta e combate a essas formas de opressões.

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quanto há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas (GOHN, 1997, p. 171).

³⁸ Os conceitos de Alienação (*Entäusserrung*) e Estranhamento (*Entfremdung*) representam uma reflexão sobre o lugar do trabalho na sociedade dividida em classes que, por sua vez, envolve a vida humana em todo processo de sociabilidade básica inerente ao movimento da própria história. Sendo que “[...] somente a segunda [expressão] tem o sentido forte e negativo atribuído em geral ao termo *alienação*, ao passo que exteriorização significa atividade, objetivação, e é ineliminável do contexto histórico de fazer-se homem, o que Marx deixa claro ao indicar o estranhamento como forma específica de exteriorização humana, especialmente sob o domínio do trabalho assalariado sob o capitalismo” (ANTUNES 2004, p. 139) (grifo do autor).

Nesse sentido, o Levante Popular da Juventude tem se colocado para debater e promover práticas educativas que confrontam a condição de subordinação da juventude, busca através dos setores, motivar os/as militantes a desenvolver um pensamento/consciência ou visão de mundo mais crítico e que respaldem suas ações, sejam individuais ou coletivas. Para Margarida, *“movimento social é uma organização política, é um modo de organização política em que as pessoas se organizam para conquistar os seus objetivos, os seus direitos sociais”*. Carlos entende movimento social como engajamento da *“classe trabalhadora, tentando conhecer e resolver os problemas com a classe trabalhadora”*. Para Olga, movimento social *“é um grupo organizado de pessoas que, em sua maioria, partem de suas pautas individuais, seja elas claro, quais forem, pra construir um movimento, em grupo”*. Edson coloca que movimento social *“é o movimento do povo mesmo”*, são *“as organizações que trabalham com as massas populares”* e Dinaelza nos disse que tem *“aprendido o que é o movimento social já na vivência do movimento”*.

Essas falas indicam que os militantes do Levante compreendem como definidoras de um movimento social a mobilização coletiva, a reivindicação de alguma bandeira e propostas de mudanças, e a continuidade temporal do movimento, a partir da síntese que Nunes (2013, p. 257) aborda. A fala de Dinaelza em especial coloca que é na vivência do movimento que vai se aprendendo o que ele é em si, compreendendo a vivência como um elemento constitutivo das experiências intersubjetivas que se dão entre os integrantes do movimento.

Acerca do que é o feminismo, Olga nos informou que para ela *“é em primeiro lugar um estilo de vida, e depois ele um estilo de vida que leva à organização [...] o feminismo pra mim é justamente esse questionamento de uma sociedade opressora”*. Já Margarida nos informou que *“o movimento feminista é muito diverso. [são] Diversas correntes de pensamento”*, e nos disse que o Levante pauta o *“feminismo popular, que [...] está embasado na segunda onda do feminismo, com as contribuições das mulheres socialistas, principalmente da antiga União Soviética”*, sendo que o feminismo popular *“é uma construção tanto com influências do feminismo negro quanto influência de mulheres guerreiras [...] que não necessariamente precisaram se dizer feministas, mas que nas próprias atitudes, nas próprias lutas e resistências, elas eram feministas”*. Carlos traz a concepção de que *“feminismo não é oposição ao machismo, é um movimento para um projeto político, das mulheres e para as mulheres; para a desconstrução do sistema do patriarcado que a gente vive”*.

O contexto identitário sobre o pertencimento ao sexo feminino e/ou masculino se caracteriza por diferenças que, muito embora, possam ter, na sua gênese, um fundamento biológico, são disparidades de ordem social que, muitas vezes, se transforma em desigualdades e discriminação em função do gênero. O nervo exposto sobre essa polarização nos instiga a pensar criticamente acerca do conceito de gênero enquanto pressuposto central à reflexão. [...] Os condicionamentos culturais impostos por uma determinada forma de conceber a identidade de gênero, pode acarretar na discussão filosófica entre livre arbítrio e determinismo. A questão subjacente é expressada no problema em conciliar a consciência cotidiana de nós mesmos como agentes livres, com a ciência (DUARTE, GROSSI, COUTINHO, BONHEMBERGER & MACHADO, 2016. p. 3-4).

Sobre o pensamento da negritude e do movimento negro, Carlos informou que “*todas as conquistas e todas as políticas sociais que [...] a população negra teve e tem até agora, foi conquista de lutas de longos anos da população negra*”. Margarida nos informou que existem “*diversas correntes de pensamento do movimento negro*” e que “*a gente tenta discutir o racismo a partir das nossas bases teóricas [...] de estar pensando o racismo no Brasil e o que é esse preconceito velado. [...] Assim como o patriarcado, o racismo foi base estruturante dessa formação, a partir da exploração do povo negro, da escravidão*”. Dinaelza coloca que “*desde sempre na escola você estuda sobre o período da escravidão e se isso não desperta em você um sentimento de empatia e compaixão pelo outro...*”. Apesar de não completar o raciocínio, fica nítido que ela associa a criação de um sentimento de indignação com os horrores da escravidão.

Como esquecer que a República, logo após a abolição, cassou do ex-escravo seu direito de votar, inscrevendo na Constituição que só aos alfabetizados se concedia a prerrogativa desse direito cívico? Como esquecer que, após nosso banimento do trabalho livre e assalariado, o Código Penal de 1890 veio definir o delito de vadiagem para aqueles que não tinham trabalho, como mais uma forma de manter o negro à mercê do arbítrio e da própria violência policiais? Ainda mais, definiram como crime a capoeira, a própria expressão cultural africana. Reprimiram com toda violência do Estado policial as religiões afro-brasileiras, cujos terreiros se viram duramente invadidos, os fieis e os sacerdotes presos, pelo crime de praticar sua fé religiosa. Temos vivido num estado de terror: desde 1890, o negro vem sendo o preso político mais ignorado desse país (NASCIMENTO, 1988 *apud* SILVA; TIBLE, 2012, pp. 106-107).

Olga nos disse que acredita que “*tenha se avançado a compreensão de que o racismo é velado*”, e nos informou que “*os movimentos de pessoas negras, o movimento mulheres negras também, acabam às vezes sendo muito isolados deles mesmos*”. Identifica-se a partir

das falas que, mesmo havendo os setores específicos para aprofundamento das questões estruturantes da formação e desenvolvimento nacional, os/as militantes trafegam em maior ou menor grau nos debates diversos. Isso demonstra que o engajamento passa pela compreensão, pensamento de como eles veem e se veem no processo incorporação no movimento. Há uma transversalidade nos debates e pensamentos/consciência da militância, independentemente do setor em que cada um/a atua.

A respeito do movimento LGBT, Olga nos falou que “*movimento LGBT não existe. Por quê? O movimento LGBT parte de todo um histórico de luta muito importante, mas sempre teve uma pauta focal, que era orientação sexual, que era homem gay, e isso continua até hoje [...]isso que é chamado de movimento LGBT são pessoas pontuais fazendo sua militância*”. Carlos trouxe a análise de que “*apesar de o crime contra a homofobia não ser legalizada... a gente vê muito crime; o índice de criminalidade contra a população LGBT é constatado como agressão ou simples assassinato*”. Para Margarida, “*a gente não dissocia a pauta LGBT da discussão do patriarcado e do racismo. Quando a gente percebe que dentro dessas opressões, a mulher trans negra, ela é a que tem os maiores direitos violados, ela que sofre a maior opressão, é necessariamente com um recorte de raça, de classe e também de gênero*”.

Em torno das pautas e debates levantados nos setores, percebe-se que o debate acerca da diversidade sexual ainda é muito limitado dentro da organização. Mesmo havendo transversalidade nas falas e pensamentos, o que se nota é uma lacuna a ser respondida pelo Levante Popular da Juventude e que necessita de maior ações e práticas educativas que contribuam para avançar nas pautas e lutas não apenas pontuais, como destaca Olga, mas que ganhe o campo das centralidades assim como as demais pautas estruturais.

Isso nos leva a crer que existe uma grande necessidade de avançar no exercício das práticas educativas mais abrangentes, que contribuam para melhor estruturar o pensamento e a ação dos militantes. Isso se confirma noutra fala de Margarida quando ela aborda as contradições do movimento “*A gente vive numa sociedade capitalista e a organização, apesar de ter como base essa desconstrução e simultaneamente uma construção de homens e mulheres novos, mas elas possuem contradições*”. Para o Levante, tais contradições ou limites não se dissociam das contradições da sociedade como um todo e que afetam diretamente a vida das juventudes. Portanto se coloca como desafio a superação dessas limitações a partir da ação concreta, motivadoras que levem a mais jovens a se identificar e coletivamente encontrar respostas para superação de tais impasses.

Sobre os limites do Levante, Olga nos colocou que “*o limite pode tá (sic) nas nossas próprias pernas, até onde a gente consegue ir*”, pois, “*por mais que a gente tenha diversas coisas que são muito bacanas, não vai ser todo mundo que a gente vai conseguir atingir*”. Com a fala da militante, apontamos neste tópico que mesmo havendo toda motivação, método, desenvolvimento do pensamento militante, há ainda muito desafio a ser superado e práticas a serem consolidadas. Isso porque o Levante Popular da Juventude, assim como muitos movimentos que caráter popular, possui e se coloca na tarefa de agregar toda a juventude do campo popular, da periferia, da classe trabalhadora (como seus militantes se referem), ainda estão em seus processos iniciais de organização e necessitam ganhar corpo social, acumular forças e experiências de motivações para provocar mais camadas da sociedade.

CAPÍTULO 3: PRÁTICAS EDUCATIVAS NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Como foi sinalizado, o Movimento Levante Popular da Juventude possui concepções de educação que acabam por orientar as práticas educativas deste e, também, contribuir para mudanças de atitudes de seus militantes. De acordo com documentos elaborados pelo movimento, tais práticas se baseiam na concepção de Educação Popular preconizada por Paulo Freire e no Movimento de Educação Popular³⁹ surgido na década de 60, conforme sintetizado na cartilha “História do Levante” da I Escola Nacional de Formação “Emerson Pacheco”.

Para além dos documentos, restou constatado que as práticas educativas do movimento caracterizam-se por serem não-formais em sua maioria porquanto o processo educativo se dê a partir de atos e protestos de ruas, formações políticas internas, acampamentos, acompanhamento, divisão de tarefas e mesmo das carências formativas. Desta forma, este capítulo analisará as práticas educativas do Levante pelo viés da Educação Popular e suas implicações nos processos formativos e experiências de vida da militância.

3.1 EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA EDUCATIVA

A educação popular configura-se como uma concepção de educação formulada no bojo dos processos políticos e de enfrentamentos sociais na década de 1960. Considerando o contexto da Guerra Fria pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivia um período de acirramento das lutas de classes, em que de um lado estavam setores populares que defendiam

³⁹ “Os movimentos que surgiram na primeira metade da década de 1960, voltados para a promoção popular, prendiam-se as condições políticas e culturais, vividas pelo país naquele momento. Eles nasceram das preocupações dos intelectuais, políticos, e estudantes com a promoção da participação política das massas e do processo de tomada de consciência da problemática brasileira que caracterizou os últimos anos do governo Kubitscheck. Deles participaram os liberais, as esquerdas marxistas e os católicos influenciados pelos novos rumos abertos pela reflexão de filósofos cristãos europeus e pelas transformações que se anunciavam na doutrina social cristã. O número de católicos interessados em tais problemas multiplica-se, principalmente a partir do momento em que os membros da Juventude Universitária Católica (JUC) começam a buscar um 'ideal histórico' em função do qual pudessem orientar sua ação no mundo. Os diversos grupos lançam-se ao campo da atuação educativa com objetivos políticos claros e mesmo convergentes, embora cada um deles enfocasse o problema a sua maneira e mesmo lutas sem entre si. Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente; buscavam criar oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disto, fortemente influenciados pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura autenticamente nacional, a cultura do povo. Para tanto, a educação parecia um instrumento de fundamental importância” (PAIVA, 1973, p. 230 *apud* KREUTZ, 1979, p. 52).

as reformas de base⁴⁰ propostas pelo governo João Goulart e de outros setores ligados ao empresariado, à classe média alta e parte de setores populares que defendiam a caça às ideias comunistas e a implantação de um governo militar.

Se a política estava acirrada, outros campos sociais também se apresentavam assim. Na economia a disputa era travada entre aqueles que defendiam o nacional-desenvolvimentismo iniciado na década de 1930 com Vargas e os que defendiam a total abertura da economia para o capital estrangeiro; na questão agrária os movimentos do campo, em especial as Ligas Camponesas, erguiam a bandeira da reforma agrária, enquanto os representantes dos latifundiários defendiam a estrutura semi-feudal da terra; e na Educação a disputa se colocava entre os defensores da educação tradicional, da escola nova e dessa nova concepção de Educação, a popular – sendo certo que estava sendo gestado ao longo desse período a educação tecnicista, que foi o modelo implantado pela Ditadura e que vigora até os dias atuais (PALUDO, 2015).

Há que se destacar que a Educação Popular se forja num processo conhecido como o Movimento de Educação Popular, ou seja, a Educação Popular é uma concepção de educação fruto dos anseios, reivindicações e formulações dos movimentos populares em luta durante a década de 1960 contra o analfabetismo e a exclusão social resultante do déficit educacional do país e tem

Marcadamente, do ponto de vista das suas fontes teóricas, [...] a teoria marxista; os autores latino-americanos, dentre os quais ganham destaque Martí e Mariátegui e, acima de todos, Paulo Freire, com o método de alfabetização de jovens e adultos e a formulação da “Pedagogia do Oprimido”; as matrizes da Teologia da Libertação; do sindicalismo; a indigenista; dos movimentos urbanos, rurais e comunitários; do socialismo; da revolução; das artes, com o Teatro do Oprimido; e a da comunicação (PALUDO, 2015, p. 226).

A União Nacional dos Estudantes também contribuiu com este movimento a partir dos Centros Populares de Cultura (CPC), que eram ações de agitação e propaganda por meio do teatro e de intervenções artísticas nos subúrbios e em pontos de grande movimentação de pessoas, em que os estudantes denunciavam as mazelas sociais, a falta de ações governamentais para combater o analfabetismo e o atraso cultural da população causado pelas

⁴⁰ Trata-se de uma série de reformas no sistema bancário, fiscal, urbano, agrário, administrativo e educacional que visava a modernização do país sob uma perspectiva no nacional-desenvolvimentismo e da economia regulada pelo Estado brasileiro.

elites do país, desinteressadas no projeto de inclusão cultural e social da população (POENER, 2004).

Para Freire, se a alfabetização (processo linguístico/cognitivo) e a formação política eram usadas como forma de domesticação dos indivíduos, esta mesma educação poderia ser apresentada como instrumento de libertação. Partindo desse princípio a Educação Popular se estrutura e passa a influenciar mudanças no modo de se pensar educação no Brasil visto que inaugura o debate e as práticas educativas fora dos muros escolares, através do Movimento de Educação Popular que envolvia sujeitos de vários campos sociais (professores/as, freiras, padres, pastores, agentes de saúde, parlamentares, donas de casa, operários/as, estudantes, etc.).

Vale destacar que o método de alfabetização da Educação Popular, a princípio, acontecia fora dos muros escolares, não por negar a importância da educação escolar, mas por entender que no período o Brasil se apresentava num profundo antagonismo entre processo de escolarização pública brasileira e o sistema de inclusão oferecido neste mesmo espaço. O crescente índice de analfabetismo no país nas décadas de 60 e 70, principalmente no Norte e Nordeste, atingia a marca dos 40%, mostrando a grande deficiência do sistema escolar institucionalizado (FREIRE, 1980).

Em que pese a influência marxista na concepção da proposta da Educação Popular, é inegável que haja um diálogo com a fenomenologia, em especial a sociológica de Alfred Schutz, sobretudo a partir da contribuição de Paulo Freire. A começar pela compreensão de intersubjetividade em Freire, muito bem sintetizada pelo professor Ernani Maria Fiori no prefácio da *Pedagogia do Oprimido*:

Se o mundo é o mundo das consciências intersubjetivadas, sua elaboração forçosamente há de ser colaboração. O mundo comum mediatiza a originária intersubjetivação das consciências: o autoreconhecimento plenifica-se no reconhecimento do outro; no isolamento, a consciência modifica-se. A intersubjetividade, em que as consciências se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização (1987, p. 9).

Schutz também compreende o mundo como algo existente a partir das relações intersubjetivas construídas entre os seres humanos:

Sempre me encontro dentro de um mundo historicamente dado que, tanto como mundo da natureza quanto como mundo sócio-cultural, existiu antes do meu nascimento e vai continuar a existir depois da minha morte. Isso significa que esse mundo não é só meu, mas é também o ambiente dos meus

semelhantes; além disso, esses semelhantes são elementos da minha própria situação, como sou da deles. Agindo sobre os outros e sendo afetado por eles, conheço desse relacionamento mútuo, e esse relacionamento implica que eles, os outros, vivenciam o mundo comum, essencialmente de um modo semelhante ao meu (1979, pp. 159-160).

Acerca da relação entre os sujeitos e o mundo, Freire asseverou que “nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação” (FREIRE, 1983 *apud* MICHELS; VOLPATO, 2011, p. 126), sendo que para Schutz a ação dos sujeitos se faz no mundo da vida, que é o mundo vivenciado e experienciado a partir das relações com outros sujeitos, e por meio dela “o próprio objeto é cognitivamente constituído” (SCHUTZ, 2008 *apud* GARCEZ, 2014, p. 76).

Em síntese, Schutz e Freire apontam uma profunda ligação entre sujeito e mundo, onde as relações não são mediatizadas por objetos e sim intersubjetivamente a partir do encontro e da interação entre as consciências, que dotam as coisas de sentido, sendo que, para Freire, o sentido deve ser canalizado para a transformação radical das estruturas da sociedade – tendo a Educação Popular como uma das ferramentas para a leitura do mundo (sob uma perspectiva política-social) dos sujeitos oprimidos.

A Educação Popular é uma prática educativa se localiza na categoria de Educação não Formal trabalhada por Gohn, em “que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (2006, p 28). E é a partir dessa prática educativa que o Levante Popular da Juventude se propõe a atuar enquanto movimento social popular (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a). A Educação Popular tem como centralidade não necessariamente os processos de alfabetização, mas de formação política que contribui para capacitar os jovens a se perceberem enquanto “cidadãos do mundo, no mundo” (GOHN, 2006). Ainda nas palavras de Gohn, podemos definir que a finalidade das práticas educativas do Levante Popular da Juventude é:

[...] abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. [...] Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (2006, pp. 29-30).

Esta finalidade também se manifesta na centralidade da defesa da Educação a que o Movimento afirma atuar. Por entender que ainda nos dias atuais as camadas populares, especialmente a juventude, são restringidas de acessar uma educação e/ou escolarização de qualidade em todos os níveis de ensino (e que, ao mesmo tempo isto está relacionado à forma como os agentes sociais definem os processos educativos), o Levante Popular da Juventude busca desenvolver práticas educativas que ajudem a juventude a se ver como sujeitos históricos e portadores da ação que leva à transformação social.

Tais práticas são desenvolvidas em torno do tripé da formação preconizada por Freire: humana, técnica e política (FREIRE, 1980). Recontextualizada a partir da realidade da juventude hoje, estas práticas trazem a organização pedagógica ou o método a partir das práticas educativas de formação política, práticas educativas de organização política e práticas educativas de luta política e econômica. Para tanto, o presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre estas práticas educativas do Levante Popular da Juventude.

3.2 EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO LEVANTE

Entendendo as práticas educativas do Levante Popular da Juventude como uma ação que se enquadra na categoria de Educação não-formal, tais práticas são construídas de forma geral, abrangente e a partir de uma demanda coletiva. Todavia elas também assumem um caráter individual ao influenciar a maneira ou percepção como seus militantes se colocam para desenvolver mudanças significativas acerca de suas visões de mundo, com eles mesmos se inserindo no processo transformador.

Perguntado sobre se é possível identificar alguma prática educativa dentro do Levante, o militante Carlos nos informa que *“as formações políticas que são realizadas pelo Levante Popular da Juventude é uma (sic) forma também de prática educativa que muitas vezes não se vê dentro das escolas e universidades”*. Já a militante Olga, quando indagada sobre as relações do Levante com outros movimentos da cidade, nos diz que *“a grande maioria desses movimentos acaba se limitando muito ao espaço acadêmico, e às suas teorias. E eu acho que isso é algo que difere completamente da nossa proposta”*, e complementa dizendo que o que a mantém no movimento *“é a gente sair, mesmo a gente tando (sic) no espaço da universidade assim como em outro espaço, a gente sair da teoria pra poder ver a prática”*. Para Honestino, *“nós temos uma prática educativa que é levar o conhecimento popular pra periferia e levar debate, palestra para o meio escolar”*. Dinaelza, quando perguntada sobre as práticas

educativas, nos informou que gosta *“muito quando tem os espaços educativos, inclusive já participei mediando um sobre saúde mental, sobre [...] prevenção ao suicídio levando pro campo social, e a experiência foi muito boa, [...] porque no momento de preparar você adquire muito conhecimento e passar tudo isso é muito gratificante”*.

A narrativa dos militantes acaba por identificar a formação política como um tipo de prática educativa que contribui para compreender melhor o mundo que os cerca, possibilitando inclusive estabelecer relações que abrangem o círculo particular do movimento. Se analisarmos pelo viés da Educação Popular, os militantes passam por processo de formação política que os ajudam a desenvolver ações que reconfiguram relações coletivas dentro e fora do Movimento. Em outras palavras, a formação política é uma das práticas educativas mais importantes que lhes preparam para a participação ativa em sociedade (FREIRE, 1987).

Nas palavras de Gohn,

[...] a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de auto-ajuda denominam, simplificado, como a auto-estima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.); os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca (2006, pp. 30-31).

Podemos dizer que isto está relacionado com os tipos de práticas educativas que o movimento preconiza em seus espaços e o reflexo disso, por exemplo, é a inquietação da juventude do Movimento com relação aos espaços acadêmicos e o excesso de teorização da universidade que pouco constroem a *“...prática-teoria-prática...”* (FREIRE, 1987) perspectivada pela juventude.

[...] o Levante Popular da Juventude é um movimento social que se diferencia significativamente dos demais movimentos de juventude da atualidade, pois expressa uma síntese desse processo com experimentações significativas para o campo dos movimentos de base popular. Ainda que em sua perspectiva mantenha alguns dos pilares dos movimentos sociais populares, incorpora características dos denominados novos movimentos sociais e assim apresenta novidades no que se refere à forma como vai se instituindo e realizando o processo formativo dos jovens (PALUDO, SANTOS & TADDEI, 2016, p. 559).

A visão de mundo ou “vida prática” (SHULTZ, 1979) dos militantes passa a ser orientada por uma estrutura básica que vem sendo permanentemente pensada e proposta pelo coletivo nacional de formação em parceria com o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae⁴¹ (CEPIS). Trata-se de um processo intencionalizado, em que um método de Educação Popular é ressignificado, a partir das realidades da juventude no mundo contemporâneo.

Tais propostas perpassam por quatro eixos fundamentais: 1) Quem somos – resgata o histórico do Levante e os seus objetivos; 2) Em que mundo vivemos – aborda o debate sobre a constituição da sociedade capitalista e a formação do povo brasileiro; 3) Como nos organizamos – é o método de trabalho de base do Levante; e 4) Como lutamos – táticas de agitação e propaganda e instrumentos de luta. A formação política para o Levante pode ser expressa a partir da seguinte síntese, disponível na Cartilha I Escola de Formação Política do Levante Popular da Juventude “Emerson Pacheco” (2016):

A formação política no movimento popular não se reduz a um espaço formal, a um curso. Não concebemos a formação de um militante apenas pelo seu tempo de estudo. Ao contrário, a formação é um processo integral que envolve diferentes aspectos e experiências, como cursos, os processos de luta, as contradições de vida, a vivência dentro da organização, o estudo individual e muitas outras coisas. Aprendemos esse método com os movimentos do campo popular. Por isso a formação política é sempre um processo coletivo, pois como dizia o educador Paulo Freire: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os seres humanos se educam entre si, mediatizados pelo mundo” [...] (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, pg. 03)

Essa parceria entre o Levante e o CEPIS corresponde ao que Gohn diz sobre a construção das experiências formativas a partir da “aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento” (2005, p. 50). Constata-se, portanto, que o Levante parte de uma concepção ampla de formação política, a qual não se limita apenas a cursos ministrados ou a educação formal, mas que compreende também os espaços de vivência do movimento, as lutas e as ações de agitação e propaganda como fundamentais na construção da prática educativa e do processo de conscientização dos jovens.

⁴¹“Instituto Sedes Sapientiae é uma instituição que em seus mais de 30 anos de existência tem construído um trabalho sólido nas áreas da saúde mental, educação e filosofia caracterizando-se pelo compromisso em analisar e responder às exigências do contexto social para a construção de uma sociedade baseada nos princípios da solidariedade e da justiça social. Foi a partir da iniciativa de Madre Cristina Sodré Dória (1916-1997) de criar um espaço de encontro entre pensamento, atuação e trabalho junto à sociedade, comprometido com a defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão que, em 1975, nasceu o Sedes, adquirindo estatuto jurídico em 1977”. Disponível em <<http://sedes.org.br/site/instituto-sedes-sapientiae/>> Acesso em 27 jun 2016.

Fica bastante evidente no teor do texto a influência da Educação Popular no processo de aprendizagem a partir da prática política, bem como do materialismo histórico e dialético do marxismo na análise da realidade. Apesar do apego às práticas de educação não-formal e aos estudos coletivos, a proposta não nega a importância do saber científico apreendido na educação formal, assim como dos estudos individuais de cada militante. Por não se restringir à educação formal, os processos de formação política no movimento popular e, também no Movimento Levante Popular da Juventude, ganha um caráter de integralidade, conforme assevera Rosalvo Schutz:

A unidade entre a realidade e o possível, entre teoria e prática, é a organização e a vida concreta dos movimentos. É, pois, na construção dos instrumentos, das metodologias, formas de relação e ação que vai se constituindo, enquanto processo, o inédito. Pois é ali que se constitui o capital cultural/social, nossas estruturas de sentimentos e, portanto, de conduta em relação aos outros, aos meios e conosco mesmos. São dimensões não simplesmente ensináveis por teorias, mas que também não emergem espontaneamente a partir da realidade reificada. O envolvimento da integridade emotiva das pessoas e a reflexão crítica e criativa são ingredientes indispensáveis. As conquistas e mudanças, por poderem ser consideradas frutos da construção ou da conquista coletiva e consciente, adquirem, assim, um sentido emancipatório (SCHUTZ, 2004, p. 145).

Como mencionado, as práticas educativas do Levante Popular da Juventude, no que se refere ao elemento Formação Política, parte das experiências acumuladas pelos demais movimentos do campo popular (a exemplo do Movimento de Educação Popular). E sendo um processo coletivo, as práticas educativas possibilitam experiências coletivas que permitem ao militante entender o sentido do movimento, se engajar nas ações de caráter político, “ter capacidade de desenvolver o processo de organização, formação e acompanhamento com outras pessoas e também formular e levar adiante iniciativas de luta” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 3).

Com isso o grande desafio a que o movimento se propõe não é constatar que as diversas formas educativas contribuem para a formação dos sujeitos. Mas antes de tudo, o que o Levante Popular da Juventude se desafia é a contribuir para que os sujeitos (nesse caso a juventude) possam participar e construir de forma ativa, suas maneiras de se educar, de viver a “vida prática”. Portanto, são práticas educativas que buscam, a partir da interação e das experiências formativas, atingir o desenvolvimento qualitativo das dimensões implícitas nos processos de educação (seja formal, não-formal ou informal).

Toda ação pedagógica ou práticas formativas só podem ser entendidas como tal se estas tiverem respaldo na relação concreta junto ao cotidiano, à “vida prática”. São as experiências que contribuem para o desenvolvimento da consciência dos sujeitos e os ajudam a ter uma melhor percepção da realidade. Para o Levante Popular da Juventude, as experiências possuem um lugar de centralidade no que tange as práticas formativas, pois há “uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (GOHN, 2006, p. 29). A partir das experiências é que se pode identificar até que ponto tais práticas contribuem (ou não) para a efetiva formação de cada militante.

Para Margarida, por exemplo, *“nas lutas a gente sabe que existem processos socioeducativos, porque a gente aprende muito ao construir um ato, ao organizar um ato, ao agitar determinada pauta, ao dialogar com a população pra discutir determinado assunto”*. Para Carlos, *“o Levante também me ensinou como ir para a luta”*. As experiências formativas do movimento podem ser percebidas em uma série de narrativas. Compreendendo a “luta” como organização e diálogo com a sociedade, em que a organização se coloca para reivindicar alguma pauta ou protestar contra determinado fato que prejudique os interesses de uma dada coletividade, é possível perceber que nas lutas aprende-se a formar-se a auto formar-se.

A experiência se torna formativa porque, além de trazer o elemento da formação política, também conforma o campo da unidade entre teoria e prática e possibilita que os militantes compreendam o sentido de estar engajado no movimento social. A luta, enquanto um tipo de experiência formativa do Levante, possibilita o desenvolvimento da maturidade e da responsabilidade coletiva. Provoca, assim, o sentido de pertencimento que não se restringe apenas ao movimento, mas abrange-se identificando toda a classe trabalhadora⁴² como este grupo social amplo às quais as práticas educativas do Levante Popular da Juventude deve se respaldar.

Não só para os indivíduos, mas também para toda a sociedade, os movimentos sociais populares podem, no seu processo de gestação, constituição e intervenção, ter um caráter pedagógico, porquanto suas mobilizações e reivindicações tornam visíveis debilidades do sistema e forçam o poder a tomar posições e, neste sentido, são também uma forma de explicitação das estruturas de poder (SCHUTZ, 2004, p. 149).

⁴²Dado que o Levante Popular da Juventude se identifica como um movimento social assentado nos referenciais marxianos, o que em outras correntes teóricas seria chamado de grupos sociais amplos, para o movimento este grupo identitário é denominado Classe Trabalhadora. Por sua vez, a categoria é desenvolvida amplamente por Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX, para diferenciar os grupos antagônicos emergentes a partir da Revolução Industrial.

Reforçando o exposto Olga acredita que com a luta *“a gente consegue [...] se aproximar da sua própria realidade, se aproximar do cenário que você vive”*. Indagada sobre o que significa o Levante na sua vida, Margarida diz que *“significa uma luta maior, uma luta pela transformação social, pela revolução brasileira”*. Para Edson, trazendo a dimensão do coletivo e dos enfrentamentos com o Poder institucionalizado, *“diante de tantos ataques não dá para lutar sozinho”*. A experiência da luta ganha contorno que vai desde um processo a ser realizado num dado tempo e lugar específicos, como também ganha dimensão histórica que supõe algo ainda não existente, mas que, incorporado à prática educativa ganha caráter de alternativas possíveis e necessárias – como a Revolução.

Olga nos informa que *“quanto maior for a sua convivência com o movimento, acho que maior é a formação que você vai criando”*, e segue dizendo que o *“Levante me ajudou a conhecer muita gente”*, ou seja, formar-se politicamente e estabelecer contatos, aproximações, aprendizagens a partir da participação no Movimento. Para Honestino, participar de um movimento social o coloca em *“contato com a população, nós podemos conversar, nós podemos dialogar e colocar o nosso anseio em pauta e assim na coletividade, tentar chegar num resultado positivo”*. A vivência e participação nas atividades do Movimento e o contato com a população são fundamentais no processo de formação política. Esta maior convivência com o movimento dialoga com o que Schutz diz a respeito do ambiente de comunicação comum:

Estar relacionado a um ambiente comum e estar unido com o Outro numa comunidade de pessoas – são duas proposições inseparáveis. Não poderíamos ser pessoas para os outros e nem mesmo para nós próprios se não pudéssemos encontrar com os outros um ambiente comum como contrapartida da conexão intencional de nossas vidas conscientes. Esse ambiente comum é estabelecido pela compreensão que, por sua vez, se fundamenta no fato de que os sujeitos motivam-se reciprocamente em suas atividades espirituais (1979, pp. 160-161).

Na perspectiva da Educação Popular, na qual são baseadas as práticas educativas e as experiências formativas do Levante Popular da Juventude, tais assertivas partem do princípio de método que busca ajudar cada jovem a se ver como sujeito histórico e portador da ação que leva à transformação social. Isso implica que cada militante se comprometa com a realidade e com as mudanças que pode exercer sobre ela, individual e coletivamente. Já que para a Educação Popular a realidade se apresenta como momento histórico, no qual se dá todas as lutas sociais, através de seus agentes e sistemas; como momento presente em que o sujeito tem a possibilidade de construção e/ou transformação da realidade na qual está inserido; e

como compromisso assumido de participarem ativamente do processo histórico que se lhes apresenta. Experiências vivenciadas em um “ambiente comum” possibilitam o fortalecimento de laços de convivência e formação permanente motivando reciprocamente os militantes do movimento.

Carlos nos diz que as *“reuniões são fundamentais para a discussão da conjuntura; debatemos de acordo com a conjuntura municipal, estadual, nacional e sempre tentando trazer para a gente esses problemas e com isso ir para lutas”*. Olga nos informa que é preciso *“compreender todo o cenário atual e político [...] que faz com que você crie os argumentos pra que aquele ato exista”*. Percebe-se nas falas que o Levante projeta seu planejamento e pauta suas ações a partir da análise que faz da conjuntura, mas numa relação de interação ininterrupta entre os sujeitos e suas subjetividades. Esta é outra experiência formativa que leva cada militante a se sentir pertencente e construtor do movimento e, ao mesmo tempo se identificar como semelhantes em qualquer lugar do país. A partir da experiência de análise de conjuntura, os militantes desenvolvem a capacidade de pensar e intervir autonomamente na realidade em que vivem, mas sem perder de vista a coletividade.

Em praticamente todas as atividades do Levante, sejam a nível nacional, estadual ou municipal, inicia-se os debates a partir da “análise de conjuntura”, que é um processo de “dissecamento” da realidade política, econômica e social do mundo e do país. A partir da análise, traçam-se os desafios do Movimento (e também os desafios dos militantes) e as lutas a serem pautadas. Tal compreensão é emitida a partir das sínteses políticas que a Coordenação Nacional do Movimento transmite para as células. Identifica-se, portanto, que a prática da análise de conjuntura se apresenta como método ou prática educativa que busca corresponder às necessidades reais dos jovens militantes, mas também das demais juventudes as quais o Levante Popular da Juventude estabelece interações.

Nas palavras de Schutz (1979) estas interações partem da percepção de que,

O mundo da minha vida diária não é de forma alguma meu mundo privado, mas é desde o início, um mundo intersubjetivo compartilhado com meus semelhantes, vivenciado e interpretado por outros; em suma, é um mundo comum a todos nós. A situação biográfica única em que me encontro dentro do mundo em qualquer momento de minha existência é apenas, numa escala muito pequena, feita por mim próprio. Sempre me encontro dentro de um mundo historicamente dado que, tanto quanto mundo da natureza quanto como mundo sócio-cultural, existe antes do meu nascimento e vai continuar a existir depois da minha morte. Isso significa que esse mundo não é só meu, mas é também o ambiente de meus semelhantes [...] (pp. 159-160).

Tais interações desenvolveram em Olga, por exemplo, o sentimento de maturação e de clareza de objetivos para a vida. Ela afirma: “*eu me organizar faz com que pelo menos o pensamento, a transformação do pensamento da nação, da sociedade que a gente quer fazer, a gente consiga conquistar*”. Nesta narrativa, ela remete o fato de que a experiência de se organizar no movimento possibilita que ela organize, também, seu pensamento e sentido sobre que tipo de sociedade se deseja dentro do Movimento e qual tipo de sociedade deseja para si e para o mundo.

Por outro lado, ao identificar no Levante o estímulo a tais relações interativas, observa-se que o movimento preconiza a defesa de um Projeto Democrático Popular⁴³, baseado (como mencionado anteriormente) em relações de solidariedade e companheirismo “como estratégia para a construção da Revolução Socialista no Brasil” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 7). Tal projeto “se orienta por valores de justiça, igualdade, fraternidade, entre outros, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de variadas competências que possibilitem que as pessoas rompam e superem as condições de violência, de pobreza e de marginalidade que caracterizam sua exclusão social” (BISINOTO, OLIVA, ARRAES, GALLI, AMORIM & STEMLER, 2015, p. 582).

Nas três Cartas Compromisso lançadas nos acampamentos nacionais realizados pelo Movimento, por exemplo, se ressalta o caráter da sociedade em que vivemos: dividida em classes, sendo a burguesa a classe hegemônica, fundada no patriarcado, no racismo e nas várias formas de opressão sob a classe trabalhadora. O que reforça a importância da asserção anterior. Por isso, para o Levante, é preciso construir “força social⁴⁴ em torno das reformas estruturais que a burguesia não pode realizar”, reformas estas a que se dá o nome de Projeto Popular para o Brasil, com o objetivo de “alterar a correlação de forças” e abrir “espaço para a construção do Brasil que queremos” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016a, p. 8). E a juventude possui papel fundamental nesse processo.

Outro elemento que se desenvolve a partir das práticas formativas do movimento é a consciência individual e coletiva – que no Levante Popular da Juventude é denominado de Consciência de (Classe em si e para si). Olga nos diz que “*a ideia é que a gente sempre esteja garantindo aquele nivelamento das consciências dentro do movimento, e a construção de*

⁴³ “A emergência do novo sindicalismo, a partir da retomada das lutas operárias e populares, na passagem dos anos 70 aos 80, é o marco inicial de construção de uma nova perspectiva de *democracia* e de *política* na história do país, ao assentar-se sob uma referência de autonomia do projeto político dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 2017, p. 07).

⁴⁴ Na perspectiva teórica marxiana, na qual o movimento se assenta, Força Social refere-se à unidade da classe trabalhadora a partir de pautas comuns. Trata-se da “relação de forças entre as classes revolucionárias” em oposição às “classes contrarrevolucionárias [que] só pode ser medida e comprovada na luta” (LENIN, 1907 *in* HARNERCKER, 2012, p. 73).

uma consciência coletiva”. A abordagem sobre consciência (de classe)⁴⁵ a que Olga se refere constitui-se um dos objetivos centrais das práticas educativas do Levante. Por isso a importância das experiências formativas.

Sobre a consciência, Iasi nos diz que,

Falamos em processo de consciência e não apenas consciência porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de "não consciência" (1999, p. 14).

Freire também assevera que,

A educação autêntica, repitamos, não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos [...]. Um dos equívocos de uma concepção ingênua do humanismo, está em que, na ânsia de corporificar um modelo ideal de “bom homem”, se esquece da situação concreta, existencial, presente, dos homens mesmos. “O humanismo consiste, (diz Furter) em permitir a tomada de consciência de nossa plena humanidade, como condição e obrigação: como situação e projeto” (1987, p. 48).

Todavia atuar coletivamente no exercício da *consciência em movimento* (IASI, 2007) requer uma disposição mútua dos militantes, em que as motivações estejam pautadas num sentimento comum, intersubjetivo, de “construir” um mundo melhor não só para mim, mas também para e com meus semelhantes (SCHUTZ, 1979). Para o Levante esse processo se dá através da organização política em que coloca a formação e as experiências formativas numa perspectiva de contribuir para o permanente protagonismo da juventude, seja no movimento, seja na sociedade em geral.

Dessa forma, compreendendo o desenvolvimento da consciência como um processo dinâmico, temos por certo que as práticas educativas apreendidas no Movimento em muito contribuem para a percepção que estes militantes têm da realidade na qual estão inseridos, e

⁴⁵ A expressão “de classe” entre parêntese destaca que a Consciência humana existe independentemente de estar categorizada ou não. No entanto, para o movimento, a categoria Consciência, mesmo trazendo os aspectos intersubjetivos da individualidade e coletividade, parte da análise marxista de Consciência de Classe em si e para si. Mas vale destacar que, para esta corrente, a Consciência não é algo acabado, estanque, do contrário, é processo ininterrupto que acontece junto ao desenvolvimento humano (podendo desenvolver-se em consciência de classe ou não). De todo modo mais desenvolvida ou menos desenvolvida nela sempre se manifestará os níveis de uma dada consciência sobre a realidade, seus condicionantes e determinantes.

mais do que isso, da importância de que esta consciência seja coletiva, compartilhada com o outro.

Isso pode ser refletido, também, nas formas de construir as socializações tanto a nível local quanto a nível nacional entorno do movimento. Exemplo disso é o Acampamento do Levante Popular da Juventude (seja o Municipal, o Estadual ou o Nacional) que, sendo a instância máxima do Levante, “tem por objetivo reunir, na medida do possível, o conjunto dos militantes do Levante para definir as diretrizes da organização. [...] É também o momento de animação interna e de projeção para a sociedade” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012c, p. 5). Perguntada sobre a relação que existe entre as atividades do Movimento (como os acampamentos) e as práticas educativas do Levante, Olga nos diz que o Acampamento “*é um modo do movimento sempre tá se renovando, sempre tá garantindo sua coesão, sempre tá próximo da realidade*”.

Nos Acampamentos são definidas as novas coordenações do Movimento que atuarão por dois anos. O último Acampamento Nacional ocorreu em setembro de 2016 em Belo Horizonte e contou com a participação de 7000 jovens, entre militantes e não militantes da organização. Assim, o Movimento intenta se renovar e coesionar suas ações e práticas a partir destes encontros, como nos informa Olga, tendo nas Cartas Compromissos o instrumento de publicizar para dentro e para fora da militância os objetivos da organização (vide anexo III).

Ainda sobre os Acampamentos, Edson colocou que o “*Acampamento para mim foi um momento de conhecimento; porém, como eu fiquei na coordenação do ônibus [...], essa tarefa de organização foi muito forte. Porque você coordenar um ônibus, uma galera toda, chegar lá e acordar todo dia sete horas da manhã para todo dia ter uma reunião do que aconteceu e do que era para ser repassado, estar procurando e organizando a galera, tentar botar a galera numa organização massa para tentar juntar ‘o que a gente veio com a gente’ é muito forte, um conhecimento muito bom, não dá para esquecer*”. Assim, essa perspectiva da tarefa influencia fortemente no processo de conscientização do militante, uma vez que o faz sentir importante e parte da organização, além da compreensão de que o descumprimento da tarefa prejudicará o todo do coletivo, numa perspectiva de entender a organização como um verdadeiro organismo vivo.

As experiências formativas do Levante também trabalham o caráter pedagógico do cuidado com o outro. Para Carlos, “*os militantes mais velhos têm o maior respeito com quem chega para conhecer o movimento, o maior cuidado, têm aquela preocupação de passar uma boa formação*”. Honestino informou que “*o diálogo também é uma forma educativa, porque existe uma galera que tá a quatro anos de organização, [...] que tem um conhecimento muito*

bom e “chega” para você e passa todo conhecimento que tem; é uma troca!”. Dos relatos depreendemos que existe um processo de desenvolvimento pessoal, em relação com o outro, que dentro do Levante é chamado de “acompanhamento”, que consiste na prática de militantes mais experimentados acompanharem os que chegam no Movimento no desempenho das tarefas. Para o Levante,

O acompanhamento é a arte de dilapidar o ser-social para que dele aflore um ser político. Ou seja, o método continua sendo o mesmo, o cumprimento de tarefas, mas ele é insuficiente sem o acompanhamento, porque esse é o único mecanismo capaz de garantir que uma tarefa seja cumprida com eficiência e que se torne de fato uma ação pedagógica. Uma tarefa bem cumprida gera confiança, desenvolve a vontade, desperta a intencionalidade e ensina a disciplina. Gera confiança porque o militante começa a testar sua própria capacidade de resolver problemas e descobre que ele realmente é capaz de fazê-lo. Desenvolve a vontade porque nesse processo o militante descobre que a sua ação é a única coisa que está a seu alcance para alterar a situação dada. Desperta a intencionalidade porque a realização de uma tarefa é fruto de um ser consciente que não se perde nas idas e vindas do cotidiano. Ensina a disciplina porque para que o desejo se torne um fato é preciso domesticar a conduta pessoal (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012e, p. 1).

Já a ideia de cuidado colocada por Carlos está concatenada com o que diz Schutz:

Vamos chamar o relacionamento face a face, no qual os parceiros estão conscientes um do outro e participam simpaticamente das vidas um do outro, não importa quão curta seja a sua duração, de “relacionamento de Nós puro”. Mas o “relacionamento de Nós puro” é, da mesma forma, limitador. O relacionamento social diretamente vivenciado na vida real é o relacionamento do Nós puro concretizado e atualizado, em maior ou menor grau, e dotado de conteúdo (1979, p. 182).

Este acompanhamento se dá no campo da mediação das experiências formativas que é um dos elementos centrais de tais práticas e, por vezes, exige uma dedicação e esforço de quem acompanha, justamente por ter em vista o cuidado com quem chega e, até mesmo, com quem já está a um certo tempo no movimento, mas que ainda precisa de uma atenção mais detida.

Do mesmo modo, a experiência formativa do acompanhamento busca mediar os níveis de motivação da militância para que se mantenham sempre animados, assim como, continuem encontrando sentido em se identificar com o movimento. Porque, como afirma Margarida: *“a luta, o projeto de sociedade, ela exige sacrifícios”*. Olga acrescenta: *“é muito cansativo. Eu acho que toma muito das nossas vidas [...]Se você se coloca a esse desafio de transformar a*

sociedade, você tem que tá agindo o tempo todo". É perceptível nas narrativas o quanto o esforço pessoal está presente na participação no Movimento e isso mostra o quanto as e os militantes do Levante se sentem responsáveis por contribuir com a transformação da sociedade.

Edson afirmou que *"o Levante me ensinou a me reconhecer como pessoa! Imagine você negro, gay, pobre... Você chegar em uma organização e 'você não acreditar em você', e uma das principais pautas da organização é isso... Você acreditar em você mesmo!"*. Já Olga informa que para ela *"a relação militância e crescimento pessoal sempre teve muito interligada"*. Participar de um Movimento, para ela, *"desenvolveu até minha própria maneira de encarar a minha vida cotidiana"*. Pelos dados das narrativas, constata-se que o desenvolvimento pessoal foi uma das práticas educativas propiciadas pela participação no movimento, uma vez que na construção das ações e na superação de problemas coletivamente a militância do Levante incorpora em suas experiências formativas o sentido de responsabilidade, crescimento e reconhecimento de si mesmo.

Identificamos, portanto, que os processos formativos do Levante Popular da Juventude se dão numa prática em que o movimento identifica como de conscientização e libertação que implica em desenvolver com a juventude militante a superação da visão da realidade como algo natural e espontâneo, permitindo posteriormente a apreensão cognitiva/intelectual desta mesma realidade de forma que as/os militantes compreendam o processo histórico no qual se estruturou as condições dadas do "Eu", "Tu" e "Nós" neste contexto de interações sociais, culturais, etc. (SCHUTZ, 1979). Neste sentido, os jovens passam a perceber que a transformação da sociedade se apresenta de forma concreta e alcançável.

O método apropriado pelo Levante propõe uma mudança de comportamento dos militantes para que estes se sintam e possam ser vistos como sujeitos e não objetos, no processo de ensino/aprendizagem (práticas educativas) e interação, no qual estes jovens possam desenvolver atividades próprias do processo e construção do seu estar no mundo. A principal característica do método das práticas educativas e as experiências formativas é que estas se elaboram e se desenvolvem conjuntamente, onde as experiências individuais e coletivas são valorizadas, bem como as particularidades da linguagem de cada sujeito nas dimensões humana, técnica e política de cada um.

3.3 TRABALHO COLETIVO, DIVISÃO DE TAREFAS E CARÊNCIAS FORMATIVAS

O Levante Popular da Juventude defende a construção de uma sociedade baseada em formas de relações mais solidárias, em que o ser humano, mesmo se percebendo como indivíduo, atua orientado por decisões coletivas, centrado no companheirismo, combatendo toda forma de individualismo e egoísmo. Contudo, esta perspectiva de sociedade idealizada pelo movimento busca materializar através das práticas educativas aquilo que se coloca enquanto teoria da organização.

Para o movimento, todo trabalho desenvolvido no decorrer da história humana é de caráter coletivo, dado que é dividido socialmente e executado por diversos grupos de pessoas realizando as mais distintas funções que resulta na produção social da humanidade. Todavia este trabalho produzido coletivamente é apropriado individualmente por uma pequena parcela da população fazendo com que essa parcela fique imensamente rica, enquanto a grande maioria fique em condições de extrema pobreza e miséria. O que resulta daí a busca pela ressignificação da concepção de trabalho coletivo e divisão de tarefas, defendida pelo Levante Popular da Juventude, tomando como base exatamente a solidariedade e a acumulação coletiva do que é produzido coletivamente.

A perspectiva de trabalho coletivo no Levante implica a ruptura com a divisão de classe, gênero e raça no interior do movimento, ou seja, jovens homens e mulheres em suas diversidades, são envolvidos em todas tarefas a serem cumpridas buscando desconstruir a lógica da submissão e da obediência cega. Trabalha-se o desenvolvimento de valores como respeito, companheirismo, coerência militante, exemplo e disciplina, sempre atuando em prol da coletividade e combatendo toda forma de desigualdade.

Cada lutador do povo tem suas qualidades e defeitos pessoais. O trabalho coletivo não exclui, mas ao contrário, valoriza as contribuições pessoais, mas pressupõe a consciência que, como regra, o coletivo interpreta e age melhor que o indivíduo. O trabalho coletivo não pode ser um freio às iniciativas individuais, mas é a principal defesa contra o orgulho e as vaidades pessoais (CONSULTA POPULAR, 2005. p. 14).

A partir dessa prática educativa organiza-se o funcionamento do movimento através do método de divisão de tarefas no qual todas são valorosas e sem hierarquias de maior ou menor importância. Desde enxugar um talher a organizar a juventude para alguma luta, não há supervalorização de uma tarefa em detrimento de outra.

Isso é o que podemos perceber em falas dos jovens entrevistados. Perguntada sobre como vê a relação entre os militantes dos diferentes setores do Movimento, Margarida nos disse que *“nós temos como base o companheirismo”*. Para ela, *“sei que posso mudar*

individualmente, mas coletivamente a gente consegue muito mais coisa". Para Carlos, a *"união faz a força e essa preocupação com o companheiro e a companheira é fundamental"* sendo que o *"companheirismo e (o) cuidado que nós temos com cada companheiro e companheira é um ponto forte dentro do movimento"*. Para Olga, o Levante *"é um grupo de pessoas que realmente tem um companheirismo, que na sua proposta de transformação da sociedade faz parte a compreensão do outro e o cuidado do outro"*. Honestino afirma que *"o companheirismo ajuda, cria uma boa relação e acaba estimulando uma boa convivência"*. O que se percebe é a afetividade se colocando como propulsora e mantenedora dos vínculos de amizade e, também, de construções políticas que motivam a permanência do militante. *"Os militantes devem exercitar o cuidado, não apenas entre si, mas com as pessoas em geral. [...]. Para além de relações políticas, estabelecemos laços de amizade entre os militantes"* (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012e, p. 1).

As falas indicam que a convivência dentro da organização modifica comportamentos e hábitos anteriores, por vezes individualistas, e gera novas formas de convivência em que os interesses coletivos ganham força e contribui para que cada militante se sinta responsável pelo cuidado com o outro, com o movimento e com a juventude em geral. Identifica-se aqui a conformação de novos valores embasados na solidariedade que, por sua vez, geram motivações para além dos interesses de apenas estar fazendo parte de algum agrupamento identitário.

O objetivo é que os novos comportamentos orientem as práticas da militância a partir de então e seja multiplicada em todos os espaços onde a juventude do movimento possa vir a atuar. A partir dessas relações, vai-se conformando a direção coletiva do movimento, que gera as divisões de tarefas e instâncias de deliberação, bem como a construção das lutas realizadas pelo Levante Popular da Juventude.

Margarida explica que *"a gente tenta construir um método de direção coletiva"*, e *"a ideia é que a gente tente sempre forjar pessoas para assumir esses espaços de direção e não que uma pessoa se eternize dentro da direção, mas que constituam quadros políticos pra tá (sic) tocando o movimento"*. Margarida coloca duas questões cruciais para a organização: a direção coletiva e a formação de quadros⁴⁶. A direção coletiva está relacionada à ideia de que a tomada de decisões deve se dar coletivamente e a partir de um campo estabelecido de

⁴⁶ O conceito de quadro tem origem, assim como os termos tática e estratégia, na teoria militar. É bastante provável que este termo tenha surgido na França, ainda no século 18, baseado na hierarquia do oficialato das forças militares. O comando das tropas em movimento, que reunia as habilidades necessárias, era exercido pelos quatro primeiros oficiais da hierarquia militar; para chegar a este posto, o indivíduo tinha que ter capacidade de comando e, para tanto, deveria estar intelectual e tecnicamente preparado. Mais tarde, essa denominação passou a ser usada para qualificar os dirigentes políticos (BOGO, 2011, p. 128).

resoluções e linhas políticas da organização, ou seja, não deve partir da cabeça de alguém, mas sim do que historicamente e de concreto a organização já possui sobre determinada postura a ser alcançada.

Dentre outras caracterizações, esta direção coletiva, a que os militantes entrevistados se referem, se organiza da seguinte forma: Acampamento Nacional, Coordenação Nacional, Frentes (Estudantil, Camponesa e Territorial), Setores (Mulheres, Negros e Negras, Diversidade Sexual e Gênero), Coletivos (Comunicação, Internacionismo, Finanças, Formação e Agit Prop) e Células. De acordo com o movimento, em cada uma dessas instâncias devem ser indicadas pessoas, criteriosamente, a partir das definições da militância em geral. O processo se dá de modo a estimular o companheirismo e o combate às disputas entre a militância e que possa garantir a representatividade de toda a militância em sua diversidade no interior do movimento.

Toda essa estrutura de Direção Coletiva (já abordada no capítulo 1 desta pesquisa) busca garantir que o movimento não perca de vista o que foi definido nacionalmente através do Acampamento (lugar onde todo o corpo de militantes se faz presente). Para além disso, o objetivo do Levante Popular da Juventude é garantir que o ideário de uma nova sociedade, fincada nas bases da solidariedade entre as pessoas não se perca em ações imediatistas e sem resultados mais profundos. Por isso direção coletiva e divisão de tarefas são duas coisas que não se dissociam.

O principal desafio [...] consiste na capacidade de conciliar uma estrutura que promova a discussão coletiva e horizontal envolvendo todos seus militantes nas deliberações da organização, com a necessidade de uma estrutura de tomadas de decisão frente a demandas conjunturais. Ou seja, essa ampla participação não pode paralisar a organização, ao mesmo tempo, as principais decisões não podem ser tomadas a revelia da base da organização. Para resolver esta equação é fundamental que haja a compreensão das atribuições de cada instância, bem como entender o fluxo que há entre elas (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012c, p. 3).

Já o conceito de quadro, que está relacionado à formação de novas pessoas para assumir os espaços de direção, pode ser resumido da seguinte forma:

Um quadro existe em função dos objetivos da organização a que pertence. Para alcançar tais objetivos, é necessário que sejam definidas as tarefas que direcionem a ação, com métodos eficientes para efetivá-las. Logo, poderíamos dizer que um quadro é aquele que sabe definir tarefas, distribuí-las e formular métodos para a sua execução, com a consciência de que está realizando os objetivos da organização. (BOGO, 2011, p. 128).

Para atingir os objetivos da organização a que o autor se refere, o Levante Popular da Juventude realiza as escolas de formação política Emerson Pacheco (aqui entendida como uma das principais práticas educativas do movimento), que possuem como objetivo precípuo a formação de novos militantes e a renovação das direções do movimento. Evidentemente que este processo, como já discorrido, não se dá apenas com conteúdo teórico. A formação de um quadro demanda também experiências nas ações e desprendimento individual para isso. O que implica, conseqüentemente, que estes militantes tenham passado por um processo (não mecânico) de incorporação dos novos valores e princípios defendidos pelo movimento.

Nesse sentido Carlos nos diz que o movimento discute em suas reuniões, “*antes de qualquer luta ou qualquer prática, o que vamos fazer e como vamos fazer. Com isso, o movimento consegue na hora da prática não dispersar do que propomos em nossas reuniões*”. O centralismo democrático é uma das formas pelas quais o Levante se organiza e constrói suas instâncias de decisão e planejamento.

Em outras palavras, o centralismo democrático pode, também, ser entendido como uma prática educativa visto que se trata de um método que visa construir as decisões do movimento a partir da participação do maior número possível de militantes. Para além disso, a perspectiva é de que as decisões sejam tomadas a partir da liberdade de expressão de pensamentos e perspectivas de mundo da militância até esgotarem-se todas as possibilidades de debate através da prática da democracia. Mesmo que algum debate não se torne consenso no interior do movimento, estes são respeitados e as decisões tomadas se tornam definições da organização e não apenas ideias definidoras do pensamento da maioria ou definições impostas à minoria.

O centralismo democrático é o princípio que permite ir ao extremo no debate das diferenças e divergências, das ideias e propostas. O avanço político ideológico se dá na confrontação as diferenças. Elas possibilitam o exercício da democracia interna e da construção do vocabulário ideológico comum. O centralismo democrático, o exercício da democracia interna, não significa a anulação das diferenças ou a anulação das posições minoritárias (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 75)

Nesse caso, as definições terão como critério de avaliação a própria realidade e suas contradições. Se as decisões são acertadas, a realidade constatará através do desenrolar dos fatos conjunturais e históricos. Contudo, se a decisão tomada pela militância se mostrar equivocada, esta mesma realidade também mostrará e, no exercício da crítica e autocrítica,

será aberto novo debate de avaliação e retomada da luta a partir de novos encaminhamentos, tomando sempre como base o centralismo democrático.

Margarida nos explica que existe uma necessidade de planejamento no Levante, e fala como ele funciona: “*a Secretaria Operativa encaminha uma proposta de planejamento, divide a organização em comissões*”, como, por exemplo, comissão de alimentação, de estrutura, de metodologia, “*e aí os militantes se dividem para construção desse planejamento*”. Nítida está, pela interpretação da narrativa, que existe uma divisão de tarefas interna para o desempenho das atividades do Movimento. Apesar de demonstrar um certo “verticalismo”, em que um grupo menor acaba por “encaminhar” as propostas de planejamento (conforme abordado por VINGENTIM (2016) em sua dissertação sobre o Levante Popular da Juventude de Sorocaba-SP), o fato é que

Sempre será necessário ter uma estrutura interna que distribua as funções como coordenação, secretaria, animação etc. Muitas vezes, a tarefa de coordenar já está nas características de cada indivíduo. Pela experiência, a palavra de certas pessoas tem mais força e, por isso, se destaca mais que a de outras. Assim, além de sabedoria, a tarefa de coordenar é uma arte que nem todos dominam (PELOSO, 2012, p. 119)

Destaca-se que esta relação entre Secretaria Operativa, Coordenações e Células se dá, também, a partir do centralismo democrático, respeitando a autonomia dos jovens militantes. Neste caso a Secretaria Operativa orienta e estimula a juventude do movimento a cumprir as decisões e encaminhamentos definidos no Acampamento Nacional e a sua materialização nas ações desenvolvidas nas Células.

Carlos explica que “*O Levante tem suas células e cada célula dessas tem seus períodos de reuniões*”. Olga acredita que “*a própria estrutura do Levante, como ele se propõe a se organizar nessa estrutura nacional, permite uma comunicação boa o suficiente pra que o movimento funcione*”. O Levante organiza suas reuniões e sua estrutura (em células, coordenações, secretaria operativa, entre outros) propicia que a militância se organize e faça ações.

Como indicamos no capítulo 1, as Células são os espaços onde se abarca o que o movimento denomina de base do Levante Popular da Juventude, portanto a centralidade da organização. Cada célula se conforma em espaços específicos e pode ser organizado a partir das frentes. As células têm caráter municipal e seu principal objetivo é o de enraizar a linha política do Movimento a partir da organização da militância em determinado território, sem

perder de vista também o caráter de ser um grupo menor de vivência e fortalecimento de laços de amizade.

Daí todo planejamento e atividade desemboca na ação, nos atos, atividades, etc., que objetiva atingir as juventudes do meio popular. A forma pela qual os encaminhamentos para a realização de atos de rua e outras atividades são por meio das circulares emitidas pelas coordenações e também por meio de convocatórias de articulações que o Levante faz parte, conforme atesta Edson: *“a coordenação nacional se reúne, a coordenação municipal se reúne; fazem suas reuniões e passam toda aquela reunião para a base, por meio de relatorias, convocatórias, emails e orientações”*.

Acerca dos atos, Olga nos disse que é preciso *“pensar primeiro pra que que aquele ato tá sendo feito, qual o objetivo dele, o que que ele tá questionando, discutindo, o que que ele tá querendo levar pra sociedade”*. Além do mais, ela nos disse que é preciso que o Movimento crie os *“argumentos pra que a mensagem daquele ato seja passada”*. Já Margarida nos disse que o Movimento se reúne *“pra pensar nossa intencionalidade do ato”*. Honestino coloca que *“todo ato, todo debate, todo diálogo, antes disso temos uma reunião para, organizar, formar o militante e depois disso lutar, ir pra rua”*. Desses relatos depreende-se que existe uma intencionalidade nas práticas, que envolve a preocupação com diálogo e com a mensagem a ser transmitida para a sociedade.

Ao obrigar as estruturas com finalidades conservadoras a se reestruturarem, os movimentos sociais populares incidem de forma indireta sobre a sociedade, que não aquela que diz respeito às suas bandeiras. Instigada pelas ações dos movimentos, a sociedade é estimulada a se posicionar a respeito de temas conflituosos, gerando, assim, um aumento no nível de politização e criticidade na população, trazendo para a cena pública questões e enfoques antes ausentes. Instaura-se, desta forma, uma processualidade pedagógica que não se restringe às áreas de atuação direta dos movimentos sociais populares (SCHUTZ, 2004, p. 151).

O que se faz importante ressaltar é que todos estes processos se dão em caráter nacional e as mesmas definições que são seguidas na Bahia, também são seguidas no Pará ou no Rio de Janeiro ou em qualquer outro Estado brasileiro onde tenha o Levante Popular da Juventude, sendo diferenciadas apenas as formas como as definições são materializadas. Para Olga, pelo fato do Levante ser um movimento nacional, estando presente em cada região do país, *“as realidades são muito diferentes; [...] a realidade do local influencia muito em como essas relações acontecem”*. Daí, fica perceptível que, apesar da dinâmica e da estrutura orgânica que propõe coesão em suas práticas, o Levante possui diferenças nas práticas

relacionadas à cultura local onde estão inseridos os militantes, o que não significa desvios ou negação das decisões tomadas coletiva e nacionalmente.

Outro elemento característico do Levante Popular da Juventude é seu princípio da unidade política, em que busca identificar e construir relações mais profundas com outros movimentos, partidos, organizações que possuam o mesmo interesse de classe e que se coloquem na tarefa de construir lutas unitárias para a organização mais radical da classe trabalhadora. Para o movimento essa é a tarefa mais importante a ser cumprida pelos movimentos sociais populares.

Nesta luta por unidade o Movimento abraça alguns compromissos a partir de agendas comuns entre os movimentos de esquerda em torno do campo unitário chamado Frente Brasil Popular⁴⁷. Para o Levante, é preciso construir “[...] unidade das forças populares e o enraizamento da Frente Brasil Popular em todos os estados, como um importante espaço de reorganização da esquerda brasileira. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016e, p. 1)”. Esta frente encabeça pautas unitárias ainda que as representações que a compõem possuam alguma divergência e contradições, mas por não se tratarem de impasses que travam os processos de luta, a frente acaba por assumir um lugar fundamental para a atuação do Levante Popular da Juventude. E, de acordo com as definições gerais da Frente, todos os movimentos nele inseridos, incluindo o Levante, devem contribuir para que os objetivos da Frente Brasil Popular alcance amplamente seus objetivos.

A respeito da relação do Levante com outros movimentos sociais, Margarida informa que o Movimento “*tenta ter uma relação muito boa com os movimentos de juventude [...] por compreender que a unidade é necessária para o avanço das políticas*”. Para Carlos, há uma “*preocupação em unir forças, visto que o movimento sozinho não consegue obter lutas se ele não se unir com outros movimentos*”. Já Olga acha “*que o Levante se dispõe a se relacionar muito bem com os outros movimentos ou com as outras organizações de juventude*”. Existe uma preocupação constante no Movimento no sentido de promover a unidade entre as demais organizações políticas.

Carlos nos informa que o “*os partidos progressistas e o Levante Popular da Juventude têm dialogado muito bem*”. Não há uma resolução específica do Movimento que verse sobre a possibilidade de um militante do Levante ser integrante de algum partido político, mas por

⁴⁷ A Frente Brasil Popular é uma articulação de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e demais organizações sociais surgida no dia 05 de setembro de 2015, em Belo Horizonte, que tem por objetivo “defender os direitos e aspirações do povo brasileiro, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país”. (FRENTE BRASIL POPULAR, 2015).

integrar uma Frente (a Brasil Popular) da qual fazem parte diversos partidos políticos, é de se compreender que o Levante possui relações com tais organizações.

Apesar da proposta em prol da unidade, Margarida informa que “*o fato da gente ter divergências, às vezes essas divergências superam esse caráter unitário*”. Para Carlos, “*tem movimentos que não ‘é’ (sic) do campo do Levante, o campo popular, que vão contra as políticas progressistas*”. Olga nos disse que “*a dificuldade sempre parte muito de como as outras organizações de juventude encaram sua própria organização [...] outros movimentos, de acordo com suas linhas políticas, acabam se isolando muito*”.

É perceptível que existe uma dificuldade de concretizar plenamente esse ideal de unidade, seja porque as divergências entre as organizações superam a necessidade da unidade, seja porque alguns movimentos vão de encontro ao apoio do Levante às políticas progressistas, ou pelo fato desses movimentos possuírem linhas políticas que os isolam dos demais. Mas o que fica perceptível, também, é que isso não se coloca como impedimento para que o Levante Popular da Juventude continue cumprindo a tarefa de organizar a juventude tanto em torno do próprio movimento, quanto em torno da Frente Brasil Popular.

Alguns dos entrevistados demonstraram haver carências formativas no processo de construção das práticas educativas do movimento, sobretudo no que diz respeito aos debates trazidos pelos setores de mulheres, diversidade sexual e gênero e de negros e negras. Apesar de serem carências formativas, compreendemos que elas também fazem parte do processo educativo do movimento na medida em que os participantes conseguem detectar a raiz dos problemas e suas dificuldades de resolução, demonstrando uma aprendizagem a partir das contradições internas da organização e de sua própria militância.

Perguntada sobre como vê a relação entre os integrantes dos diversos setores da organização, Dinaelza nos respondeu que há *deficiências de manter os setores em funcionamento*. Honestino apontou que *os setores precisam mais um ao outro pra ter mais diálogo* e informou que *não compreendo muito sobre movimento feminista*. Ele apontou ainda que é preciso *colocar no debate diário a pauta de acessibilidade e inclusão*. Olga nos disse que *em Conquista, a gente não tem um setor de negros e negras completamente estabelecido ou que se reúna tanto assim* e, tal qual Honestino, informou acerca do debate sobre a questão racial que *é algo que ainda eu sinto muita carência*. Margarida nos colocou acerca do debate da diversidade sexual e de gênero que *pra mim, esse é um tema mais difícil. Porque eu não tenho um acúmulo da pauta mesmo, por eu não ser LGBT também, isso dificulta até a maneira de tá falando*.

Das narrativas compreendemos que a falta de organicidade das reuniões dos setores prejudica o acúmulo formativo em toda a organização, pois os debates, reflexões e ações não acontecem e com isso a militância não se sente responsável por internalizar no seu processo de consciência a importância do combate às opressões sociais dentro e fora do Levante. Ademais, ficou demarcado que os militantes de um setor não detêm acúmulo acerca da pauta de outro setor, como é o caso de Honestino que sendo do setor de diversidade sexual e gênero demonstrou não compreender sobre o movimento feminista; Olga, que sendo igualmente do setor de diversidade sexual e gênero diz ter carência sobre o debate racial; e Margarida, que sendo do setor de mulheres demonstrou não ter acúmulo sobre as pautas relacionadas à diversidade sexual.

A respeito das reuniões, formações políticas e outras atividades que implicam na formação de consciência acerca das pautas da organização, Olga colocou que *principalmente agora a gente acaba sendo tomado muito por uma necessidade de garantir as ações e acabam acontecendo poucas formações*. Dinaelza informou que *tem havido os problemas de organização mesmo, a falta de reuniões, de formação [...] e realmente a conjuntura política atual não permite que flua como deveria fluir*. Quando Olga se refere ao “agora”, trata-se do período de meados do mês de dezembro de 2016, quando o movimento estava bastante envolvido nas ocupações de universidades em Vitória da Conquista e veio de um ano inteiro engajado em mobilizações contrárias ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Chegamos à conclusão de que o movimento não consegue conciliar o calendário de ações com os círculos de formação política, o que gera um vício e uma quebra daquilo que FREIRE (1987) coloca da “Prática-Teoria-Prática”, ficando apenas no ativismo, muitas vezes de forma mecânica e sem intencionalidade. Esta problemática já foi detectada em outra pesquisa sobre o Levante Popular da Juventude no Rio Grande do Sul, conforme apontou o estudo de PALUDO, SANTOS e TADDEI (2016):

[...] se observou ao longo da análise dos documentos e das entrevistas, que as dificuldades que o Movimento encontra na organização de espaços de formação continuada dos jovens, não raras vezes, acaba limitando suas ações a pautas imediatas da juventude, sem recorrer a uma análise mais aprofundada sobre, por exemplo, qual o papel da educação dos jovens na construção de um novo projeto de sociedade, ou qual educação serve a este projeto de uma nova sociedade, bem como o que significa essa nova sociedade na perspectiva da Educação Popular (p. 566).

Esse praticismo pode ser uma das causas da dificuldade de se envolver a base nas atividades e o acompanhamento dos mais novos. A respeito da relação entre militantes da

direção e da base, Olga nos colocou que *“talvez a única coisa que possa dificultar uma relação dos dirigentes com a base é justamente quando a gente às vezes não consegue envolver completamente a base”*. Dinaelza disse que *percebia a falta da presença dessas pessoas mais velhas que deveriam estar nesse processo de guiar os novos*. Os militantes dirigentes estariam em outro patamar teórico e organizativo no movimento, lidando com tarefas que por vezes os afastam da relação com a base, de forma a não conseguir envolver o todo da militância nas ações, tampouco acompanhar os mais novos.

Analisando as falas dos militantes entrevistados, percebe-se que o Levante Popular da Juventude caracteriza-se por possuir um campo amplo de atuação e realização de suas práticas educativas. Tais caracterizações vão desde a organização interna e o trabalho para que as motivações e comportamentos da militância permaneçam sempre direcionadas pelo companheirismo e centralismo democrático, até ações externas, de solidariedade e unidade com demais movimentos nacionais e internacionais que possuem os mesmos objetivos ou identidade de luta.

Ainda, o repertório de ações e métodos de atuação do Movimento constitui a sua principal prática educativa, uma vez que as interações intersubjetivas de seus integrantes são guiadas pelo objetivo maior da organização, a revolução brasileira, fazendo com que as relações estabelecidas entre os participantes e o Movimento conformem o processo de formação política ambicionada pelo Levante.

4. CONCLUSÃO

Trazer para o campo acadêmico o estudo das ações de um movimento social requer um exercício de compreensão dos limites de ambos: da academia, que pelo rigor (necessário) do método de pesquisa, não consegue captar por completo os elementos constituintes do movimento social em si (constituição social, histórica, política, cultural, motivações de seus participantes, entre outros); e do movimento social, que possui muitas vezes seus objetivos bem delimitados, porém por impedimentos e contradições de diversas ordens não conseguem alcançá-los por completo, impondo-se a necessidade de se reinventar as práticas para continuar existindo, ou estagnar e desaparecer.

Para dar cabo a essas limitações também foi necessário compreender que são justamente as limitações que permitem construir um conhecimento de algo ainda não sistematizado ou estudado. O que quero dizer é que não é possível chegar ao conhecimento por completo de um determinado elemento da realidade por que ela não é estática. Assim, o conhecimento possível de algo que se estuda é a síntese das contradições do objeto e do método.

O que quero dizer com isto? Nem todas as práticas educativas do Levante Popular da Juventude foram descobertas nesta pesquisa. Como pesquisador e militante desde o início do movimento Levante Popular da Juventude, constatei que diversas caracterizações dele não foram abordadas por seus militantes nas narrativas, o que a princípio poderia empobrecer teoricamente esta pesquisa – é o que considero como limitação do movimento. Entretanto, o que se observou durante o curso destas investigações é que tivemos um olhar do Levante a partir dos seus integrantes (e não a partir do meu), olhar este conseguido a partir de uma metodologia empregada (fenomenologia social de Alfred Schutz). A metodologia não me permitia complementar as ausências de caracterização das práticas educativas do movimento a partir das narrativas dos militantes, porém permitiu a construção de um conhecimento sobre as práticas educativas do Levante que não seria possível somente com o meu olhar.

Feitas estas considerações, temos como um resultado que as práticas educativas do Levante Popular da Juventude se inserem no campo das práticas de educação não-formal existentes nos movimentos sociais, em que o processo educativo se dá nas relações intersubjetivas estabelecidas por seus integrantes e acontece nas reivindicações, reuniões, formações políticas, acompanhamento por parte de militantes mais velhos, vivências coletivas, métodos empregados na divisão de tarefas, como o centralismo democrático e

mesmo nas carências formativas de seus militantes (a partir da compreensão das raízes de suas carências e da necessidade de superá-las).

A par dessas constatações já terem sido observadas por outros estudos analisados neste trabalho, o fato é que há um ineditismo nesta pesquisa: apesar de haver sistematizações produzidas pelo Movimento – feitas com auxílio de assessorias de educação popular e a partir das contribuições de militantes do Brasil, as práticas educativas do Levante Popular da Juventude nunca foram estudadas sob o viés do Interacionismo Simbólico de Herbert Blummer nem sob a Fenomenologia Social de Alfred Schutz. As contribuições destes autores reunidas nesta pesquisa poderão ajudar a militância do Levante a pensar propostas que levem em consideração as motivações da juventude para estar em Movimento social, em especial em tempos de crise de representatividade política de partidos, movimentos, sindicatos e organizações de estrutura sedimentada demais.

Do Interacionismo Simbólico temos uma compreensão de movimento social que pode complementar as análises que o Levante tem feito a partir do materialismo histórico e dialético. Esta teoria permite identificar na conformação do Levante Popular da Juventude os cinco mecanismos necessários ao crescimento e consolidação de um movimento social: a) a agitação, identificada no Levante na existência de um coletivo específico para isso, bem como no desenvolvimento de ações de denúncias, “escrachos”, pichações, entre outros; b) o desenvolvimento de um espírito de corps, percebida em reuniões, manifestações, na “mística”, acampamentos, entre outros; c) de uma moral, apreendida a partir do culto a símbolos e lideranças revolucionárias e a textos “sagrados”, como as formulações de Marx, Engels e Lênin; d) a formação de uma ideologia, existente em textos de militantes, na escola de formação do movimento, no repertório cultural da juventude; e e) o desenvolvimento de operações táticas, que envolve a participação de militantes e o construção de objetivos, no caso, a consecução da revolução brasileira.

Da Fenomenologia Social foi possível entender as motivações que levam os jovens a ingressar no Levante Popular da Juventude e de que forma as relações intersubjetivas e o repertório de práticas educativas do Movimento permitem com que essas pessoas pensem sobre a realidade política e social brasileira, o movimento de mulheres, diversidade sexual e gênero, questão racial, entre outros, e internalizem no seu processo de consciência. Essas motivações foram obtidas a partir das suas narrativas, em que o modo de ver a realidade – a partir do sujeito – tem clara relação com os laços intersubjetivos criados no âmbito da Organização. O sujeito não é um ser isolado no mundo, ele é, antes de tudo, imerso num mundo já pré-existente. O Levante já existia antes dessas pessoas participarem, e para que o

Movimento continue a existir é preciso criar mecanismos que sempre levem em conta as motivações para que os jovens façam parte dele.

Em se tratando das práticas educativas não-formais do Levante, um dos métodos empregados na metodologia, qual seja, o de se entrevistar militantes dentre os mais antigos e os mais novos de cada setor do Movimento, permitiu inferir que práticas como o “acompanhamento”, que envolve, como o próprio nome já diz, o acompanhamento de militantes mais novos pelos mais velhos surgiu nas narrativas de Honestino (diversidade sexual e gênero) e Dinaelza (mulheres), enquanto as aprendizagens a partir das lutas, reuniões, centralismo democrático, entre outros, surgiu nas falas de militantes mais experientes, como Margarida (mulheres), Carlos (negros e negras) e Olga (diversidade sexual e gênero). Dessa forma, conclui-se que apesar de todos os integrantes estarem inseridos no repertório de ações do Movimento, como reivindicações, reuniões e acampamentos, os mais novos possuem mais dificuldades de elencá-las, apesar de por elas serem influenciadas no seu processo formativo – o que denota o caráter informal das práticas não-formais do Levante.

Assim, a pesquisa demonstrou que o Levante Popular da Juventude possui uma prática educativa que tem sido importante no processo de formação política, de desenvolvimento pessoal e de conformação de uma identidade militante, o que ajuda a manter a estrutura orgânica do movimento e o processo de formação de novos “quadros” militantes, processo este que não foge das contradições próprias do movimento e de seu processo formativo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. In: Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

ÁLVARES, Débora. **Manifestante anti-Cunha joga cédulas para o alto e é detido pela segurança**. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1702300-manifestante-anti-cunha-joga-credulas-para-o-alto-e-e-detido-pela-seguranca.shtml>. Acesso em 22 fev 2017.

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

AMADO, João; COSTA; CRUSOÉ, Nilma; VAZ-RABELO, Piedade. Quadros analíticos da investigação qualitativa em educação. p. 73-115. In: **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. AMADO, João (org.) 1ª Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

_____; FERREIRA, Sónia. **A entrevista na investigação educacional**. p. 205-298. In: Manual de investigação qualitativa em educação. AMADO, João (org.). 1ª ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

_____; COSTA, Antonio Pedro; CRUSOÉ, Nilma. A técnica da análise de conteúdo. p. 301-349. In: **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. AMADO, João da Silva 1ª Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. v. I. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAUJO, Alexandre Garcia. **Luz, câmera, escracho! O protagonismo e a ousadia da juventude na luta pelo direito à memória, verdade e justiça**. 2013. Monografia de conclusão de curso (Direito) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

ARAÚJO, Joane dos Santos. **Juventude, participação e projeto popular: a experiência político-organizativa do Movimento "Levante Popular da Juventude"**. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BETTO, Frei. **Papa muda interlocutores da Igreja**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/29944/>. Acesso em 22 fev 2017.

BISINOTO, Cynthia; OLIVA, Olga Brigitte; GALLI, Carolina Yoshii; ARRAES, Juliana; AMORIM, Gustavo Galli de; STEMLER, Luana Alves de Souza. **Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo**. In: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015.

BLUMER, Herbert. **A natureza do interacionismo simbólico**. In: MORTENSEN, Charles (Org.). Teoria da Comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 119-138.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. p. 693-731). In: **A miséria do mundo**. Petropolis: Vozes, 1997.

BOGO, Ademar. **Organização Política e Política de Quadros**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRASIL. **Prêmio Direitos Humanos foi criado para reverenciar bravas e bravos brasileiros, diz Dilma**. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/importacao/2012/12/10-dez-12-premio-direitos-humanos-foi-criado-para-reverenciar-bravos-brasileiros-diz-dilma>>. Acesso em 27 jun 2016. (2012)

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (1996)

BRENNER, Ana Karina. **Repercussões da experiência militante em outras esferas da vida: jovens engajados em partidos políticos**. 35ª ANPED

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Virginia Teles. **De estudante de psicologia a psicólogo: da cultura estudantil à cultura profissional na perspectiva do interacionismo simbólico**. 15 abr 2013. 190f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CASSAB, Clarice. **Contribuições à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução**. Revista da História, Juiz de Fora, v. 17, n. 02, p. 145-159, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do Campo. In.: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (2012a).

CASTRO, Fábio Fonseca de. **A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 48, N. 1, p. 52-60, jan/abr 2012. (2012b)

COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). 2010. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-fabiano-coelho>> Acesso em 27 jun 2016.

CONSULTA POPULAR. **Teses para a V Assembleia Nacional da Consulta Popular “Zilda Xavier”**. (2017).

_____. **Cartilha 21**. Resoluções Políticas da IV Assembleia Nacional. 2011. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/biblioteca/cartilha-21-resolu%C3%A7%C3%B5es-pol%C3%ADticas-da-vi-assembleia-nacional>. Acesso em 05 jun 2016.

_____. **Cartilha 17**. Os núcleos. 2005. Disponível em: http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/cartilha%2017-nucleos_0.pdf. Acesso em 11 dez 2017.

_____. **Cartilha 19.** Resoluções da 3ª Assembleia Nacional. 2007. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/Cartilha%2019%20-%20Resolu%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em 11 dez 2017.

CRUSOÉ, N. M. C.; MOREIRA, N. R.; PINA, M. C. D. **Linguagens, Educação e Sociedade:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI/Universidade Federal do Piauí/Centro de Ciências da Educação, ano 19, n. 31 (2014) – Teresina: EDUFPI, 2014 – 364p.

DATAFOLHA. **Largo da Batata reuniu 65 mil, a maioria novatos na onda de protestos.** Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml>. Acesso em 07 dez. 2017.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** In: Revista Brasileira de Educação. n.24, p. 40-52, set/out/nov/dez, 2003.

DUARTE, J. F. ; GROSSI, P. K. ; COUTINHO, A. R. C. ; BONHEMBERGER, M. ; MACHADO, L. A. . **Juventudes, gênero e consumo na sociedade de classes.** In: XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2016. Anais do XV ENPESS Formação e Trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da abepss, 2016. v. 1. p. 1-12. Disponível em: <http://conteudo.pucrs.br/wpcontent/uploads/sites/102/2017/01/JUVENTUDES-G%C3%8ANERO-E-CONSUMO-NA-SOCIEDADE-DE-CLASSES.pdf>. Acesso em 10 dez. 2017.

ESPÍNDOLA, Poliane Merie. **A fenomenologia de Alfred Schutz: uma contribuição histórica.** Trama Transdisciplinar. 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/viewFile/5013/3825>.

FERNANDES, Sarah. **Contra impeachment, 7 mil jovens realizam escracho à Rede Globo em Minas Gerais.** Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/09/escracho-globo-levante-popular-da-juventude-5604.html>. Acesso em 22 fev 2017.

FOLHA. **Em protesto de SP, maioria não tem partido, diz Datafolha.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 07 dez. 2017.

FORIGO, Marlus Vinicius. **A tese de Francis Fukuyama acerca do fim da história e a ditadura militar brasileira.** In: Revista UniCuritiba, v. 2, n. 14 (2011).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou comunicação.** Traduzido por Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3º ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FRENTE BRASIL POPULAR. **Compromissos da Militância**. Disponível em: <http://www.frentebrasilpopular.org.br/conteudo/compromissos-da-militancia/>. Acesso em 16 fev. 2017. (2015)

GALVÃO, Felipe dos Santos. "**Ousar lutar, organizando a juventude Pro Projeto Popular**": **resistência, luta e organização da juventude proletária, o Levante Popular da Juventude em foco**. 2015. 216f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

GARCEZ, Eliane Fioravante. **Weber, Schutz e a busca de “sentido” na ação social: uma análise comparativa**. In: Em Tese, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun., 2014. ISSN: 1806-5023. Pg. 63-90.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5ª Ed. São Paulo: edições Loyola, 2014.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 189 pg.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Educação não-formal e cultura política**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

GROPPO, Luís Antonio. **A gênese do campo das práticas socioeducativas no Brasil: educação popular, educação não formal e pedagogia social**. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. (2013)

_____. **Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes**. In: Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo. Janice Tirelli Ponte de Sousa e Luís Antonio Groppo (organizadores). Florianópolis: UFSC, 2011.

_____. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas**. Revista de Educação do Cogeime. Ano 13, nº 25, dezembro 2004.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

JORGE, J. Simões. **A ideologia de Paulo Freire**. São Paulo: edições Loyola, 1979. 87p.

KREUTZ, Lúcio. **Os movimentos de educação popular no Brasil, de 1961-64**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, FGV, 1979. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9234/000024326.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Um histórico do MST**. <http://levantepopulardajuventude.blogspot.com.br/2009/01/um-historico-do-mst.html>. Acesso em 22 fev 2017. (2009)

_____. **Quem somos**. Disponível em: <<http://sp.levante.org.br/p/opa.html>>. Acesso em: 27 jun 2016. (2012a)

_____. **Zine Caráter e Organicidade**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/85900099/Zine>> Acesso em: 27 jun 2016. (2012b)

_____. **Desafios da formulação estratégica do Levante Popular da Juventude**. (2012c)

_____. **Cartilha Projeto Popular para Educação**. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/levantedajuventude/cartilha-14923825>. Acesso em 22 fev 2017. (2012d)

_____. **Política de acompanhamento de militantes**. (2012e)

_____. **A mística que alimenta nossa luta**. <https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/posts/577978612267697>. Acesso em 22 fev 2017. (2013)

_____. **Tese do Levante Popular da Juventude para o 54º Congresso da UNE**. Disponível em: https://issuu.com/levantajuventude/docs/tese_conune. Acesso em 22 fev. 2017. (2015a)

_____. **Entre montanhas e favelas, da Nicarágua ao Brasil: A juventude é fogo no pavio!** - III Acampamento Municipal Salvador. Disponível em: <http://levantebahia.blogspot.com.br/2015/12/III-Acampamento-Municipal-Levante-Salvador.html>. Acesso em 22 fev 2017. (2015b)

_____. **Levante realiza Semana Nacional de Solidariedade “Nós por Nós”**. Disponível em: <<http://levante.org.br/blog/?p=584>>. Acesso em: 27 jun 2016. (2015c)

_____. **Síntese política: Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude**. (2015d).

_____. **Cartilha I Escola Nacional de Formação Política do Levante Popular da Juventude “Emerson Pacheco”**. 2016. Disponível em: https://issuu.com/levantajuventude/docs/escola_nacional_de_forma___o_web_. Acesso em 15 fev 2017. (2016a)

_____. **A ação faz a organização!** Disponível em: levante.org.br/blog/?p=1115. Acesso em 22 fev 2017. (2016b)

_____. **Por que jogamos purpurina em Bolsonaro?** Disponível em: <https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/posts/1078870555511831:0>. Acesso em 22 fev. 2017. (2016c)

_____. **Lançamento do 3º Acampamento Nacional do Levante.** Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=851>. Acesso em 16 fev 2017. (2016d)

_____. **Carta compromisso do 3º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude.** Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1249>. Acesso em 16 fev 2017. (2016e)

_____. **Cartilha preparatória para o 3º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude.** Disponível em: https://issuu.com/levantajuventude/docs/png2pdf__2_. Acesso em 07 dez. 2017. (2016f).

MACHADO, Marcela Rosa de Lima; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha. **Juventude conectada: movimentos sociais e participação política no século XXI.** (2014) Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT09/GT_09_x11x.PDF. Acesso em 02 ago 2017.

MICHELS, Lucas Boeira; VOLPATO, Gildo. **Marxismo e fenomenologia nos pensamentos de Paulo Freire.** In: Filosofia e Educação (Online), ISSN 1984-9605 – Revista Digital do Paideia Volume 3, Número 1, Abril de 2011 – Setembro de 2011. Pg. 122-134.

MOURAO, Alexandre de Albuquerque. **Resistência à biopolítica na educação: arte ativista na exceção brasileira.** 03/09/2013 92 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Humanidades/UFC

NUNES, João Horta. **Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção.** Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 2 Maio/Agosto 2013.

_____. **Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 143-172.

O GLOBO. **Doria apaga grafites em avenida e cria polêmica em SP.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/doria-apaga-grafites-em-avenida-cria-polemica-em-sp-20815081>. Acesso em 11 dez. 2017.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Desafios atuais do campo democrático e popular: uma segunda chance.** Acessado em 13/08/2017 in.: <http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto11.pdf>

PALUDO, Conceição. **Educação popular como resistência e emancipação humana.** Cadernos CEDES, v. 35, p. 219-238, 2015.

PALUDO, Conceição; SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; TADDEI, Paulo Eduardo Dias. **A educação popular no Levante Popular da Juventude do Rio Grande do Sul: renovações e**

permanências. In: Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 545 – 571 abr./jun.2016. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP

PASSOS, Katia. **Doria e Alckmin na Cracolândia: violência.** Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/2017/05/doria-e-alckmin-na-cracolandia-violencia/>. Acesso em 11 dez. 2017.

PELOSO, Ranulfo (org.). **Trabalho de base:** seleção de roteiros organizados pelo Cepis. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PERONDI, Maurício. **Experiências de participação social de jovens e sentidos atribuídos às suas vidas.** 37º anped.

RFI. **Primavera Árabe: cinco anos depois, resultado é o caos.** Disponível em: <http://br.rfi.fr/mundo/20160114-primavera-arabe-cinco-anos-depois-resultado-e-o-caos>. Acesso em 07 dez. 2017.

RODRIGUES, Cibele Mª Lima. **Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas.** In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.144-166.

RUSKOWISKI, Bianca de Oliveira. **Levante Juventude, Juventude é prá lutar: a relação entre esferas da vida e identidade na constituição do engajamento juvenil.** Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

_____. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude.** 01/10/2012 153 f. Mestrado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: BSCSH/UFRGS

SANTIAGO, Tatiana; DOMINGOS, Roney. **Doria leva a Dubai vídeo com “maior programa de privatização da história de SP”.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-leva-a-dubai-video-com-maior-programa-de-privatizacao-da-historia-de-sp.ghhtml>. Acesso em 11 dez. 2017.

SILVA, Flávio Jorge Rodrigues da; TIBLE, Jean. **O movimento negro como agente ativo na construção de políticas de igualdade racial.** In: As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas. Matilde Ribeiro (org.) São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 5ª Ed. São Paulo: edições Loyola, 2011.

SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais.** Edição e organização Helmut T. R. Wagner; tradução de Ângela Melin. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **O Estrangeiro: Um ensaio em Psicologia Social.** Tradução: Márcio Duarte e Michael Hanke. Revista espaço acadêmico, nº 113, outubro de 2010. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11345/6153>. Acesso em: 15 dez 2016.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **A juventude no Brasil: história e organização**. Passages de Paris (APEBFr), v. 2008, p. 1-14.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica à modernidade**. Petropolis: Vozes, 2002.

VERONESE, Marília Veríssimo; LACERDA, Luiz Felipe Barboza. **O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine**. Soc. e Cult., Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, jul./dez. 2011.

VIA CAMPESINA. **Cartilha “Agitação e propaganda no processo de transformação social”**. Coletivos de Comunicação, Cultura e Juventude da Via Campesina. São Paulo: 2007.

VIGENTIN, Rafael. **Experiências e sentidos da participação juvenil na contemporaneidade: um estudo do levante popular da juventude na cidade de Sorocaba**. 25/02/2016. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Sorocaba.

VIOMUNDO. **Levante da Juventude: “Devolvemos à Globo o lixo que ela joga no povo”**. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/levante.html>. Acesso em 22 fev 2017. (2013)

ANEXO I

CARTA DE COMPROMISSO DO I ACAMPAMENTO NACIONAL DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Nós, do Levante Popular da Juventude, no momento em que fundamos nossa organização, em nosso I Acampamento Nacional, com a participação de 1200 jovens de 17 estados brasileiros, nos comprometemos com a transformação profunda da realidade em que vivemos.

Enxergamos um mundo dividido entre aqueles que exploram, e as trabalhadoras e os trabalhadores que têm o fruto de seu trabalho roubado. Esse é o sistema capitalista-patriarcal-racista, que mundialmente estabelece as formas de organização da sociedade na sua forma imperialista. Ele cria uma relação de dominação entre culturas e povos, destrói o meio ambiente, oprime e explora as mulheres, assassina a juventude negra, silencia gays e lésbicas e tolhe, cotidianamente, todos os nossos sonhos.

O Brasil é um país de natureza e cultura fantásticas, mas carregamos as dores da escravidão, o saqueio das grandes potências, e uma história de uma elite dependente, mas que sempre concentrou o poder em suas mãos. Os meios de comunicação, a terra, a água, energia, a educação, o lazer e a oferta de saúde de qualidade ainda estão nas mãos dessa elite. Aos trabalhadores, restaram somente as periferias das grandes cidades, as encostas de morro e as beiradas de rio, extensas jornadas de trabalho e salários miseráveis; no campo, a reforma agrária e a produção de alimentos foram deixadas de lado e substituídas pela utilização de transgênicos e agrotóxicos, tudo orientado para a exportação.

Nós, jovens, estamos no meio desse furacão: no campo, nas periferias e favelas, nas escolas e universidades, no trabalho. Somos constantemente disputados pelo projeto capitalista. É em contraposição a este projeto que nos lançamos ao desafio da construção do Projeto Popular.

Por isso, nos comprometemos:

Com a luta pela construção de uma democracia popular, que socialize com qualidade as terras, a água, a energia, os meios de comunicação, o acesso à saúde, à educação, à moradia, ao transporte.

Com a luta pela soberania, porque os povos devem tomar seu país e sua história nas mãos, sem serem sujeitados pelo imperialismo ou outros poderosos. O desenvolvimento deve ser ambientalmente sustentável e estar voltado ao interesse do povo.

Com a prática permanente de solidariedade com todos os povos que sofrem e lutam. Com atenção especial para nossos hermanos latino americanos, que carregam a mesma história de opressão e luta que nós.

Com a luta contra o machismo, na sociedade e dentro de nossa organização, pois, se os trabalhadores são explorados pelo sistema capitalista, as mulheres são duplamente oprimidas e exploradas: enquanto trabalhadoras, e enquanto mulheres, pelo sistema patriarcal. Temos que estar lado a lado com as organizações do movimento feminista no combate ao patriarcado, à violência sexista e à mercantilização do corpo e da vida das mulheres, assim como fomentar a auto-organização das mulheres do Levante.

Com a luta contra o racismo, dentro e fora de nossa organização, porque a população preta é a mais explorada da classe trabalhadora e mesmo depois de 124 anos da falsa abolição continua sendo o alvo preferencial da violência de Estado. É necessário lutarmos junto ao movimento negro e outras organizações antirracistas para que possamos construir uma sociedade livre do racismo.

Com a luta contra a lesbofobia, a transfobia e a homofobia, também dentro e fora de nossa organização, porque não existem relações afetivas mais normais e comuns que outras, e nenhuma orientação sexual deve ser motivo para legitimar desigualdades e opressões.

Com a luta por um projeto de educação que sirva aos interesses do povo. Por isso, defendemos que exista um número suficiente de vagas tanto em creches quanto em escolas secundárias e universidades, bem como cotas sociais e raciais, no campo e na cidade. Por isso, também reivindicamos os 10% do PIB para a educação; a educação só terá qualidade se estiver voltada para os interesses do povo, atendendo todas e todos.

Com a luta por transporte público, gratuito e de qualidade, enfrentando os aumentos nos preços de passagem.

Com a luta por ampliação do acesso à cultura e ao lazer, contra sua mercantilização. Lutaremos para que existam mais possibilidades de produção e troca culturais, como música, teatro, artes visuais, cinema, dança, e tantas outras formas de expressão. Também utilizaremos da cultura e do lazer como formas de resistência, de resgate da nossa história e da nossa identidade de povo brasileiro.

Com a luta contra o trabalho precarizado e informal. A luta pela garantia e expansão dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras (exploradas duplamente, no local de trabalho e em casa) é essencial para a criação de um país menos desigual. Pela jornada de 40 horas semanais, sem a redução de salários.

Sabemos que para isso é extremamente necessária a massificação desta luta, trazendo cada vez mais jovens para o nosso projeto, porque só a juventude tem a força necessária para transformar essa sociedade. É com o trabalho coletivo, combatendo o individualismo e a estagnação, que tomaremos o futuro em nossas mãos. Esse é o caminho para a liberdade com que tanto sonhamos e precisamos para viver.

Construiremos uma organização com coerência: devemos fazer o que dizemos e dizer o que fazemos; com autonomia, construída por aqueles que trabalham no Levante; com estudo e disciplina, para dar cada passo com firmeza, conhecendo com profundidade o caminho que devemos trilhar; com o exercício de crítica e autocrítica, porque não devemos temer ou ocultar os erros, mas enfrentá-los de frente, para, então, superá-los.

Entendemos que serão esses compromissos que garantirão a construção do Levante Popular da Juventude, do Projeto Popular e da Revolução Socialista brasileira. A tarefa não é fácil: não esperamos ter todas as respostas nem construir tudo isso sozinhos, mas nos desafiaremos a dar tudo o que pudermos, porque devemos nos construir como a juventude que ousa lutar, que constrói alternativas e que é parte do povo brasileiro. Somente com alegria, amor e muita animação chegaremos lá!

Juventude que ousa lutar constrói o poder popular!

I Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude, 5 de fevereiro de 2012, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

ANEXO II

CARTA COMPROMISSO DO II ACAMPAMENTO NACIONAL DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Somos mais de três mil jovens, de vinte e cinco estados, reunidos no II Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude. Somos jovens da periferia, do campo, das universidades públicas e particulares, secundaristas, jovens trabalhadores. Somos mulheres, gays, lésbicas, transexuais, travestis, indígenas, quilombolas, negras e negros. Somos produtores de arte e cultura, em suas mais diversas expressões, ritmos e cores. Nesse momento de encontro nacional, ousamos reafirmar o nosso compromisso com a construção do Projeto Popular para o Brasil.

Com apenas dois anos de construção nacional, realizamos inúmeras lutas, seminários de formação, centenas de acampamentos estaduais e municipais, milhares de reuniões de células. Consolidamos um movimento nacional, de massas, comprometido com a democracia popular, a sustentabilidade, o desenvolvimento, a soberania dos povos, o feminismo, o internacionalismo e a solidariedade.

Sabemos que ainda vivemos numa sociedade dividida em classes, em permanente luta entre aqueles que exploram e as trabalhadoras e trabalhadores que têm o fruto de seu trabalho roubado. Esse é o sistema capitalista patriarcal e racista, mundialmente organizado na sua forma imperialista, que destrói a natureza, extermina a juventude negra, oprime as mulheres, invisibiliza e violenta as diversas formas de expressão da sexualidade, concentrando a riqueza e o poder nas mãos das elites.

No Brasil a mesma classe dominante há mais de 500 anos explora e oprime nosso povo, e até hoje controla o poder político, a economia e os meios de comunicação. Uma elite violenta, que não tem problema em dizimar aqueles que discordam dela, como aconteceu durante a ditadura. O golpe faz 50 anos, e as marcas do período de chumbo continuam no nosso presente: a violência policial, o monopólio da mídia e o controle das empresas sobre a política de nosso país são suas marcas mais visíveis.

Nos últimos anos, mesmo com as realizações dos governos neodesenvolvimentistas que trouxeram benefícios à população brasileira, não ocorreu nenhuma transformação estrutural na sociedade brasileira. São os limites do atual sistema político: a atual democracia brasileira não quer e não pode transformar estruturalmente o país. A elite escravocrata, ditadora e assassina permanece no poder, controlando o Congresso Nacional e o Poder Judiciário e não irá ceder a reformas que possam melhorar a vida do povo.

Em 2013 estivemos nas ruas junto de milhões de jovens em todo o país. Com todas suas contradições, as manifestações de junho tiveram um caráter progressista e exigiram reformas estruturais na saúde, na educação, na mobilidade urbana e pela democratização dos meios de comunicação. Além disso, foram um marco da força e da vontade da juventude de ir às ruas lutar pelos seus sonhos, anunciando um novo ciclo de lutas sociais.

Nós, do Levante, somos parte deste processo e nos comprometemos com as lutas da juventude brasileira, da classe trabalhadora na mudança do atual sistema político.

Por isso, nos comprometemos:

- Com a luta por memória, verdade e justiça. Pela revisão da Lei de Anistia e punição aos torturadores;
- Com a luta pela democratização dos meios de comunicação e contra o monopólio da mídia,
- Com a construção de um projeto popular pra educação. Com 10% do PIB pra educação pública, por acesso e permanência na educação infantil, fundamental e superior; por cotas raciais e sociais; pelo fim do fechamento das escolas no campo;

- Com a luta pelo direito à cidade. O espaço público deve ser ocupado pelo povo e para isso precisamos de transporte público de qualidade com tarifa zero.
- Com a produção e a defesa da cultura popular brasileira, como forma de enfrentar a alienação, o individualismo e a indústria cultural que destrói a nossa diversidade.
- Com o combate ao machismo, pelo fim da violência contra a mulher, pela igualdade de salários e oportunidades; por creches para todas as crianças;
- Com o combate à homofobia, por políticas públicas e lei anti-homofobia
- Com o combate ao racismo, pela desmilitarização das PMs que promovem o extermínio da juventude negra;
- Contra a criminalização dos movimentos sociais, pelo livre direito a organização e manifestação;
- Com a luta por uma Constituinte exclusiva e soberana do Sistema Político, através da realização do Plebiscito Popular.

Muito fizemos até aqui, mas temos ainda muitos desafios no caminho. Para avançar na construção do Projeto Popular, é preciso muito suor, trabalho de base, formação política e agitação e propaganda. Construindo e multiplicando o Levante, nossa ferramenta de luta e organização. Nosso movimento deve estar voltado para a luta de massas, pois só ela pode mudar a vida da juventude e de todo o povo brasileiro. É também fundamental construir a unidade das forças populares, com humildade e generosidade, pois sabemos que a transformação da realidade é tarefa de milhões.

É nosso compromisso central seguir firmes na luta e na construção da revolução brasileira. Sabemos que o mundo novo só será construído enfrentando o desafio cotidiano da igualdade e da democracia, sem nenhuma forma de opressão. Temos certeza que nossa coragem, firmeza e trabalho coletivo nos levará à vitória.

Ousar lutar, organizando a juventude pro Projeto Popular!

São Paulo/Cotia (SP), 21 de abril de 2014, II Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude

ANEXO III

Carta compromisso do 3º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude

Somos sete mil jovens de todos os estados brasileiros reunidos em nosso 3º Acampamento Nacional. Somos juventude da classe trabalhadora. Somos do campo e da cidade. Somos jovens das periferias, somos estudantes das escolas e das universidades, somos trabalhadoras e trabalhadores e nos reconhecemos na pele explorada do nosso povo. Somos mulheres e homens, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, indígenas, quilombolas, negras e negros e carregamos na nossa história a marca da exploração e da opressão. Somos a juventude herdeira da luta do povo brasileiro e afirmamos nosso compromisso com a construção do Projeto Popular para o Brasil. Somos a juventude solidária com a luta dos povos por todo o mundo. Somos a juventude que não baixa a cabeça para ninguém e que luta incansavelmente contra mais um golpe na nossa história. Somos a juventude que encontra na sua rebeldia a força do nosso povo.

Em nossos quatro anos de história ousamos lutar de todas as maneiras possíveis e por todos os cantos do país contra aqueles que violentam e exploram o povo. Ousamos lutar escrachando os torturadores da Ditadura. Ousamos lutar devolvendo para a Rede Globo a merda que ela nos joga todos os dias. Ousamos lutar por outra forma de fazer política na construção do plebiscito por uma Constituinte do Sistema Político. Ousamos lutar quando escrachamos os golpistas e levantamos a bandeira do Fora Temer! Ousamos lutar quando pedimos a prisão de Eduardo Cunha.

Mas, especialmente, ousamos lutar quando construímos um movimento nacional enraizado nos mais diversos territórios e nos propusemos a defender um projeto de vida para a juventude brasileira. Nosso 3º Acampamento Nacional é fruto de intensa construção coletiva, que acontece cotidianamente em nossos encontros de células, em nossas atividades de formação e nos incansáveis momentos de luta que canaliza a rebeldia da juventude para a conquista do poder pelo povo. Acreditamos que o povo deve estar no poder, pois é o povo que produz, com seu suor, toda a riqueza de nossa nação e deve decidir com soberania sobre os rumos do país. Isso só será possível quando destruímos o sistema capitalista e a sua face mais dura, o imperialismo

Há pouco mais de uma semana se consumou um golpe parlamentar que retirou do governo federal a presidenta Dilma Rousseff, eleita de forma soberana por mais de 54 milhões de brasileiros. Um golpe contra a democracia e o povo, articulado pelo imperialismo estadunidense, pelas forças neoliberais, por setores do judiciário, pelo grande empresariado nacional e que tem a Rede Globo como principal porta voz.

Aqueles que exploram o povo usam o golpe para tentar restaurar o neoliberalismo no país, num movimento que se repete por toda América Latina. Querem aumentar seus lucros, retirando direitos da classe trabalhadora, privatizando e terceirizando tudo que for possível. Destruindo o meio ambiente e a soberania nacional, criminalizam todos que se levantam contra eles e disseminam morte e violência contra o povo. Para eles a nossa vida não tem valor, como não tem valor a democracia. O golpe rasgou a Constituição de 1988.

A juventude brasileira experimentou, nos últimos 14 anos, diversas conquistas sociais que possibilitaram o sonho, a esperança e o desejo de mais mudança. Somos uma geração de jovens que aprendeu a não baixar a cabeça para as injustiças e a ter orgulho de ser quem é, orgulho de vir de onde veio. Acreditar no potencial transformador da juventude é acreditar na força do povo do qual somos parte. Defender este povo é seguir em luta e não aceitar o golpe e os retrocessos.

A política não pode ser a arte do possível, reproduzindo privilégios e desigualdades, pautada em indivíduos e não em coletivos. Reinventar a política é fazer o extraordinário cotidiano, compartilhando

sonhos e coletivamente os tornando possíveis. Temos o desafio de construir um novo ciclo na esquerda brasileira que supere a conciliação de classes e coloque o projeto popular na ordem do dia.

Sabemos que isso só será possível com muita unidade entre todos que lutam e resistem, porque o que nos separa é muito menor do que o que nos une. Assim, somos construtores da Frente Brasil Popular, um espaço de articulação da luta contra o golpe.

Temos consciência da nossa grande responsabilidade. Estamos vivendo momentos decisivos da nossa história e nos colocamos ativamente na construção e disputa dos rumos de nosso país. Queremos construir junto a toda juventude brasileira um novo ciclo de lutas para enfrentar as forças neoliberais. Nossa ousadia e nossa criatividade são motores para nossa ação. Não nos deixaremos esmagar e não baixaremos a cabeça. Seguiremos lutando pela democracia popular: o povo no poder.

Coletivamente, nos comprometemos:

- Com a construção cotidiana do Levante Popular da Juventude como um movimento popular de massas nacional e que contenha toda a diversidade do povo brasileiro. Nos desafiamos a organizar cada vez mais jovens para a construção de um projeto de país, melhorando sempre nossa capacidade de atuar. Intensificando o trabalho de base, a formação política e a divisão de tarefas, voltadas para a luta.

- Com a construção de um Programa Popular para a Juventude, que organize os dilemas que enfrentamos em nossas vidas, apontando caminhos coletivos para superá-los. Construir esse programa é entender com profundidade os problemas que vivemos e articular as diferentes violências que nos atingem. Esse programa deve ser como uma arma nas mãos da juventude para construção de força social para transformar nosso país.

- Com a construção da unidade das forças populares e o enraizamento da Frente Brasil Popular em todos os estados, como um importante espaço de reorganização da esquerda brasileira. Apenas a unidade entre milhões de brasileiros será capaz de construir um projeto popular para o Brasil.

- Em lutar com todas nossas forças contra a retirada de direitos. Queremos mais educação, mais cultura, mais saúde e mais trabalho digno para nosso povo, e sabemos que isso deverá ser arrancado por nós em luta, estreitando laços com a classe trabalhadora organizada, contribuindo na organização popular, num processo que culmine na construção da Greve Geral no Brasil.

- Com a luta pela democracia no Brasil, denunciando o golpe e seus artífices, defendendo a soberania popular, reivindicando eleições diretas para reestabelecer a democracia. Sobretudo sabemos que a realização uma Constituinte Ampla, Geral e Soberana é o caminho para avançar na democratização da sociedade e do Estado brasileiro, assegurando as transformações estruturais que nosso povo tanto precisa.

Seguimos o caminho dos povos de todo mundo que lutam por libertação. Não temos tempo para ter medo, e nos fazemos movimento em coletivo. Nossa rebeldia é construída pela indignação frente a tudo que oprime e silencia. Nossa rebeldia é construída com nosso canto, com nossas cores e com nossa alegria.

Nossa rebeldia é o povo no poder!

3º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude, 8 de setembro de 2016, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.